

Alcindo José de Sá

**Uma Pedra
destrói a Pólis:
A difusão do
Crack na
Cidade do
Recife**



Uma Pedra destrói a Pólis: A difusão do Crack na Cidade do Recife

Alcindo José de Sá

**Uma Pedra destrói a Pólis: A difusão do Crack
na Cidade do Recife**

1ª Edição

**Recife, 2019
E-book**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em programas juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Capa: Carlos Alberto Duarte de Souza
Diagramação: Daniel Rodrigues de Lira
Revisão: O autor

Catálogo na fonte
Bibliotecária Shirly Pimentel Vieira, CRB4 - 1730

S111p Sá, Alcindo José de
Uma pedra destrói a Pólis: a difusão do crack na Cidade do Recife/
Alcindo José de Sá. – Recife: autor, 2019.
146p.
Livro eletrônico
ISBN 978-85-922247-1-4

•Drogas – Aspectos Sociais. 2. Cidade do Recife. I. Título.
361 CDD (22. ed.)

1. Introdução	05
2. Justificativa da pesquisa	08
3. Objetivos.	09
4. Drogas: uma pequena introdução temática	11
4.1 Um epítome retrospectivo espaço/temporal	12
4.2 O crack no Brasil e em Pernambuco	29
4.3 A representação social do crack	36
4.4 Crack: dependência, tolerância e efeitos.	41
5. Os circuitos de produção, distribuição e consumo do crack na cidade do Recife	49
5.1 Uma proposta de mapeamento da produção através de informes jornalísticos e dados oficiais	55
6. A percepção da população sobre o uso e o tráfico do crack na perspectiva de informes de trabalho de campo	79
6.1 Breves colocações sobre os bairros pesquisados	83
6.2 Percepção dos entrevistados acerca das drogas ilícitas no bairro	98
7. Principais políticas públicas de combate ao crack	111
7.1 Política de Enfrentamento ao Crack (Decreto 7.179/2010)	112
7.2 Política Estadual sobre as Drogas (Lei nº 14.561/2011)	114
7.3 Plano intersetorial de combate ao crack e outras drogas	117
8. Locais para tratamento de ilícitos na cidade do Recife	118
8.1 Principais Instituições	120
8.2 O rebatimento territorial	122
9. Considerações finais	127
10. Referências Bibliográficas	131
11. Apêndices/Anexos	135

O uso do crack pela população brasileira e entre os recifenses é considerado como uma endemia na qual provoca danos sociais, e, pode assumir formas de ingestão com prejuízos biológicos, psicológicos, sociais e territoriais, pois os usuários dependentes químicos se põem em situação de risco e vulnerabilidade a partir de uma mudança de comportamento, sendo a impulsividade e agressividade as reações predominantes. “O crack é um inimigo terrível, que escraviza pessoas, destrói famílias, degrada jovens, estimula o crime e provoca mortes” (BOCK, 2010).

Dentre as drogas ilícitas com alto poder dependogênico, o crack tem aumentado sua circulação e consumo. Isso, em parte, em função do combate ao narcotráfico, que inibiu mais a proliferação da maconha, visto que 1kg dessa substância faz mais volume do que pasta do crack e possui cheiro característico, que facilita o serviço dos cães farejadores. Dessa forma, é mais vantajoso comercializar o crack que ocupa menos espaço, dificulta o serviço de fiscalização e custa mais na venda. Essa premissa fez, também, que o consumo dessa substância aumentasse.

Na cidade do Recife segundo depoimento de José Luiz Ratton coordenador do Núcleo de Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco, "em 2004, 25% da droga consumida no Recife era crack. Em 2006, chegou a 50%", (www.antidrogas.com.br – acesso em 13/08/2010). A logística do tráfico é conhecida e alguns dos territórios do comércio das drogas na cidade do Recife já tornaram-se alvo de denúncias pelos meios de comunicação, a exemplo, o Jornal do Comércio entre os dias 17 e 20 de junho de 2007, quando estampou como cracolândia trechos do Recife Antigo, Av. Agamenon Magalhães, Favela João de Barros e outros locais de atividade no Estado. Três meses depois o mesmo veículo de comunicação volta a falar sobre a mesma situação dos ambientes referidos, que passaram a atuar com estratégias pouco diferentes (CARVALHO, 2007). Pouco díspares, mas diferentes, “afinal, as estratégias em pequena escala são aquelas que tentam realizar uma integração territorial e uma continuidade na distribuição das distâncias: controle dos espaços “moleculares” por oposição aos espaços “atômicos”.

Nessas estratégias, dá-se mais importância, mais significado, aos pontos terminais do que aos pontos intercalares... um sistema de circulação é um instrumento criado, produzido por atores, e é reproduzido de uma forma variável, em função dos projetos políticos e econômicos que evoluem” (RAFFESTIN, 1993). Considerando essas premissas Raffestinianas, parece ser bem crível o que está ocorrendo nos territórios monitorados econômica e politicamente pela economia subterrânea do crack e os poderes paralelos dos seus “narcotraficantes” no Recife: o controle de espaços moleculares, territórios de consumo em uma geografia mais “pulverizada” de dependentes, em detrimento de espaços atômicos, fechados e mais visíveis às instâncias repressivas.

De fato, nessas circunstâncias, mapear os territórios do comércio do crack é um desafio no que tange a rápida estruturação dessa prática ilícita no espaço e, também, na própria dinâmica de mimetismo nos territórios onde se instalam. Todavia, para uma ação pública eficaz no que tange a supressão ou minimização desses circuitos produtivos e consumistas, faz-se imprescindível dissecar, mapear suas formas e conteúdos, pois como destaca SANTOS (1996), todo espaço geográfico se constitui de estruturas, processos, formas e funções, inclusive o espaço da geografia “crackeana”, que vem metamorfoseando muitas formas territoriais visíveis e vivíveis. O uso dessa substância vem tornando-se um dos maiores problemas da saúde pública que afeta, direta ou indiretamente, a qualidade de vida de todo ser humano, tornando-se assim um problema não somente das políticas públicas, mas no contexto da sociedade como um todo (SEDAS, Termo de Referência, 2010).

Para demonstrar um pouco desse cenário fez-se uso de informações jornalísticas por um período de 16 meses (entre janeiro de 2011 e abril de 2012). Ao todo 309 matérias foram coletadas, sendo 274 válidas. Endossando os dados jornalístico e como contraponto, coloca-se as informações da Secretaria de Defesa Social (SDS), sobre as apreensões, tráfico e consumo do crack entre o anos de 2011 a outubro de 2012. As informações serviram de base para mapear as ocorrências do crack na cidade do Recife e, conseqüentemente, possibilitar uma leitura do referido quadro. Para apresentar, embora que sucintamente, parcela da opinião dos moradores de alguns dos bairros com as maiores ocorrências sobre o crack, englobou-se aos procedimentos

metodológicos a aplicação de um instrumento de coleta de dados (questionário), com procedimentos quantitativos/qualitativos, para levantamento de informações em 10 bairros recifenses. No total, ocorreu a aplicação de 139 instrumentos e através dos mesmos foi possível captar um pouco da percepção dos moradores e assim delinear um perfil de cada área e poder associar, em partes, os resultados com o mapeamento das ocorrências.

O trabalho está pautado em cinco partes. A primeira traz um histórico das drogas, com o enfoque no crack, abordando sua produção e a forma como se expressa no Brasil e em Pernambuco. Faz-se também colocações sobre a representação social que o crack possibilita assim como a situação de dependência, efeitos e tolerância da referida droga. O segundo ponto, demonstra os dados coletados nas informações de jornais, com uma proposta de mapeamento e uma discussão dos elementos apresentados. No mesmo item é feito um contraponto com os dados oficiais referentes ao crack na cidade do Recife.

Na terceira parte coloca-se a percepção dos moradores de 10 bairros que apresentaram o maior número de apreensões de crack (Pina, Afogados, Santo Amaro, Boa Viagem, Ibura, Água Fria, Jordão, Boa Vista, Casa Amarela e Iputinga). É feito também uma rápida caracterização socioeconômico das áreas em tela e, em seguida, ocorre a apresentação dos resultados obtidos a partir da aplicação de questionários. Após é posta uma pequena análise das principais políticas públicas quanto ao combate as drogas, em especial o crack e por último coloca-se breves referências sobre os trabalhos que são realizados pelas ONGs no enfrentamento do crack.

Por fim, quero deixar meu preito de gratidão ao meu orientando de Doutorado Carlos Alberto Duarte de Souza, não somente pelo projeto gráfico, mas, principalmente, pelo suporte no trabalho de campo, processamento das informações, e também subsídio na escrita. Não posso deixar de ressaltar minha gratidão ao hoje, Prof. Dr. Daniel Rodrigues de Lira, pela sua contribuição na diagramação e ajuda no preenchimento do pedido e ISBN. Destaco ainda que, sem a ajuda financeira da FACEPE (Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco), este trabalho, fruto de um projeto, não teria sido realizado.

2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O uso de ilícitos, de uma forma geral, tem mostrado considerável crescimento em várias localidades do mundo, dentre eles, o crack. Dados do Departamento de Repressão ao Narcotráfico da Polícia Civil apontam que a apreensão de cocaína, pasta base de cocaína e crack vem aumentando em Pernambuco. Em 2007, foram 8 quilos. No ano seguinte, 16 quilos. Já em 2009, 64 quilos. Em 2010, até março, o volume já passava dos 30 quilos (NASCIMENTO, 2010).

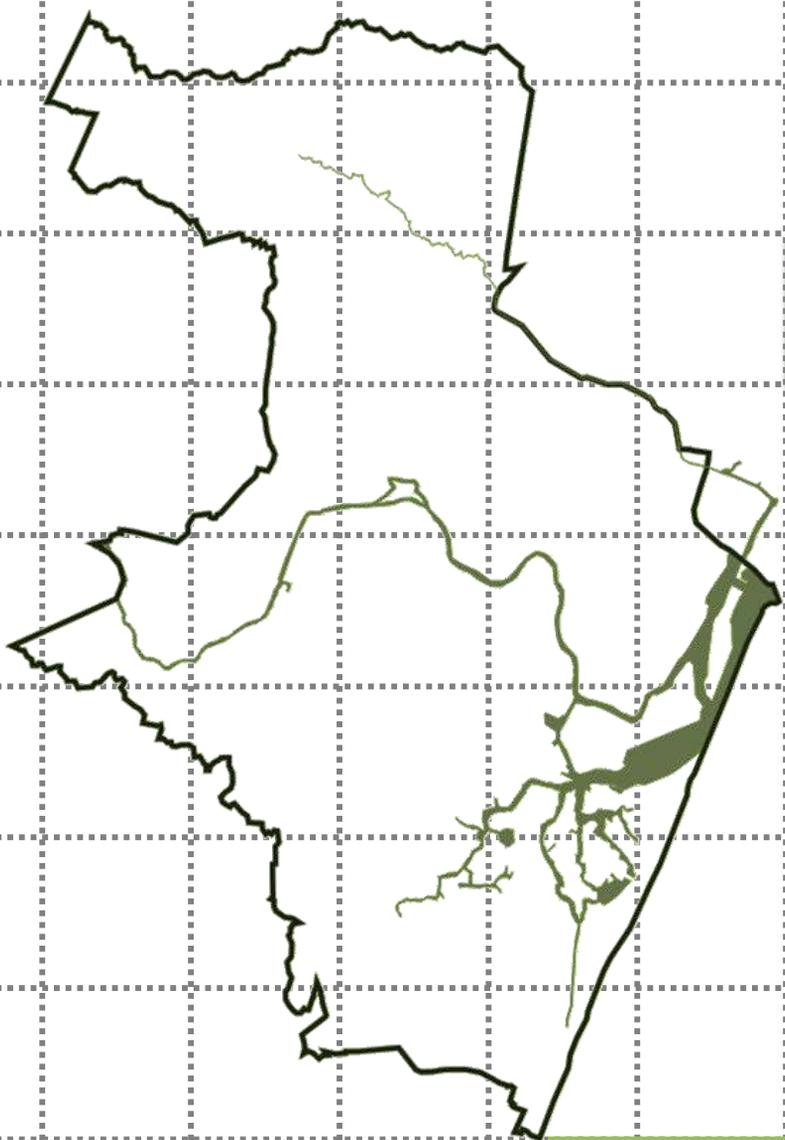
Esses dados não são meramente números abstratos, mas com reflexos diretos nas diversas configurações geográficas, refletidas não apenas nos espaços corporais decadentes e esqualidos de muitos usuários, mas, também, na geografia da saúde pública e privada com alas e corredores de hospitais repletos de dependentes “surtados”; no crescente número de centros de “reabilitação de drogados”; nas geografias dos fixos e dos fluxos, ou seja, dos espaços de produção da pasta-base derivada da coca, seu rústico processamento “industrial”, e os diversos canais de distribuição, afinal, como partícipe de uma emergente e poderosa “economia capitalista subterrânea”, não foge ao que o Marx sentenciou nos albores do século XIX: toda produção mercadológica para se realizar em dinheiro demanda os circuitos de produção, distribuição e consumo, ou seja, toda produção de crack, assim como outro bem de consumo “lícitos”, tem os circuitos de produção e toda uma rede de cooperação/complementação.

Mapear os territórios e apresentar como se configura o tráfico e o uso do crack, faz-se importante no tocante a subsídios que possam implementar medidas repressivas, “assistencialistas”, sócio-educacionais e de saúde. Sem dúvida, uma nova geografia da civilidade, da tolerância, da verdadeira convivência entre estranhos sem haver estranhamento, passa pelo entendimento dos diversos fenômenos “pós-modernos” (dentre eles a crescente demanda de psicotrópicos) que induzem à fragmentação social e territorial, destacando-se, hoje, o aumento exponencial de consumo de crack.

A pesquisa busca mapear na cidade do Recife, os locais de uso e comércio de crack, na tentativa de deslindar as novas territorialidades dos espaços de produção, circulação, distribuição e consumo do referido entorpecente.

Objetivos específicos

- Historiar e espacializar o uso/tráfego do crack na cidade do Recife apontando as prováveis explicações para seu crescimento;
- Trabalhar o mapeamento das áreas do tráfico de drogas por bairros, fazendo correlação com o levantamento dos serviços públicos, renda média familiar, índice de desemprego e quantitativo da população residente em áreas de interesse social;
- Avaliar a partir das colocações de campo como o crack espraia-se e quais suas implicações nos espaços onde se estabelece;
- Fazer uma pequena análise das políticas públicas de enfrentamento ao crack;
- Apresentar o mapeamento das instituições que trabalham com dependentes do crack e qual o reatamento territorial.



**DROGAS: UMA
PEQUENA
INTRODUÇÃO
TEMÁTICA**

4. DROGAS: UMA PEQUENA INTRODUÇÃO TEMÁTICA

Em trabalhos anteriores e, embasando-se em autores como Milton Santos, Zigmunt Bauman, Claude Raffestin, destacou-se que a história da humanidade podia e pode ser relatada por intermédio das mutações do meio técnico, manipulado pelas diversas civilizações, até desaguar no tempo presente na “universalidade” da técnica, da ciência e da informação, teleguiado pelo globalismo capitalista. A reboque dessa estrutura, assinalamos que o referido universo (uno e diverso) atual, poderia ser analisado pela dinâmica do tempo, pois com o advento do mundo maquínico racionalista do capital, o mesmo “passa a ter uma história”; seja o da velocidade hardware da produção, distribuição, circulação e consumo fordista, seja o software, hoje, da produção e circulação de objetos, dinheiro e informação em rede, lastreado pelo chip.

Também acrescenta-se que o mundo presente, pode ter uma interpretação dos seus fenômenos através das inúmeras transformações das matérias em objetos, ou seja, inúmeros câmbios da manipulação da natureza em produtos comerciais, de acordo com as demandas “das destruições criativas” em busca do atendimento de um mercado cada vez mais instantâneo e descartável. Crê-se, também, que pode-se fazer uma análise dos fenômenos do tempo presente, mirando as territorialidades do mundo da produção, distribuição e consumo das drogas lícitas ou “ilícitas”, vertente bem afinada ao câmbio de matérias em recursos, seja em um plano macro, seja em um plano micro; no caso específico, a dinâmica territorial do crack na cidade de Recife.

Isto se torna mais do que imprescindível, considerando a velocidade avassaladora no grau de seu consumo em todas as camadas sociais, especialmente no seu segmento mais pobre, bem como o envolvimento cada vez maior de seus agentes com o comércio da citada droga, a reboque de conflitos, disputas e violências por domínios territoriais de distribuição e consumo, além da destruição e desestruturação de pessoas e grupos familiares.

Todavia, ao ser indagado: como essa nova “paisagem, ou espaço geográfico do crack” se finca e se dinamiza no contexto das novas territorialidades, ou seja, nas dinâmicas espaciais “nesta nova cultura do capitalismo” do consumo institucionalizado, como formas e normas, mesmo sendo, em parte, um “ilícito” deformador e destabilizador das referidas normas e formas?

Eis um dos grandes dilemas fenomênicos do tempo e espaço presentes que ousamos buscar uma resposta ou, quiçá, alternativas ao seu entendimento e buscas de solução. Para tanto, entendemos que se faz imprescindível, primeiramente, um resgate histórico da droga espacialmente “como tempo comprimido”, pois como nos alerta Escohotado “aunque hace poco era un campo reservado para el sensacionalismo periodístico, obtusos o libros de texto de toxicología, la historia particular de drogas ilumina la historia general de la humanidad con una luz propia, como cuando se abre una ventana hasta entonces cerrado el horizonte, y las mismas cosas aparecen bajo una nueva luz”¹ (2011,p.7).

4.1 Um epítome retrospectivo espaço/temporal

O objetivo central, como já explicitado, não é elaborar uma história das drogas, em especial as ilícitas, ao longo do tempo/espaço, até os albos da geografia do presente histórico, mas aludir a algumas de suas características, ou melhor, situarmos algumas espécies no mundo vivido nos diversos contextos sócioespaciais macros e micros, nos variados processos civilizatórios, incluindo a civilização globalista presente. Para tanto, o espaço geográfico, como ente poroso às diversas ações sociais e comportamentais, desde os seus primórdios, isto é, “O homem na terra e a geografia em ação”, na remota antiguidade, cultiva e consome droga, considerando a mesma “atualmente qualquer substância, natural ou sintética, lícita ou ilícita, que seja capaz

¹ “ainda que há pouco tempo fosse um campo reservado ao sensacionalismo jornalístico, ou a obtusos manuais toxicológicos, a particular história das drogas ilumina a história geral da humanidade com uma luz própria, como quando abrimos uma janela até então fechada ao horizonte, e as mesmas coisas aparecem sob uma nova perspectiva” (Tradução própria).

de alterar o estado físico e/ou psicológica de seu usuário quer seja consumida para fins medicinais ou recreativos. Nos reportando a uma sócio-espacialidade histórica mais remota, alude-se as “adormideras”, ou seja, plantas entorpecentes e adormecedoras, como a *papoula*, em que das suas frutas imaturas, de várias espécies, se extrai o ópio, em espaços comum no sul da Espanha e da Grécia, noroeste da África, Egito e Mesopotâmia. Os primeiros escritos sobre essa planta surgem em tábuas sumérias do terceiro milênio a. C., “mediante uma palavra que significa também “gozar”. Aparecem também em cilindros babilônicos antigos, bem como em imagens da cultura cretense-micênicas. No Egito, hieróglifos referem-se ao suco extraído da cabeça das referidas frutas – o ópio –, “e o recomendam como analgésico e calmante, tanto em pomadas como por via retal e oral. Um de seus empregos reconhecidos, segundo o papiro de *Ebers*, é evitar que os bebês gritem forte. O ópio Egípcio, o “tebaíco”, simboliza máxima qualidade em toda a costa do mediterrâneo, e aparece mencionada já por Homero, na *Odisseia*, como algo que “faz esquecer qualquer pena” (ESCOHOTADO, 2011, p.9-15). Assim, desde os primórdios da humanidade as drogas são partícipes dos homens nos seus espaços vividos, como suporte cultural/espiritual, um ente de alívio de dor física, força e indiferença na feitura e função de suas territorialidades. No espaço/tempo das civilizações primevas de coletores e caçadores, até ainda as existentes, hoje, nos rincões da Amazônia e alhures (a Geografia diversa nas suas horizontalidades), as mesmas comungam de uma variedade de deuses e uma significativa proporção delas os “sujeitos aprendem e reafirmam suas identidades culturais vivenciando experiências com alguma droga psicoativa. Tais tradições são básicas, todavia, até pouco tempo foram esquecidas nos capítulos religiosos de culturas sedentárias, que chamarão de verdades reveladas” (IDEM, p.10).

O referido autor – base dessa digressão histórica – também assinala que “antes de que o sobrenatural se concentrasse em dogmas escritos e castas sacerdotais interpretassem a vontade de algum deus único e onipotente, o percebido em estados de consciência alterada foi o coração de inúmeros cultos, e o foi a título de conhecimento revelado precisamente. As primeiras hóstias ou sagradas formas foram substâncias psicoativas, como o peiote, o vinho e certos cogumelos” (IDEM, p.10-11).

Somente as sócio-temporalidades irão aclarar o sentido da festa, da medicina, da magia e da religião. “Enfermidade, castigo e impureza são, a princípio a mesma coisa, um perigo que tenta conjurar-se mediante sacrifícios. Uns sacrificam vítimas (animais ou humanos) a alguma divindade para obter seu favor, ainda que outros comam em comum algo considerado divino... esta segunda forma de sacrifício, o ágape ou banquete sacramental – se relaciona quase infalivelmente com drogas” (IDEM,p.11). Portanto, como o espaço geográfico, na sua horizontalidade, mesmo sob o jugo da compressão temporal do relógio maquínico da economia globalista, ainda se apresenta traduzido numa conjunção de territórios e territorialidades monitorados pelo tempo natural, o referido banquete sacramental com substâncias psicoativas, ainda se faz presente no México, com o uso do peiote, e no Brasil, através do consumo da ayahuasca, por índios amazônicos e adeptos do Santo Daime, o uso da iboga em certas “tribos” na África Ocidental e a kawa na Oceania. Evidencia-se que desde tempos idos, “ingerir algo que é tido por carne (ou sangue) de certo deus pode se considerar um resquício da religião natural ou primitiva, frequente também em cerimônias de iniciação à maturidade e outros ritos de passagem” (IDEM,p.11).

O citado autor ainda ressalta uma profunda diferença entre o sacrifício cruel e o não cruel, ou seja, entre “um presente sacrificial de uma vítima (comum nas civilizações incas e maias) e o banquete sacramental, mas ambos podem se “fundir em ritos como a missa, onde o recordar do bode expiatório representado por Cristo (cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo) cria um pão bendito (a hóstia, por exemplo, no catolicismo) corpo e sangue do próprio sacrificado” (IDEM, ibidem).

Mostrando o profundo imbricamento entre drogas, religião e magia em civilizações passadas, o referido autor ainda destaca que a palavra grega para droga se intitula *phármakon* e que, apenas mudando a letra final e o acento, ou seja, *pharmakós*, a mesma se traduz em bode expiatório. O mais evidente e antigo imbricamento se encontra no xamanismo em todos os recantos do mundo “cujo sentido é administrar técnicas de êxtase, entendido por êxtase um transe que suprime as barreiras entre vigília e sonho, céu e subsolo, vida e morte” (IDEM, p.12).

Assim, ao ingerir alguma droga, distribuir a outro, ou mesmo a uma tribo, o ou a xamã finca uma ponte entre o ordinário e o extraordinário, servindo tanto “para a adivinhação mágica como para cerimônias religiosas e terapia”. Parece-nos já apropriado, traçarmos uma primeira “geocultura” do cultivo e uso de psicoativos em uma remota antiguidade, todavia, como nos alerta Escohotado (2011), para tanto faz-se necessário que em determinados territórios, ainda hoje, perdurem “formas de religião natural, administradas por xamãs”, ou seja, mais uma vez, o território e suas territorialidades presentes, são requisitados para a compreensão do passado e vice-versa.

Nessa perspectiva, uma comparação entre o continente americano e euroasiático e seus usos e costumes psicoativos demonstram que, “ainda que a massa do primeiro seja muito inferior – e inferior seja também a variedade botânica em geral – o Novo mundo conhece dez plantas psicoativas por cada uma conhecidas no velho” (IDEM, p.12). Esse aspecto ganha mais destaque, quando é acrescido que não escasseiam na Ásia e Europa algumas plantas iguais ou parecidas as americanas. Todavia, a América se diferencia de Eurásia e África por ter tido pouca influência de religiões monoteístas até há poucos séculos.

Evidencia-se que tanto nas priscas eras de um espaço/tempo remoto, quanto no presente (de maneira restrita), as droga se afirmavam ou se afinavam com um mundo no qual as relações humanas se pautavam cultural e economicamente em valores de uso. “A ebriedade é uma experiência as vezes religiosa – outras só hedonista – que o homem antigo pratica com variadas substâncias psicoativas” (IDEM, p.13). Assim, no plano sacramental, há que fazer a distinção entre *possessão* e *viagem*. Sob o efeito de drogas como álcool, tabaco, daturas, beladona e outras similares, a ebriedade de *possessão* conduz a “raptos de frenesi” corporal, fazendo desaparecer a consciência crítica. Ritmada de danças e músicas, os referidos raptos serão mais intensos quanto menos forem presentes a lucidez e a lembrança. Já a ebriedade de *viagem*, apoiada em drogas que privilegiam os sentidos (como a maconha), mas sem “apagar a memória”, também pode ser ritmada por música e dança, porém privilegiando uma “viagem psíquica consciente e introspectiva”.

Essa ebriedade caracteriza-se mais como “xamânica”, tendo como sítio geográfico principal e irradiador, a Ásia Ocidental, espalhando-se depois para a América, o Pacífico e a Europa. Com o domínio Europeu da África, deste continente o xamanismo se adentra no Mediterrâneo, ilhas da Indonésia, através do amok. Na América, com a chegada de escravos traficados por colonizadores, difunde-se por intermédio do vodu, candomblé ou mandinga, até hoje com bastante adeptos.

Aqui se denota e repete-se, o quanto o espaço ao ser usado nas suas diversas dinâmicas territoriais, seja através de cultos movidos por drogas psicoativas, seja por seus circuitos de produção, distribuição e consumo, seja pelos incipientes ou “restolhos” de exercícios de poder religiosos atrelados a ebriedade, se torna uma mediação, um “ente” mais do que significativo ao entendimento do espaço/tempo da droga no mundo. Inclusive as mais destruidoras como o crack. Todavia a temática demanda mais digressões históricas, pois de um estágio mais “natural”, de valor, diga-se, de mero uso, ela vai se complexando, até se tornar um valor de troca, ou seja, como ressaltou-se no início, mudar de mera matéria em objeto mercadificado. Mas, até a chegada deste estágio, é necessário resgatar, ainda, outras particularidades territoriais, culturais, éticas, religiosas e médicas sobre os psicotrópicos.

Reforçando o já aludido sobre a África, o citado autor se refere a iboga como espécie autóctone, utilizada pela etnia Fang em rituais similares ao peiete em comunidades hucholes mexicanas. Tem princípio ativo da mesma família do LSD 25. Também desde os primórdios da civilização humana os puros estimulantes se fazem presentes, a exemplo da coca e do café. A primeira originária dos Andes, desde o século III a.C. marcada em esculturas de rostos com as bochechas inchadas pelo mastigar de suas folhas.

O café, um estimulante dotado de cafeína, originário da abissínia, atual Etiópia, espalhou seu consumo por quase todo o mundo. Listamos também como americanas o guaraná e o mate (dotado de cafeína), o cacau (que contém teobromina). Enfim, “o efeito genérico dessas drogas é uma injeção de energia, que faculta para comer menos e trabalhar mais.

Nunca serviram para produzir transe de possessão ou viagem, e são desde o começo fármacos profanos, que o acomodado usa por gosto e o pobre por necessidade. Na natureza do efeito está, também, que seu usuário seja regular, e recorra a elas várias vezes ao dia” (ESCOHOTADO, 2011, p.18-19). No espaço/tempo presente, sob a lógica produtivista do capital, as referidas drogas excitantes, legalmente fazem parte do cotidiano através do consumo de cafés, chás, que, ao estimularem o sistema nervoso central induz à superação de cansaços. Ilegalmente a coca e o crack também fazem parte deste rol, já que propiciam aos seus usuários uma sensação ilusória de força, alerta e poder de decisão, todavia, como o usuário necessita recorrer as mesmas muitas vezes ao dia, pode trazer sérios e irreversíveis transtornos físicos e mentais. No Quadro 01 abaixo, pode-se visualizar algumas origens, produtos, famílias psicotrópicas e mais ou menos a datação de seus aparecimentos e usos.

Quadro 01: Classificação, tipos de e origem das drogas

FAMÍLIAS	PRODUTO	ORIGEM	DATA
ESTIMULANTES	Tabaco	América	? a.C.
	Nicotina	Europa	Século 16
	Café	África	? a.C.
	Cafeína	Europa	1829
	Coca (Erythroxylon coca)	América	2.500 a.C.
	Cocaína	Alemanha	1858
	Crack	EUA	1980
DEPRESSIVAS	Anfetaminas (inibidoras de apetite)	Alemanha	1912
	Álcool	Eurásia/América	? a.C.
	Barbitúricos (calmantes)	Alemanha	1903
ALUCINÓGENAS	LSD (Claviceps purpureus)	Suíça	1938
	Peiote	América Central	1000 a.C.
	Mescalina	EUA	1880
	PCP (fendiclidina)	EUA	1959
CANNABIS SATIVA	Maconha/marijuana	Índia	2000 a.C.
	Haxixe	Ásia	?
NARCÓTICOS	Ópio (Papaver somniferum)	Índia, Suméria	2000 a.C.
	Morfina	Alemanha	1828
	Heroína	Alemanha	1874

INALANTES	Éter (líquido)	Alemanha	1730
	Acetona	Alemanha	1839
	Cola de sapateiro	???	???
	Alcalóide Efedrina	China	3000 a.C.
DESIGNER DRUGS	MDMA (Ecstasy)	Alemanha	1914
	ICE	Japão	1980
	China white	???	???

Fontes diversas. Organização: Lia Osório Machado, depto. de Geografia/UFRJ. Elaboração: Rebeca Steiman. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/droga/p01mono0104.htm>. Acesso em: 20/AGO/2012.

O referido quadro, como uma pequena síntese, tem as suas limitações, mas nos dá um panorama “geo-cultural” bem pertinente dos sítios produtores de matérias-primas psicotrópicas e suas mutações ao longo dos aprimoramentos técnicos e científicos das civilizações. Buscando mais detalhes sobre esses câmbios, merece ser aludido e sem querer traçar a feitura de um espaço/tempo cronológico, ao mundo grego e o advento da polis. Neste, como sabido, os fenômenos sócioespaciais coletivos e individuais, não são mais desvendados por forças meramente físicas (água, fogo, ar) manipuladas por Deuses e seus espíritos benignos e malignos, mas pela razão humana.

O homem passa, doravante, a manipular racionalmente a natureza como matéria, através dos desvendamentos dos seus potenciais em prol do próprio homem, ou seja, transformar matéria em objeto de uso ou troca para usufruto corpóreo. Assim, “terapeuticamente, o reflexo dessa atitude é a escola hipocrática, que apresenta a enfermidade e a cura como resultado de processos naturais. Ao desvincular-se seus atos da magia e da religião, o hipocrático nega validade a qualquer cura com base em uma transferência simbólica do mal passado de alguém para outro, rompendo assim com a instituição do bode expiatório. Em vez de utilizar algum *pharmakós* ou bode para que absolva a impureza alheia, a nova medicina usará *phármakon* ou droga adequada; ante uma epidemia de cólera, por exemplo, será sensato usar um fármaco adstringente (que produz constrição) como o ópio” (ESCOHOTADO, 2011, p.23-24), evitando, assim sacrifícios humanos ou não, uma crueldade “monstruosa e inútil”, com o argumento do “pagamento da culpa do povo” .

Como reforço, as drogas no mundo grego não são mais algo sobrenatural, assim assinala o *Corpus hippocraticum*, ao conceber como “substâncias que atuam esfriando, aquecendo, secando, umedecendo, contraindo e relaxando, ou fazendo dormir”. O mais importante nos seus usos era o equilíbrio entre “doses ativas e letais”, já que a quantidade faz a diferença entre remédio e veneno. Acresça-se que além do ópio, vinhos e cervejas, os gregos usaram, com vistas a “cerimoniais lúdicos o cânhamo e outras solanáceas (belenho, beladona, mandrágora), em ocasiões mediante incensos. Conheciam também um extrato de haxixe com vinho e mirra para estimular reuniões privadas” (IDEM,p.25). No entanto, o ópio foi a droga mais usada. A cidade de Mekone, chamava-se “adormidera”, sendo nos tempos de Hesíodo, denominada Sicion e a referida planta simbolizava Démeter, “deusa da fecundidade”.

O uso do ópio na Grécia também se remonta talvez aos primeiros templos de Esculápio, “instituições” algo similares aos hospitais que, quando da chegada de pacientes, os mesmos eram submetidos “a uma incubatio” ou “sonho sanador”. Outro aspecto do tempo/espço da geo-cultura psicotrópica grega é a obsessão pelo envenenamento; não por acaso Sócrates, seu maior filósofo, foi uma de suas vítimas. Todavia, buscando um antídoto, se criou a *theriaka*, ou triaca, “que tomada cotidianamente imunizava o usuário”, porém o significativo é que, junto a puros venenos como cicuta, acônito e outras drogas vegetais, animais e minerais, o ópio fazia parte da dosagem. Enfim, foi uma droga sempre benquista pela referida civilização.

Ao reportar-se ao espaço/tempo presente, a territorialidade, em especial a do mundo do consumo do ópio na Grécia antiga, se portava como uma droga verdadeiramente genérica e quase um elixir para todas as demandas do corpo. Outra droga que também se deve ressaltar sobre a Grécia é o consumo do vinho, pois diferentemente do ópio, seu uso era bastante controverso, pois o mesmo despertava o que hoje falamos de “toxicomania”. “Símbolo de Dionísio, um deus-plantas que suspende as fronteiras de identidade pessoal e chama a periódicas orgias, o vinho irrompeu – usando as palavras de Nietzsche – como um estranho terrível, capaz de reduzir a ruínas a casa que lhe oferecia abrigo” (IDEM, p.26).

Seu uso também faz parte na tragédia grega, como o drama de Erípedes intitulado “As bacantes”, quando no seu final há um canto de retratação: “o deus da videira será apaziguado com cerimônias públicas periódicas”. Aliás, antes da estreia dessa tragédia, em dezembro, janeiro, março e abril, Atenas tinha festividades em homenagem a Dionísio, mas sem impor promiscuidades a nada, todavia proibiam que alguém “impusesse a castidade a qualquer outro, fosse qual fosse o sexo”. Vale ainda acrescentar as “anedotas” que perpassam o uso do vinho, como a que se refere a Poetas “viris e autênticos”, a exemplo de Homero, Arquíloco, Aleo, Anacreonte, Epicarmo e Ésquilo, que para alguns testemunhos, ou melhor, bisbilhoteiros, ficavam em eterno estado de embriaguez, buscando temperar as suas inspirações, tendo como droga o mosto de uva fermentada, “ainda que os poetas cultos e trabalhadores, a exemplo Calímaco e Teócrito, se empapavam na transparência e imparcialidade da alma”.

Nesse contexto, e atendo-se também ao espaço tempo/presente, as escolas filosóficas questionavam duas questões seminais sobre o álcool, (no caso o vinho), com um forte apelo moral, também como hoje: se o vinho “havia sido outorgado aos humanos para enlouquecê-los ou para o seu bem”. Para os estoicos os sábios podiam, por alguma necessidade, beber em excesso e até cair. Já os peripatéticos e epicuristas, “com mais realismo, consideravam impossível guardar o juízo depois de muitas doses”. Enfim, no tocante a natureza do vinho, mesmo não faltando ilustres detratores, como Hesíodo, Lucrécio, o corriqueiro é a crença de que a mesma imbuí-se de “um espírito neutro”, que induz a condutas boas e más, dependendo de cada indivíduo e contexto, tendo Platão como um dos seus advogados, quando propõe leis que proibam a venda para menores e a liberação da mesma de acordo com as idades adultas e seus estados de espírito.

Outro espaço/tempo que merece menção, no tocante as territorialidades psicotrópicas, é o do espaço do Império Romano. O mesmo era embasado por parâmetros normativos similares ao mundo grego e tinha a *lex Cornelia* como princípio geral, no qual a “droga é uma palavra indiferente, onde cabe tanto o que serve para matar como o que serve para curar, e os filtros do amor, porém esta lei só reprovava o uso para aumentar a alguém” (ESCOHOTADO, p.31).

Daí ser comum, durante o Império dos Césares, o uso frequente de cânhamo fêmea (maconha) com vistas a propiciar a “hilaridade e o desfrute”, todavia, segundo o referido autor “as plantas fundamentais de Roma foram a adormideira e a videira. Imperadores, patrícios e plebeus “empregaram o ópio puro em terapia agônica e como eutanásico”. No tratado farmacológico *Matéria médica*, de maior destaque na antiguidade, Dioscórides descreve o ópio como algo que “tira totalmente a dor, mitiga a tosse, freia os fluxos estomacais e se aplica aos que têm dificuldades de dormir”. Com tantas virtudes, a procura era maior que a oferta “sendo frequente sua adulteração”. Por isso, da mesma forma que a farinha de trigo, seu preço passou a ser controlado pelo Império. Por exemplo, no ano 301, o Imperador Dioclécio baixa um edito em que uma vasilha, com capacidade para 17,5 litros, deveria custar 150 denários, preço muito mais barato do que um quilo de haxixe, vendido livremente, e que custava 80 denários”. Nesse mesmo período, territorialmente, na cidade de Roma haviam 793 lojas que vendiam ópio e o seu comércio gerava 15% de “toda a arrecadação fiscal”. Todavia, mesmo com toda essa expressividade no consumo, não haviam problemas de ordem pública ou privada, “nem como casos clínicos nem como marginais sociais”. Era tão popular que o hábito de seu uso era comparado ao hábito de madrugar, fazer ou não exercício, vivenciar mais ou menos o seu lar. Daí não haver uma palavra grega ou palavra em latim para “opiômano”, muito embora haja pelo menos uma dezena para os consumidores de vinho e outras drogas. “Afeitos” a beberem bastante, a tradição romana proibia que mulheres e menores de 30 anos consumissem o vinho. Já o cônsul Espurio Postumio perseguiu bastante os adeptos de Baco e proferiu: “ao elemento religioso dos bacanais se acrescentam os deleites do vinho e a festa. Quando o vinho inflama suas mentes, e a noite a promiscuidade apaga todo sentimento de modéstia, começam a praticar-se toda sorte de corrupções”.

O referido cônsul chegou a incentivar delatores dos beberrões, e delegou que fossem mortos com facas ou crucificados umas 7.000 pessoas sem permitir a demanda de “procedimentos judiciais”. Aliás, a perseguição e matança somente se encerrou quando a chamada “peste dionisíaca”, ou culto a Dionísio é substituído por Líber, um “velho deus romano”; um bode expiatório.

Mesmo sobre pressão, o consumo de vinho nunca deixou de existir e tempos depois, com a mesma falta de garantia “para qualquer acusado”, os preceitos de Espúrio, serviu para perseguir os cristãos, um novo culto misterioso com um futuro promissor “e muito ligado ao vinho”.

Pelo já exposto, diversos nomes para os psicotrópicos parecem transparecer e mediar diversas culturas “como espíritos neutros e imparciais que ao serem ingeridos pelos indivíduos intensificam as inclinações naturais boas ou más, induzindo ao autoconhecimento...daí a *sóbria ebrietas* como meta, pois quem se educa nela pode atingir o relaxamento, com equidade”. Não por acaso, Filon de Alexandria assevera: “quem não se permite a ebriedade e se considera sóbrio, são presas fáceis das mesmas emoções que um ébrio, mas sem aproveitar seu grande entusiasmo” (ESCOHOTADO, p.35). Portanto, numa cultura inclinada, como a romana, ao consumo de vinho e a estabelecer penas ferozes para qualquer transgressão, “o tabu que separa a mulher do vinho não se encomenda à lei e sua quebra só pode ser castigada, se assim for necessário, pela *pater família*. Isto deriva de uma clara distinção entre direito e moral: se a moral quer se apoiar em sanções legais fomentaria atos hipócritas, e se o direito quer sancionar uma moral se faria sectário, fomentando o desprezo às suas leis... Estas convicções, neutralidade das drogas, ebriedade sóbria, automedicação, fronteiras entre moral e direito, sofrem um colapso ao cristianizar-se o império romano” (IDEM, p.36).

Merece menção, também, o papel dos psicotrópicos na cultura islâmica. Pautada na religião monoteísta, a mesma adentra na privacidade dos indivíduos “ditando preceitos sobre alimentos, horários e drogas”, algo diferente dos cultos pagãos. Para Escotado (p.42), no islã não há droga sagrada ou profana e, portanto, “instituições de comunhão natural”, por exemplo, comer e beber do Deus, aspecto que evita caça a competidores. Ainda que falem que Maomé proibiu o consumo de vinho, segundo o referido autor, existe uma versão de que ele apenas mandou açoitar um bêbado, porém, doravante, sem mais detalhes. É o seu irmão Ali que sentencia: “o que bebe se embebeda, o que se embebeda faz disparates, o que faz disparates forja mentiras e a quem forja mentiras deve se aplicar a pena” (in ESCOHOTADO). Enfim,

embriagar-se com vinho não era prudente, pois o mesmo induz o indivíduo à falação e à ridicularidade, sendo o estado sóbrio mais afim da santidade.

De forma diferente, o ópio foi bem aceito na cultura Islâmica; o “pai” da medicina Árabe, Avicena, por exemplo, “usa ópio como eutanásico e o seu discípulo, Al Razi outorga a essa substância um lugar dominante na farmacologia. Portanto, diferentemente do espaço/tempo grego/romano que, com algumas restrições, usavam o vinho, a cultura Islâmica usa ópio como euforizante geral, sendo recomendado para a passagem da segunda idade para a terceira idade, bem como superar os dissabores desta última, tanto em espaços privados quanto públicos “divan”, algo como os cassinos nos dias de hoje. Acresça-se também que, mesmo não havendo menção ao cânhamo (maconha) no alcorão, o islã parece tolerar o uso do haxixe. Rhases, o Galeno árabe recomenda para casos graves “de melancolia e epilepsia”. Já Al-Ukbari, erudito em leis e lírica destaca: “há de saber que a lei islâmica não proíbe o consumo de fármacos cordiais, com efeitos como haxixe. E posto que não há notícia alguma sobre ilicitude, o povo considera que está permitido usá-la e a usa” (in ESCOHOTADO, p.44-45).

Deve-se acrescentar que a referida cultura passou por ciclos mais ou menos liberais quanto ao uso do haxixe; no final do século XIII, por exemplo, o magistrado Ibn Ganim (in ESCOOTADO, p.47) sentenciou: “quem bebe vinho é um pecador, e quem come haxixe um infiel” e o juiz Al-Zarkazi atribuiu ao referido fármaco mais de 120 prejuízos, dentre eles “complacência com a traição, morte súbita, lepra e sodomia passiva”. Enfim, no início o álcool é o mais rejeitado, já que incentiva insensatez e mentira. Em seguida, se condena qualquer tipo de ebriedade, pois os relaxamentos induzidos não são signos de cultura e sim um prazer proibido (IDEM, p.48).

No capítulo sobre “drogas, concupiscência e paganismo” o autor supracitado tenta traçar um panorama geográfico das drogas no Medievo e na Renascença. No primeiro há muitas especulações como a grande profusão do exercício da bruxaria que, cozinhando crianças, procuravam buscar gordura milagrosas; a busca de plantas psicotrópicas na busca de paraísos artificiais; ou o resgate da velha religião celta do oeste europeu. Independente do contexto, a bruxaria foi acusada “de montar ritos

demoníacos, os chamados sabbats, usando bebedeiras e pomadas. Poucas pessoas assumiam atividade até o Papa Gregório IX ditar a primeira bula contra os bruxos, “premiando os inquisidores”, dotando-os de direitos de se apropriar de seus pertences.

Todavia, “a relação entre drogas, luxúria e bruxaria é pontual” e são muitos os contextos nos quais se entrecruzam. Por exemplo, em 1324 se edita uma ata inquisitorial que se aplica a crença na vassoura voadora de bruxa: “ao revisar o sótão da dama se encontrou um unguento com o que engraxava um bastão, sobre o qual podia voar e galopar através de todos os obstáculos”. Mesmo sob o peso inquisitorial, o sabbat extrapolava o mero sexo; de um lado reverenciava costumes antigos ligados à promoção de fertilidade de plantas e animais e ao e ao mesmo tempo parodiava a missa. Assim, “longe de celebrar uma mortificação da carne, os fiéis celebravam sua glorificação; daí que com um falo de chifre de cabrito macho, o oficiante fazia um simulacro de cópula, abrindo uma orgia mais ou menos ritual” (ESCOHOTATO, p.50-51).

Sendo assim, o usuário de drogas que não fosse o álcool estava sujeito a torturas e pena capital, tanto para religiosos como para o simples lúdico, mesmo assim, “o mundo castigado por Deus estava cheio de bruxas com poderes sobrenaturais e a mercê de sua aliança com satanás”, ou seja, a bruxaria “delata” a proibição, que não deixa de ser um desejo de estar mais por perto, no terreno, do que o longe divino. Todavia, o medievo tem as suas fases, e logo desponta o Renascimento, pai da modernidade, e o mesmo pode ser traduzido numa volta ao sentimento humano de pertencer a terra como sua casa e não em “um deserto”. Em Fausto “o novo homem prefere vender sua alma ao diabo que adorar a um Deus raivoso com a vida”. Nesse novo espaço/tempo espraia-se substâncias psicoativas na forma de unguentos que não contém somente haxixe, mas folhas de cânhamo fêmeas, ópio e solanáceas e também “ingredientes sofisticados como a pele de sapo (que contém dimetilptamina o DMT) ou farinha contaminada por “cornezuelo” (que contém amido do ácido lisérgico, além de cogumelos visionários... um bruxo europeu competente podia induzir variados transes” (IDEM, p.51-53). Assim, com a ascensão do território pautado no Estado moderno, do

capital, ou melhor, do advento do mundo burguês, a perseguição às bruxas pelos inquisidores pode ser traduzida como o último intento de “um controle da nobreza rural e clero, dos estamentos em decadência frente ao auge da burguesia urbana e as monarquias rurais” (IDEM, p58).

Entre os séculos XV a XVII, numa Europa com população aproximada de 3.000.000 milhões de habitantes, inquisidores católicos e protestantes, chegaram a queimar vivas aproximadamente 500.000 “hereges”, além de saquearem bens de outros tantos.

Com o despontar do capital mercantil e, posteriormente, industrial, há um ressurgir da medicina tradicional e outros acréscimos, como podemos visualizar na quadro 01. Ainda no século XI, o ópio e o cânhamo são usados por médicos para tratamento de reis, nobres e prelados em vista de variados achaques. No século XII, faz-se alusão à “esponja soporífera”, um tipo de anestésico feito com “belenho, ópio e mandrágora moídos e macerados em água”. Outro aspecto importante é o advento do álcool, descoberto pelos alquimistas, muito embora tenha suas origens na cultura egípcia e árabe. No século XII, por intermédio de um método de refrigeração descobrem a *aqua vitae*, “água da vida e depois a *aqua ardens*, água inflamável, ou álcool de 96 graus obtido por bidestilação” (ESCOOTADO, p.60-62). Apesar da sua importância médica, teve grande acolhida na perfumaria e no mundo dos licores, pois contendo de quatro a cinco vezes mais teor alcoólico, induzia a uma embriaguez “rápida e profunda”, muito mais do que a propiciada pelo vinho. O certo é que de maneira geral o Medievo e o Renascimento “são épocas onde o consumo de bebidas alcançam níveis antes desconhecidos”.

Buscado sedimentar um antipuritanismo, nesse espaço/tempo desponta o uso “luxuriante-herge” de unguentos e bebidas como uso legal “em festas onde se bebe tumultuosamente, ao som de canções atrevidas, quer se trate de celebrar o Corpus Christi ou a semana da Paixão”. Não por acaso, hoje, nas festividades religiosas da paixão de Cristo, em cidades como Sevilha e inúmeras outras na Espanha, o consumo de bebidas seja bastante intenso.

Como sabe-se, é no apogeu do Renascimento que desponta a “descoberta” da América a reboque do avanço do capital mercantil. Neste novo território, além da abundante riqueza mineral, encontram-se outras tantas como a abundância dos “tesouros” naturais. Conquistadores foram curados por ameríndios com ervas, a exemplo de Hernan Cortez, e muitos médicos e boticários europeus, ao invés de impor seus receituários no novo mundo, se fixaram “para aprender dos herboristas nativos e dar a conhecer ou vender em outras terras plantas e preparados”. O médico Francisco Hernández escreveu a “História natural das Índias”, em 17 volumes, catalogando mais 3.000 plantas, permitindo a Europa “conhecer detalhadamente a riqueza da flora americana e ficarem pasmos pela sua grandiosidade.

Cárdenas, no entanto, advogava as ervas no novo mundo como salvadoras de males e outras propiciadoras de ver o Demônio. O peyste, “brugmancia”, ou ololihqui (amido do ácido lisérgico e o tabaco podem ser considerados demoníacas. Contudo, mesmo havendo inquisidores na América contra herbários, alguns historiadores concebem as concepções indígenas originais como “uma organização secreta oposta ao cristianismo e ao governo”. No que toca as drogas visionárias, merece alusão a teonanácatl (seta maravilhosa) na língua náhuatl, “nome que abarca vários tipos de psicodélicos” e que cronistas como Sahagun e Benavente comparam com Lúcifer. Enfim, as drogas visionárias podem ser divididas em dois grupos: um afinado à mescalina com seu anel bencênico e outras com seu anel indólico. No Caribe e cercanias se encontram ainda yopo, “droga extraída de uma planta (a Anadenanthera peregrina) cujo princípio ativo é o DMT. Também aparece o chamado San Pedro, usada para fins de pedidos religiosos e que mostra até que ponto o “índio sugeria sua certeza sob a roupagem da fé alheia” (ESCOHOTADO, p-67-70).

Todavia, a riqueza de fármacos visionários ou não na América passaram a ser apreciados em todos os rincões do mundo. Pizarro ao dominar o Império Inca, em 1.530, percebeu que a coca era um privilégio da corte e sua elaboração clandestina era um desafio a mesma. A corveia, ou popular tributo pago pelos “populares”, era também na forma de pães de coca para serem consumidos pela nobreza e para os

demais estamentos “reinava um sistema de proibição”. Daí os conquistadores, visando a subordinação dos colonizados, terem democratizado o consumo da coca, fato que permitiu, inclusive, que alguns espanhóis fizessem fortuna. Contudo, os inquisidores viam o uso da coca como idolatria, abrindo conflito com os “terratenentes”, fato sanado com a outorga ao clero de um “dízimo sobre todo o comércio com a planta”.

A importância desse psicoativo era tanta, que somente para a feira de Potosi (hoje cidade Boliviana e espaço de grandes reservas de prata tanto no passado, quanto no presente) a maior do mundo em volume de transações, se importavam 1.000.000 de cestas de coca, o equivalente a 1.300 toneladas de folhas. Deve-se acrescentar outras plantas estimulantes da América que passaram a ser consumidas em todo o planeta, como o mate, possuidor de cafeína bem parecida a do café. Mesmo sendo seu uso condenado pela igreja, “a Companhia de Jesus havia antecipado a sua exploração” nos pampas e a “erva diabólica seria o benéfico chá do Paraguai”, aliás, um produto até hoje importante na sua economia e de grande profusão no Uruguai, Argentina, Sul do Brasil e alhures.

Outro estimulante americano, de origem mexicana, é o cacau e que os astecas consumiam em cerimônias “numa linha afim a dos Incas com a coca”. O cacau, por determinação do rei espanhol Hernán Cortez, passou a ser chamado de Theobroma (alimento divino) e que contém theobromina, seu principal alcalóide pertencente a família cafeínica. Outra planta que merece grande destaque é o Herba nicotiana, ou tabaco, uma solanácea. “Bebida, comida ou fumada, a citada planta é introduzida em cerimônias religiosas, ritos de passagem e uso cotidiano desde a costa do Mississipi até a Patagônia e na falta do tabaco muitos “aborígenes” diziam que a tribo é pobre.

Como já frisado, os espaços/tempos mudam, muito embora nessa dinâmica permaneçam “rugosidades”, ou seja, dinâmicas socioespaciais passadas no tempo presente. Assim, os antigos impérios em harmonia com a igreja católica se “desintegram” em Estados-nações “modernos”, sob a égide do nacionalismo e da “ilustração. Portanto, cabia a ideia de autoridade “despótica” e sem limite “frente ao juízo do adulto em matéria de consciência sobre o bem”, pois o espírito moderno “está

sedimentado nas novas bases de democracias parlamentares, incompatíveis com arroubos ortodoxos religiosos. Neste contexto as drogas do paganismo “emergem à luz do dia, amparadas por médicos, boticários e químicos”. Volta com força o ópio com o laudo de Paracelso, e o vinum opis de Sydenham com ingredientes adicionais caros. Este último “se vendia em boticas como hoje se vende aspirina e o bicarbonato.” Reis famosos passaram a fazer uso, assim como a “plebe”; e como vinho e licores, as famílias tinham “elixir para a tosse, drágeas para os nervos, láudanos para cólicas e chás opiados para a insônia”. Mesmo sendo psicotrópicos, eram tomados principalmente para curar ou minimizar dores enfermas, e o consumo excessivo ou viciado era tido apenas como algo preocupante. Como a demanda era cada vez mais crescente, começa a despontar conflitos “geo-opiáceos”, a exemplo do vivenciado pelo Império Inglês com a China e a Índia.

Pelo aludido, se Bauman nos brinda com a assertiva que a modernidade “é o tempo onde o tempo passa a ter uma história”, ou seja, a história de um estapaço temporalizado pela cronologia racional e maquinica de matérias transformadas cada vez em novos objetos, na mesma também embute-se a produção crescente de psicoativos racionalmente trabalhados. As drogas influenciam químicos, farmacêuticos e médicos e “em última instância, a meta capitalista moderna é submeter o ânimo à vontade, disponibilizando da emoção e da percepção como um pianista dispõe de um teclado” (IDEM, p.88). Da literatura à filosofia e as ciências “puras”, perpassa esse novo sentido de mundo pautado na vontade racional moderna, a ponto de Nietzsche definir a ebriedade como “jogo da natureza com o homem”.

Avanços substantivos são realizados pelos químicos, juntamente com “a conveniência comercial” e as novas descobertas são encaradas como panakeiai (panaceia), versão moderna da antiga tríaca. Não pode-se esquecer que o despontar dessas novas produções demandaram novas normas e formas geográficas; objetos e ações assim como uma nova “geo-cultura política” entre novas firmas produtoras nacionais e internacionais. Na América e na Europa, em meados do século XIX já se dispunha de 70.000 “remédios de fórmulas secretas”, desde tônicos a águas milagrosas.

Daí não se estranha a descoberta de princípios ativos de plantas, os fármacos puros, que começa com a morfina em 1.808, cafeína em 1.841, cocaína em 1.860, heroína em 1.883, mescalina em 1.896, barbitúricos em 1903 “e uso de anestésicos como o éter, clorofórmio e óxido nitroso (o gás dos dentistas), entre outras substâncias psicoativas” (IDEM, p.89). Com isso o capitalismo psicotrópico economiza no transporte, volume de plantas, e maximiza seus lucros em quantias “medicinais” concentradas e valorizadas, ou seja, com valor científico agregado. Os princípios ativos “quase sempre compostas e alcalinos e alcaloides”, constituídos por carbono, hidrogênio, nitrogênio, “tornaram-se elementos nucleares da substância orgânica, não menos maravilhosos desde logo e livres de ênfases míticas” (IDEM, p.89).

Reforçando: o despontar dessa nova “geo-cultura política e econômica” dos novos psicotrópicos têm que ser contextualizada e balizada com o advento da sociedade industrial e seu colorário da competitividade, que traz “insônia, neurose e abatimento”, pois nesse contexto de “progresso, se fazia necessário evitar processos inflacionários, especulação, defasagem inovadora em técnicas comerciais, além de se atentar ao processo de miserabilidade no campo e na cidade. Acresça-se ainda “uma crise de fé religiosa e de autoridade dentro da família tradicional”, propiciando “em alguns a nostalgia que faziam velhos tutores e tabus, ainda que outros caíam no desarraigo, incapazes de adaptar-se tanto ao passado quanto ao presente. Estava também a crescente pressa com que se necessitava fazer as coisas” (IDEM, p.90)

4.2 O crack no Brasil e em Pernambuco

O crack, conforme pesquisador americano Ney Jansen, surgiu na década de 1970, mas vindo a ser mais consumido e popularizado na década seguinte entre moradores de bairros pobres de grandes cidades dos Estados Unidos, como Nova York, Los Angeles e Miami.

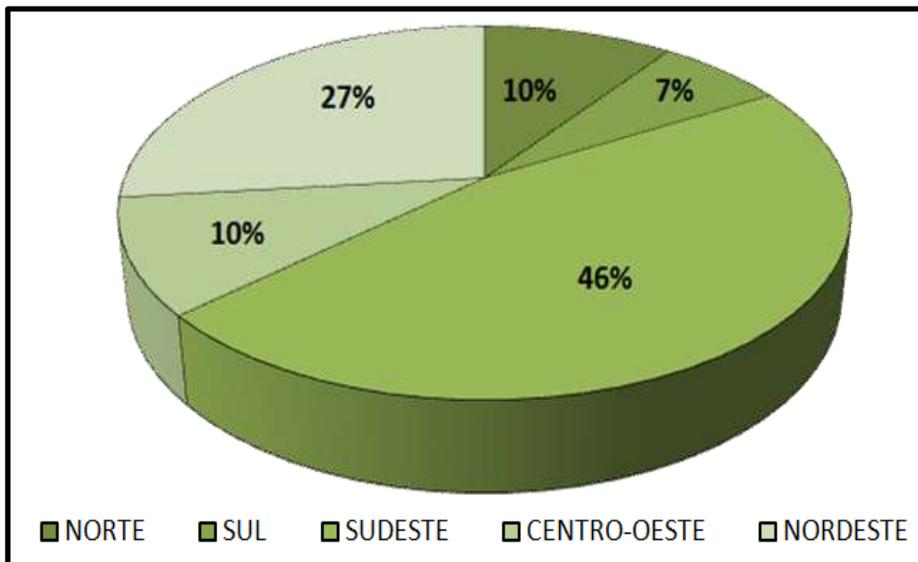
No Brasil, acredita-se que o surgimento do crack se deu na década de 1980. Em 1989, é relacionado o primeiro relato de uso, na cidade de São Paulo. Dois anos

depois, foi feita a primeira apreensão. Acredita-se que a droga tenha entrado no país pelo Acre, vinda da Bolívia e do Peru. O crack era a versão da droga usada por grupos marginalizados, muitos deles vivendo nas ruas. (www.senado.gov)

Conforme matéria veiculada pelo Estadão de São Paulo, em 05/SET/2012, o Brasil é maior mercado consumidor de crack do mundo. O meio impresso de comunicação menciona os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisa de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (Inpad). O resultado desse estudo aponta que o Brasil representa 20% do consumo mundial de crack.

Ainda no que se refere a pesquisa, há um levantamento de consumo por drogas, em especial o crack e o oxi por região brasileira conforme poderemos visualizar na Figura 01 abaixo:

Figura 01 – Consumo do Crack e Oxi no Brasil em 2011



Fonte: www.inpad.org.br

Como é possível verificar a região Sudeste é a que possui o maior consumo. Em números absolutos representa quase metade dos usuários do país. O Nordeste fica com a 2ª posição. As regiões Norte e Centro-Oeste possuem o mesmo percentual e a região Sul fica com o menor quantitativo de usuários.

Outro estudo, porém anterior a pesquisa da Inpad, foi realizado pelos pesquisadores Ronaldo Laranjeira, Lígia Bonacim Duailib e Marcelo Ribeiro pela Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) – Depto de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). O estudo buscou apresentar o perfil dos usuários do crack e da cocaína no Brasil no ano de 2008. Em síntese a pesquisa demonstra que tem tornado-se crescente o uso das substâncias pesquisadas, principalmente em cidades com menos de 200.000 habitantes e que a principal faixa etária é de adolescentes e jovens.

No cenário nacional é possível apontar, ainda, que o número de usuários de crack hoje está em torno de 1,2 milhão e a idade média para início do uso da droga é 13 anos. Os dados foram apresentados pelo psiquiatra Pablo Roig, durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Crack, na Câmara dos Deputados. O número é uma estimativa feita com base em dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Conforme, o referido instituto, o país gasta de 0,5% a 1,3% do PIB com o combate e tratamento ao uso de droga.

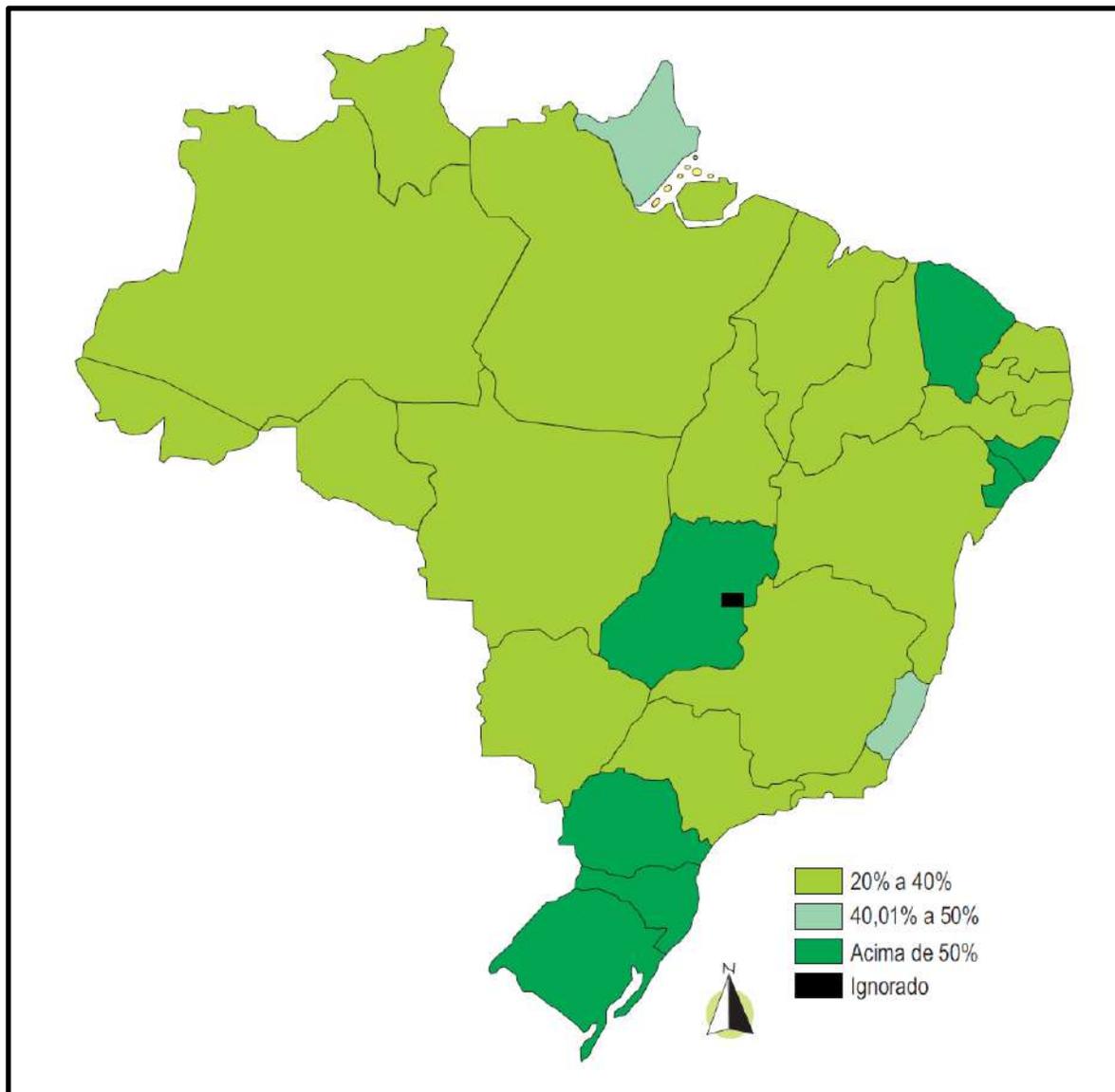
Outro dado que supera a menção realizada pelo IBGE é apontado pela OMS, a estimativa para o Brasil é que 3% da população seja usuária, o que implicaria em 6 milhões de brasileiros. O Ministério da Saúde trabalha com a hipótese de 2 milhões de dependentes. Conforme estudo da Unifesp, patrocinado pela SENAD demonstra que um terço dos usuários encontra a cura, outro terço mantém o uso e outro terço morre, sendo 85% dos casos relacionados a violência. (Diretrizes Gerais para Assistência Integral ao Crack)

Conforme pesquisa divulgada pela Confederação Nacional de Municípios (CMN) aponta que o consumo do crack está substituindo o de álcool em algumas cidades do país. Devido à facilidade de acesso ao crack e ao seu baixo custo, algumas pessoas estão deixando de beber e usando cada vez mais a droga ilícita. A pesquisa mostra ainda que a droga está mais presente em pequenas cidades e no interior do que nas metrópoles. Nas cidades com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, por exemplo, o crack e o álcool são citados, os dois, em 38% das respostas sobre a droga

mais usada. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, o álcool tem 51% e o crack, 34%. (<http://www.enfrenteocrack.org.br/>)

Ainda baseado nos dados da CNM, alguns Estados destacam-se mais no combate ao crack. A Figura 02 apresenta com evidências três Estados da região Nordeste (Ceará, Alagoas e Sergipe), os três da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Goiás na região Centro-Oeste. Espírito Santo e Amapá apresenta resultado mediano e os demais Estados demonstram uma participação inferior a 40% quanto o combate ao crack.

Figura 02 – Participação dos Estados em % no Combate ao Crack



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios – Observatório do Crack (<http://www.cnm.org.br/crack/>)

Vale ressaltar que a pesquisa realizada pela CNM não contemplou todos os municípios brasileiros. Para exemplificar, a cidade do Recife não foi considerada na pesquisa.

Quanto ao consumo do crack por dia no Brasil, há uma estimativa da Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados e da Polícia Federal, que indica que os brasileiros consomem, todos os dias, entre 800 quilos e 1,2 tonelada da “pedra”. Em média a pedra do crack pesa 240mg, um quilo da substância produz 4.000 pedras, o que nesta medida aponta-se o consumo de 3.200.000 a 4.800.000 pedras.

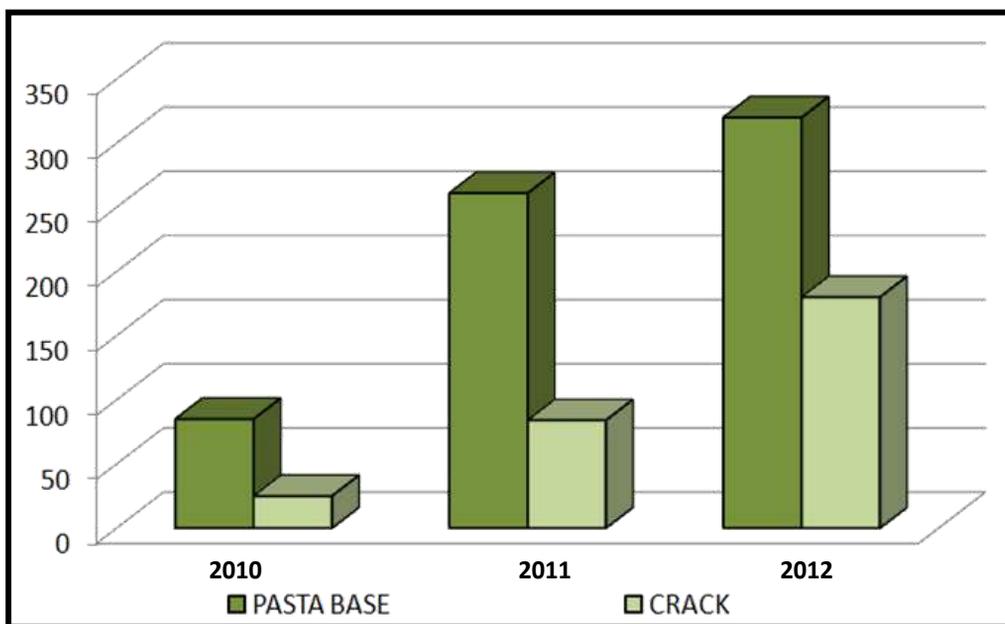
Sobre os dados de consumo acima, concatenando-os com os dados da quantidade de usuários do IBGE (1,2 milhões), aponta-se uma média de 2 a 3 pedras por dia para cada usuário. Transformando esse consumo em valores monetários, tendo a estimativa de que uma pedra do crack é vendida por R\$ 5,00, diariamente no Brasil é gasto mais de 16 milhões e ultrapassa a casa do 6 bilhões anuais. Vale ressaltar que essa estimativa é feita sobre o menor quantitativo de usuários apontado, o que implica que a real situação apresenta-se ainda mais grave.

Como visto, a região Nordeste é a segunda maior em termos de consumo do crack. Entre as suas unidades federativas Bahia e Pernambuco destacam-se. Em Pernambuco, não existe uma estatística que revele o número de usuários de crack. Segundo a Secretaria estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, a estimativa é de que 110 mil pessoas já usaram crack no Estado entre 2010 e 2011. Para executar ações de prevenção e combate à droga, por meio do programa Atitude Cidadã, Pernambuco tem como base dados de homicídios relacionados à droga e o quantitativo de apreensões de crack ou pasta base de cocaína. O uso do entorpecente vem crescendo, como podemos verificar na Figura 03 na página seguinte.

Segundo o Departamento de repressão ao Narcotráfico (Denarc), a figura 03 demonstra que em 2010, foram apreendidos 85 quilos de pasta base e 25 quilos de crack. Em 2011, o número subiu para 261 quilos de pasta base e 84 quilos de crack. No ano de 2012 a polícia apreendeu mais de 320 quilos de pasta base e 180 quilos de crack.

O crescente número de apreensões demonstra que, pelos menos, três ações apresentam-se em tela: a primeira diz respeito a atividade policial que intensificou o

Figura 03 – Apreensões por Kg da Pasta Base e do Crack em PE entre 2010 e 2012



Fonte: Denarc/PE

trabalho de combate ao crack, a segunda fala do aumento da circulação do entorpecente e a última do quantitativo de usuários. Como já pontuado, a situação é de cunho nacional. Contudo, o Estado de Pernambuco, demonstrou um crescimento mais intenso de que outras unidades. Conforme pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, Pernambuco fica atrás de unidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Brasília. Sendo a capital Recife onde mais se consome o crack.

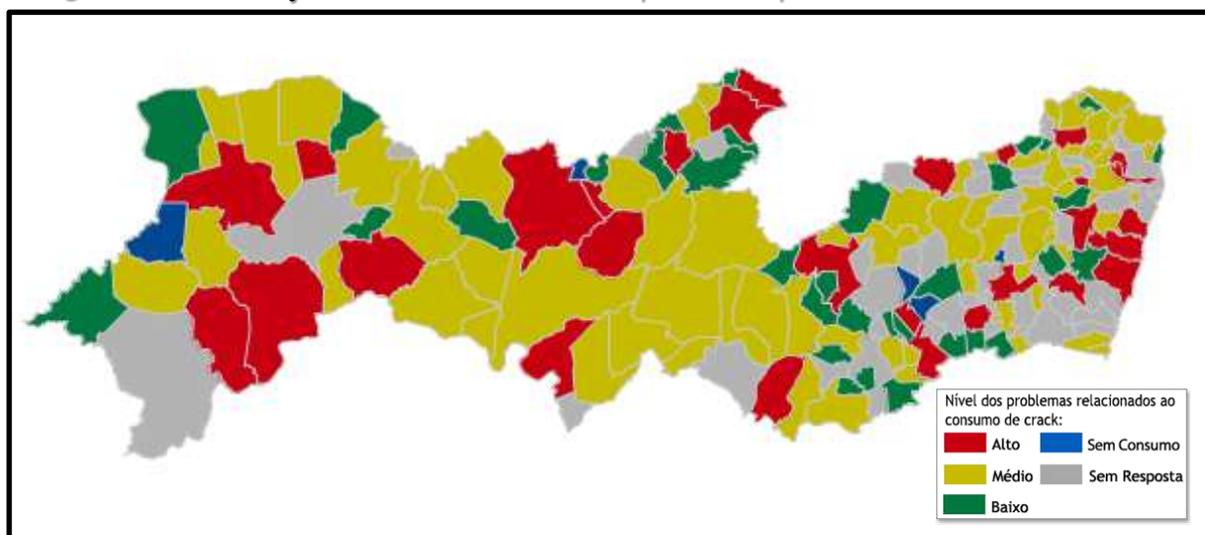
Sobre o perfil dos usuários de crack em Pernambuco a maior parcela é de jovens (18 a 24 anos). Todavia há um considerável número de crianças e adolescentes. Ao observar os dados do Ministério Público de Pernambuco (MP-PE), quanto o número de adolescentes envolvidos com crack, maconha e outras drogas nos processos judiciais, verifica-se que estas ocorrências representam mais de 66% dos atos infracionais. (<http://www.mp.pe.gov.br>)

A interiorização do crack em Pernambuco também tem mostrado-se significativa. Cidades como Caruaru, Garanhuns, Petrolina e Arcoverde apresentam-se ora evidenciadas em periódicos mencionando a apreensão do crack. Dez anos atrás esse dado chamaria muito a atenção; atualmente o espraiamento do crack é visto como

uma epidemia; “o consumo da droga vem crescendo em proporções equivalentes a de uma epidemia, tornando-se um problema de saúde pública”, mencionou Roldão Joaquim, presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Cepad), no site da Unicap (<http://www.unicap.br/webjornalismo/disseminado/index2.php?id=saude>).

Conforme os dados da pesquisa da CNM já citada, o Estado de Pernambuco mostra forte interiorização do Crack. Dos 184 municípios presentes, 156 foram pesquisados e destes 151 apresentam a circulação da droga. A Figura 04 demonstra o resultado do mapeamento na referida unidade da federação.

Figura 04 – Avaliação do Consumo do Crack por Municípios do Estado de Pernambuco



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios – Observatório do Crack (<http://www.cnm.org.br/crack/>)

Como é possível perceber as cores em vermelho indicam que existe alto consumo do crack, os amarelos médio. A maior parcela das unidades pesquisadas enquadram-se nesses dois níveis de consumo. Os no tom de cinza ou ficaram fora da pesquisa ou não apresentaram informações. No caso mapeado, alguns municípios da Região Metropolitana do Recife ficaram de fora, inclusive a cidade do Recife.

Cinco municípios foram apontados como ausentes do consumo: Santa Filomena, Santa Cruz da Baixa Verde, Cachoeirinha, Ibirajuba e Camocim de São Felix. Todavia, na parte interiorana 16,84% dos municípios apresentaram elevado consumo do crack.

Como visto, seja no cenário nacional ou no âmbito de Pernambuco, o crack tem conquistado mais territórios. Afinal, conforme Le Berre (1992, p. 606), "O território pode ser definido como a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais". Logo, o tráfico em sua estratégia de crescimento tem produzido sua própria demanda ampliando a oferta do entorpecente e conquistando mais usuários.

4.3 A representação social do crack

Não há como negar o impacto social ocasionado pelo crack. Como já mencionado, algumas literaturas o aponta como expoente de uma epidemia, causando transtornos na saúde pública e prejuízos em diversas famílias. Conforme Arza (2002), desde a aparição do uso das drogas a leitura da mesma como problema social intensificou-se na década de 70. A partir de então as demandas de intervenção e atuação caracterizam-se, basicamente, em três componentes típicos: Angústia diante do desconhecido; urgência em atender o inevitável e delegação de soluções.

No caso brasileiro, existem outras ações. Historicamente pode-se mencionar que após os primeiros casos de usuários clínicos (aqueles que requerem tratamento médico urgente) ocorreu um momento de angústia diante de uma situação relativamente nova; a partir do crescimento dos casos, medidas urgentes precisaram ser tomadas (criação de locais para tratamento, especializações em universidades sobre o tema, aumento de pesquisas...). Atualmente, o Brasil atua no campo de delegar as ações de combate ao crack. Parte destas ações encontra-se no campo preventivo (escolas, campanhas educativas, centros de informação...), ocorrendo, também, em melhor situação, as ações repressivas (policiais), com outras tecnologias e mais estruturadas .

Indiscutivelmente os agentes que circunda o crack (traficantes, usuários, poder público...) mobilizam ações que têm reflexo na sociedade. Estas estão impregna-

das de sentido que incorporam na percepção do coletivo um significado característico ao crack. Daí surge uma representação que permite leituras simplórias de um senso comum espreado e colocações de forte cunho acadêmico que colaboram e acaloram discussões.

Nesse cadinho, retomando Arza (2002), o mesmo refere-se que a representação social das drogas pode ser observada em duas perspectivas: uma tradicional e outra mais atual. No que se refere a representação tradicional, ele aponta a presença de 07 componentes e suas consequências.

O primeiro componente dentro da visão tradicional é a sobredimensão dada as drogas ilegais. O referido autor acredita que as drogas lícitas podem causar tantos danos quanto as ilícitas e os centros de tratamento não são atrativos para os grupos que enquadram-se no campo de uso legal. Neste aspecto, ao ser veiculado as fortes campanhas de combate ao uso do crack e associarem a busca por tratamento, corre-se o risco de passar a mensagem para os usuários de outros entorpecentes que tais locais só oferecem tratamento para o crack. Isto possibilitaria que possíveis usuários migrem para o crack.

O segundo ponto é relação que é feita com os usuários de droga, em especial os do crack. Aponta-se, basicamente, um perfil homogeneizado: o marginal, o delinquente, aquele que possui relação com o crime. Esta outra visão tradicional possui uma generalização que não indica a verdade absoluta. Essa massificação do perfil pode contribuir para o aumento da rejeição social a essa população. O terceiro componente da visão tradicional diz respeito a estigmatização feita ao local. Áreas que no passado ou recentemente tenham apresentado o uso ou tráfico de algum entorpecente são vistos socialmente como áreas perigosas e a serem evitadas. Essa visão desconsidera que há uma série de outras pessoas que não fazem uso e pode contribuir, caso não ocorra uma intervenção pública, para o local se firmar quanto “ponto” e impedir investimentos privados.

O quarto componente apontado por Arza refere-e a postura do poder público, ele chama-o de divergência entre atitude e comportamento. Como exemplo ele menciona que há um contraponto das campanhas de uso de drogas, mencionando

que não se deve utilizá-las, mas que aceita e permite que eventos sejam patrocinados por empresas de bebida e cigarro. Embora se tratando de drogas lícitas, já colocou-se anteriormente, que os danos são tão sérios quanto os ocasionados pelas drogas ilícitas respeitando-se a proporção da relação), assim, o contraditório “não às drogas”, além de ser uma falácia, em alguns momentos é completamente permitido pelo poder público.

Ainda de conformidade com Arza (2012), o quinto ponto fala sobre a visão que se tem dos usuários. Geralmente a mais explorada é do dependente. Não há, ou pouco se aborda sobre as relações distintas que se pode ter com a droga. Os perfis de usuários são distintos e é a intensidade da relação que vai determinar sua classificação enquanto usuário. Dessa forma, aponta-se como consequência as alternativas limitadas de tratamento. A abordagem pouco direcionada ou voltadas para uma único serviço, não abarcam as variadas necessidades e características de atendimento. A visão seguinte relatada por Javier Arza refere-se a delegação de responsabilidades. Ultimamente os pais delegam aos educadores a tarefa da prevenção, os educadores por sua vez culpam a administração pública por falta de recursos e os pais pela falta de compromisso. Os países consumidores culpam os produtores. Nesse jogo de empurra-empurra acabam não se atentando que trata-se de um problema multidimensional, de situações globais e multissetorial, sendo necessária, portanto, a atuação de todos os agentes e a coordenação de seus esforços.

A última referência pelo citado autor quanto a representação social das drogas diz-se da leitura individual que cada um faz, ou seja, a percepção de si mesmo no consumo pessoal versus a percepção da ilegalidade do consumo de outros. Para o autor “este tipo de percepción puede generar actitudes de incomprensión y rechazo social hacia outro tipo de consumidores de drogas. También puede constituirse em factor de riesgo para el uso problemático de drogas, pues la percepción de control puede llevar a ignorar los peligros²” (ARZA, 2002, P. 30).

² Este tipo de percepção pode gerar incompreensões de atitudes e rejeição social frente a outros tipos de consumidores de drogas. Também pode constituir-se num fator de risco para o uso problemático de drogas, pois a percepção de controle pode levar a ignorar os perigos (Tradução própria).

As colocações de Javier Arza chamam atenção para algo, em certos momentos, pouco considerado, mas que repercutem socialmente. Como explicitado no início deste item, tratam-se de observações feitas a partir de uma visão tradicional sobre as drogas. Outro autor, também espanhol, Diego Macià Antón, aborda o tema e traz em seu livro denominado “Las drogas: conocer e educar para prevenir” dois capítulos dedicados a prevenção e intervenção em âmbitos sociais. Em algumas passagens ele menciona que conhecer um pouco das circunstâncias que a droga encontra para instalar-se são importantes para ações mais eficazes de combate.

Antón nos fala de fatores do entorno (microssociais), que devem ser levados como variáveis e nos lista alguns em sua obra. O primeiro é o consumo inicial instaurado e a existência de exemplos. Para o autor, o jovem ou adolescente sendo continuamente exposto a modelos que representam uma conduta ativa frente ao consumo de lícitos, favorece ou aumenta as chances de imersão por parte desse grupo no uso de drogas.

Em seguida ele aponta a pressão de um grupo, que pode exercer influência sobre cada indivíduo. Os interesses e as expectativas dos companheiros contribuem em grande parte a determinar que uma pessoa experimente ou não uma droga que cause dependência. Conforme pesquisas, a maioria dos jovens consumidores obtém drogas de pessoas de sua faixa etária e não de adultos (ANTÓN, 2005, p. 71). O desejo de integrar-se a um grupo pode ter como resultado que se inicie e mantenha-se o uso de drogas, se alguns dos indivíduos forem influentes e usuários recreativos ou habituais. Vale ressaltar que o grupo proporciona apoio e segurança para novas experiências e podem auxiliar o indivíduo diante de um problema ou no consumo de drogas.

Outra questão é a falta de informação por parte dos pais e educadores. Nenhum ou outro, em muitos casos, não possuem elementos suficientes para debater sobre a saúde de forma geral, em especial o caso das drogas. A ausência de uma abordagem paterna ou no ambiente escolar com consistência de informação e transparência pode favorecer o ingresso de adolescentes e jovens no consumo de drogas.

No bojo familiar aponta-se os conflitos. As desordens entre alguns membros faz com que gere um clima de tensão e desassossego pouco favoráveis para o estabelecimento de uma comunicação autêntica. São muitos os trabalhos que mostram

como a proximidade com a família e a existência de laços afetivos com adultos, diminuem a necessidade da busca por grupos, reduzindo a probabilidade do jovem pertencer a grupos marginais e que utilizam drogas (ANTÓN, 2005, p. 72).

Outro item levantado por Antón são as poucas possibilidades de alternativas para o tempo livre dos jovens. O tempo de ócio é, na maior parte dos grupos de jovens, desfrutado em bares, pubs e boates, locais que, geralmente servem bebidas alcoólicas, permite-se o fumo e tendem a ter uma tolerância menor ao uso de outros psicotrópicos. As atividades mais intelectuais, culturais ou informativas não são muito características.

Outro ponto são alguns padrões incorretos de educação. Antón nos chama a atenção para dois: atitudes de superproteção e atitudes rígidas. As primeiras impedem que a criança alcance sua autonomia, criando sentimentos de inferioridade e insegurança, mostrando-se, posteriormente, adultos com dificuldades de tomar decisões, de estabelecer critérios próprios e exercer sua responsabilidade pessoal. Na segunda forma de atitude, pode gerar um bloqueio, impedindo que as crianças descubram suas próprias capacidades. Conforme Antón,

Estes factores desencadenantes suponen que se produzca falta de diálogo em la familia, manteniéndose em muchos casos actitudes ambigüas frente a las drogas, que se produzcan diversos tipos de carencias afectivas y um clima que no favorece el crecimiento personal, com falta de independencia y de capacidad para afrontar situaciones problemáticas (ANTÓN, 2005, p. 72).³

Outra questão é a inadequação escolar. Depois da família a escola é uma instituição por excelência, assumindo cada vez mais um maior protagonismo em sua função básica de formar e educar. Tanto o tipo de formação recebida como o próprio ambiente escolar podem favorecer ou não o contato com certas substâncias psicoativas. “Uma escola que não responda as necessidades educativas de seus alunos está contribuindo, de certa forma, para o consumo de drogas” (ANTÓN, 2005, p. 73). A não

³ Estes fatores desencadeantes supõem que se produza falta de diálogo na família, mantendo-se, em muitos casos, atitudes ambíguas frente as drogas, que se produza diversos tipos de carências afetivas e um clima que não favorece o crescimento pessoal, com falta de independência e de capacidade para afrontar situações problemáticas (Tradução própria).

oferta de recursos para enfrentar os problemas da sociedade atual, entre eles as drogas, sejam legais ou ilegais, demonstra que a escola não mostra-se preparada para formar pessoas com uma postura segura diante dos problemas sociais.

Encerrando os fatores apontados como microsociais, Antón menciona a existência de uma crise pessoal. Para ele o agravamento de uma situação pessoal é bastante comum e antecede históricos de início do consumo das drogas entre os jovens.

Somados a estes contextos mais próximos do raio do indivíduo, o referido autor coloca outros nos quais menciona como globais: disponibilidade e acessibilidade de drogas, características gerais do ambiente (o ordenamento ou a falta de um – ausência de praças, locais para práticas de esportes... -, por exemplo), aspectos culturais e socioeconômicos.

De uma forma geral, o crack tem uma representação negativa, assim como as circunstâncias aqui apontadas. Parece que tudo o que permeia o universo do crack tem uma carga contraproducente. Mais adiante será exposto a percepção de alguns moradores de 10 bairros recifenses que apresentaram um maior número de ocorrências quanto ao uso e apreensão do crack. Neste ponto será possível verificar como tais residentes enxergam a presença do crack em seus locais de moradia. De antemão, é possível adiantar que a representação concatena com os pontos aqui colocados.

Para entender o porquê do crack ser a cada ano mais utilizado, embora se saiba dos riscos do seu uso, é preciso colocar como ele age no organismo, quais os efeitos a curto e longo prazo e o que o faz ser procurado de forma intensa a partir do primeiro ou do segundo uso. Estas questões serão abordadas no item a seguir.

4.4 Crack: dependência, tolerância e efeitos

Atualmente, muitos estudos debruçam-se sobre o crack. Uma parte significativa procura entender sua reação no organismo e a partir disto traçar um quadro geral sobre a dependência, a tolerância e os efeitos. Procurar ter esses dados

torna-se importante para estruturação de políticas públicas e esclarecer a população dos resultados provenientes do uso. Conforme o Quadro 02, podemos verificar uma síntese do conceito, da ação no organismo, dos efeitos e sintomas do uso do crack.

Quadro 02 – Breves colocações sobre o Crack

O QUE É O CRACK?
Elaborado a partir do cloridrato de cocaína adicionado a um agente alcalino (bicarbonato de sódio). É pouco solúvel em água. Por isso, é fumado e não injetado. O nome crack é derivado do som produzido quando é queimado.
O CAMINHO PECORRIDO
Os vapores são absorvidos pelo pulmão, chegando ao cérebro mais rapidamente que pelas vias intravenosas e nasal. Em oito segundo alcança o centro do prazer mediado pelo neurotransmissor dopamina.
OS EFEITOS
Intensa euforia, ilusão de onipotência e grande autoconfiança, que duram aproximadamente cinco minutos. Ao fim, o usuário sente disforia, compulsão e fissura, definida como vontade incontrolável de usar mais droga. Tal sensação acompanha o ex-dependente para o resto da vida. Basta ele lembrar do crack. O uso contínuo leva também a delírios e alucinações, efeitos conhecidos como paranoia. O passar do tempo faz com que os efeitos iniciais ocorram num intervalo cada vez mais curto, enquanto a ansiedade e depressão aumentam.
OS SINTOMAS
O mais comum é a redução drástica do apetite, que leva a perda de peso rápida e acentuada. Em um mês de uso contínuo, o usuário pode emagrecer até 10 quilos. Fraqueza, desnutrição, aparência de cansaço físico e desleixo com a aparência e a higiene pessoal também estão relacionadas à droga. Também pode ocorrer falta de atenção e concentração, que levam o usuário de crack a deixar de cumprir atividades, como frequentar trabalho e escola.

CAVALCANTI, Jorge. O martírio dos órfãos do crack. *Jornal do Commercio*. Cidades. 20/NOV/2011, p. 6

As colocações do quadro acima referem-se as características mais comuns em um dado grupo de usuários. Vale ressaltar que podem ocorrer variações quanto aos efeitos e sintomas. Baseado, ainda, no Relatório da Pesquisa sobre a situação do crack nos municípios brasileiros (CNM), que coloca alguns dos problemas ocasionados pelo uso do crack, lista-se nas páginas seguintes, de forma resumida, alguns deles:

1. **Intoxicação pelo metal:** O usuário aquece a lata de refrigerante para inalar o crack. Além do vapor da droga, ele aspira o alumínio, que se desprende com facilidade da lata aquecida. O metal se espalha pela corrente sanguínea e provoca danos ao cérebro, aos pulmões, rins e ossos.

2. **Fome e sono:** O organismo passa a funcionar em função da droga. O dependente quase não come ou dorme. Ocorre um processo rápido de emagrecimento. Os casos de desnutrição são comuns. A dependência também se reflete em ausência de hábitos básicos de higiene e cuidados com a aparência.

3. **Pulmões:** A fumaça do crack gera lesão nos pulmões, levando à disfunções. Como já há um processo de emagrecimento, os dependentes ficam vulneráveis a doenças como pneumonia e tuberculose. Também há evidências de que o crack causa problemas respiratórios agudos, incluindo tosse, falta de ar e dores fortes no peito.

4. **Coração:** A liberação de dopamina faz o usuário do crack ficar mais agitado, o que leva ao aumento da presença de adrenalina no organismo. A consequência é o aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial. Problemas cardiovasculares, como infarto, podem ocorrer.

5. **Ossos e músculos:** O uso crônico da droga pode levar à degeneração irreversível dos músculos esqueléticos, chamada rabdomiólise.

6. **No sistema neurológico podem ser identificados os seguintes efeitos:**

6.1. **Oscilações de humor:** o crack provoca lesões no cérebro, causando perda de função de neurônios. Isso resulta em deficiências de memória e de concentração, oscilações de humor, baixo limite para frustração e dificuldade de ter relacionamentos afetivos.

6.2. **Prejuízo cognitivo:** pode ser grave e rápido. Há casos de pacientes com seis meses de dependência que apresentavam QI equivalente a 100, dentro da média. Num teste refeito um ano depois, o QI havia baixado para 80.

6.3. **Doenças psiquiátricas:** em razão da ação no cérebro, quadros psiquiátricos mais graves também podem ocorrer, com psicoses, paranoia, alucinações e delírios.

7. **Sexo:** o desejo sexual diminui. Os homens têm dificuldade para conseguir ereção. Há pesquisas que associam o uso do crack à maior suscetibilidade a doenças sexualmente transmissíveis, em razão do comportamento vulnerável que os usuários adotam.

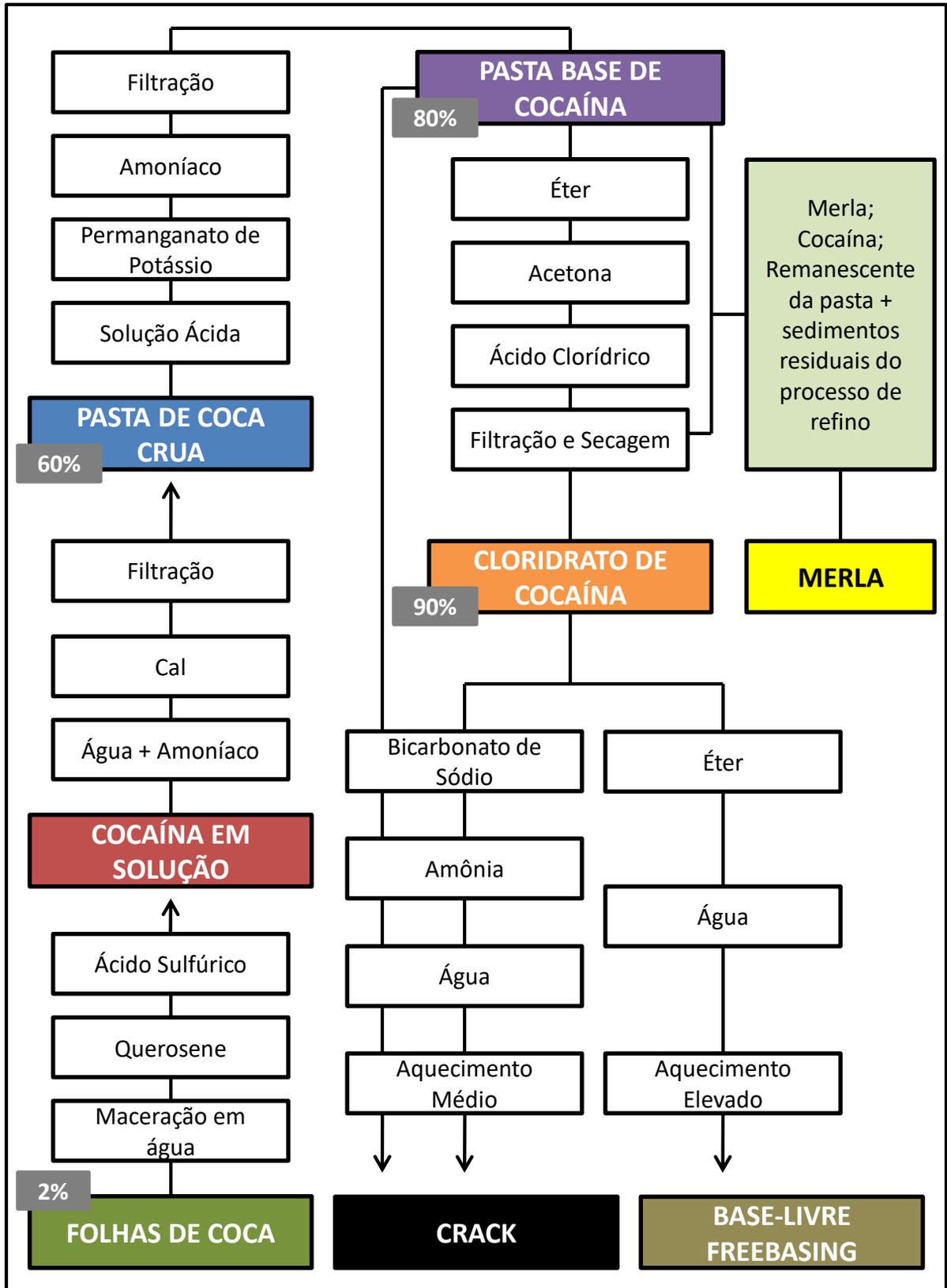
8. **Criminalidade:** Segundo especialistas da área de segurança pública, o consumo de crack é uma das causas do aumento de pequenos furtos e roubos menos elaborados. O usuário perde a noção do risco e tem como único objetivo conseguir dinheiro para comprar a droga, com isso, de posse de uma faca, tesoura, ou pior, de uma arma de fogo, ele é capaz de realizar qualquer ato para alcançar este objetivo. O uso contínuo do crack leva à problemas psiquiátricos que aliados à ansia de manutenção do vício, acaba com a resistência ao ímpeto criminoso, resultando em ações de violência por parte do usuário, bem como proporcionando maior vulnerabilidade destes à violência. Em ambas situações é comum a ocorrência de óbitos.

9. **Morte:** Pacientes podem morrer de doenças cardiovasculares (derrame e infarto) e relacionadas ao enfraquecimento do organismo (tuberculose). Ao contrário do que se poderia imaginar, não são as complicações de saúde pelo uso crônico da droga, mas sim os homicídios que constituem a primeira causa de morte entre os usuários, resultantes de brigas em geral, ações policiais e punições de traficantes pelo não pagamento de dívidas contraídas nesse comércio ilegal.

Outra causa importante são as doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV por exemplo, por conta do comportamento vulnerável que a droga gera. O modo de vida do usuário, enfim, o expõe à vitimização, muitas vezes levando-o a um fim trágico (CNM, 2011, p.3-5).

Entre as drogas que circulam em grande quantidade no país, o crack é o mais destrutivo. Especialistas alertam que um em cada três usuários morre, em média, após cinco anos de uso contínuo do crack. Para entender melhor como o crack é produzido a Figura 05 apresenta um esquema onde demonstra a produção da cocaína e os elementos que são adicionados para formulação do crack.

Figura 05 – Esquema de produção da cocaína e derivados



Fonte: Cartilha de Diretrizes Gerais para os Usuários do Crack, p. 10 <<http://www.enfrenteocrack.org.br/>>

Conforme Antón (2005; p. 17) “el uso y abuso de las drogas representa um problema grave, capaz de producir importantes alteraciones de la salud y problemas sociales.”⁴ Esta afirmativa reforça que as substâncias psicoativas ultrapassa as questões ditas do campo individual e engloba o coletivo.

Já mencionou-se que o crack possui um alto poder dependogênico, a dependência caracteriza-se a partir de uma relação forte que é estabelecida com o psicotrópico. A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que é o estado psíquico e às vezes físico, causado por uma ação recíproca entre um organismo e uma droga, que se caracteriza por mudanças no comportamento e por outras reações que incluem o desejo irreprimível de tomar a droga de forma contínua e periódica, a fim de experimentar seus efeitos psíquicos ou evitar os mal estares produzidos pela privação.

A dependência surge não só da conduta de busca, mas, também, da relação do sujeito com sua família, o mundo social e profissional. Obviamente que o quadro de dependência passa, como colocado, por um uso sistemático. Existem, basicamente, dois tipos de dependência: a psíquica e a física. O primeiro tipo de dependência é definido como uma situação em que há um sentimento de satisfação e um impulso psíquico que requer a administração regular e continuada da droga. Trata-se, pois, de um desejo extremamente forte pela busca de um agradável estado emocional. O segundo tipo, se define como um estado de adaptação que se manifesta pelas aparições de intensos transtornos físicos quando é interrompido a administração da droga. Estes transtornos constituem a síndrome da abstinência. (ANTÓN, 2005, p.30-31)

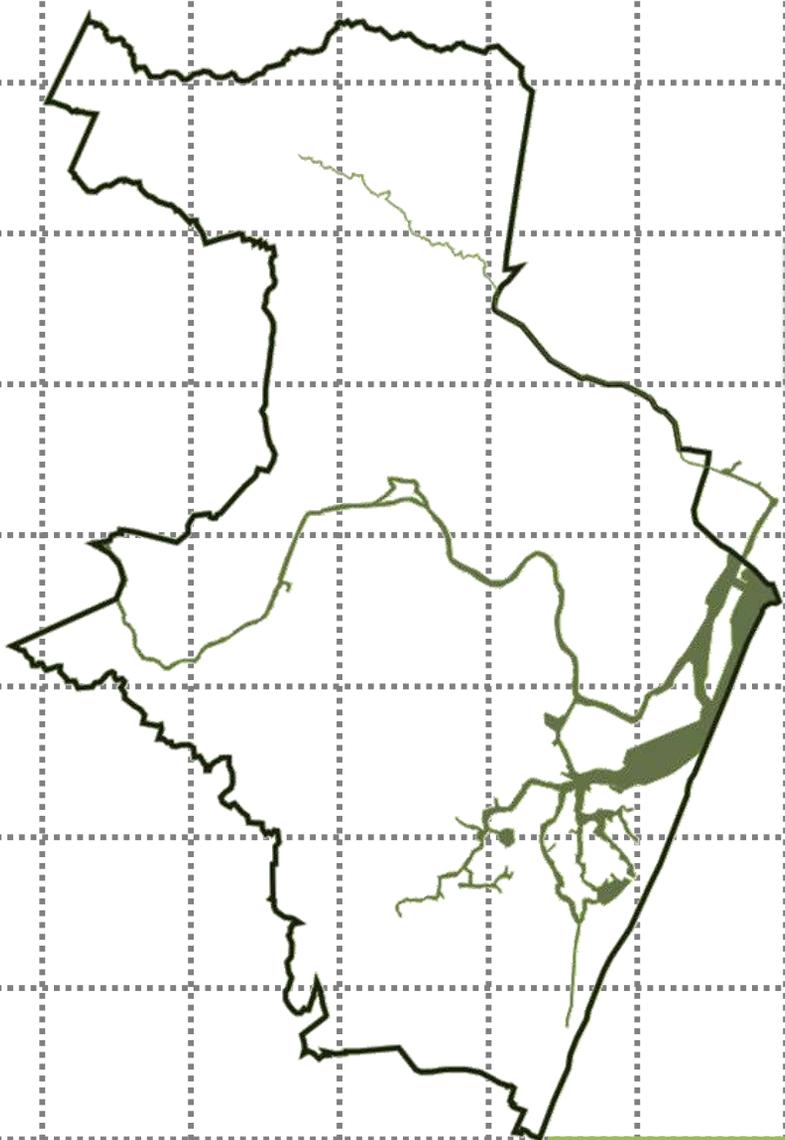
Contudo, antes de se ter um quadro de dependência, o usuário, conforme sua relação com as drogas é classificado de forma diferenciada. O citado autor menciona que é possível agrupar as pessoas, conforme sua relação com a droga, em cinco grupos. O primeiro seria os abstinentes que referem-se aqueles não tiveram nenhuma relação com a substância psicoativa, não havendo utilizado em nenhuma ocasião para nenhuma finalidade. O grupo seguinte seriam os usuários experimentadores ou casuais, estas pessoas fariam uso em uma ocasião tendo experimentado a droga, mas não ocorrendo repetição posterior.

⁴ “o uso e abuso das drogas representa um problema grave, capaz de produzir alterações importantes na saúde e problemas sociais. (Tradução própria).

Em seguida teríamos os usuários ocasionais, estes incluem o grupo de indivíduos que consomem apenas de vez em quando alguma substância, sem que apareçam nenhum sintoma de tolerância nas mesmas. Alguns autores consideram que estes teriam um controle sobre o uso. O quarto tipo são denominados de usuários habituais, estes utilizam a droga com relativa frequência, aparecendo os sintomas de tolerância, gerando-se prováveis comportamentos de continuidade do uso, contudo, ainda não apresentam o aspecto da dependência em sua totalidade. A última classificação refere-se ao dependente, que já colocou-se um pouco acima no conceito da OMS. Todavia, ressalta-se que são grupos que fazem um uso muito frequente e prolongado da substância psicoativa, manifestando claramente a tolerância quando ocorre a abstinência. (ANTÓN, 2005, p.32)

A tolerância seria um estado de adaptação que se caracteriza por uma diminuição da resposta da mesma dose de droga para produzir determinado efeito, sendo necessário uma dose maior para alcançar o estado desejado (ANTÓN, 2005). Conforme o citado autor, existe a tolerância cruzada, fenômeno em que ao se tomar uma droga a tolerância surge a outra de mesmo tipo e às vezes de outra droga relacionada. Quando a pessoa já é dependente de uma droga estará em função da interação de três fatores: a) as características pessoais ou experiências anteriores; b) natureza de seu ambiente sociocultural; c) as características químicas da droga em questão. Estes fatores contribuirão para um dependente ampliar seu limite de tolerância, fazendo assim que seu organismo seja adaptado a doses maiores de uma determinada droga e pelo uso da mesma pode torná-lo amoldado a doses maiores de outra droga que tenha a mesma via metabólica.

Aqui buscou-se apresentar um pouco das circunstâncias referentes ao uso do crack. Conhecer esses aspectos possibilita ações de combate, para assim, buscar a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de saúde, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional sobre Drogas.



**OS CIRCUITOS DE
PRODUÇÃO,
DISTRIBUIÇÃO E
CONSUMO DO CRACK
NA CIDADE DO
RECIFE**

5. OS CIRCUITOS DE PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DO CRACK NA CIDADE DO RECIFE



O consumo e, conseqüentemente, o tráfico do crack tem crescido. De acordo com o Disque-Denúncia, entre 2010 e 2011 ocorreu um aumento de mais de 200% de reclamações referentes a substância, apenas na Região Metropolitana do Recife - RMR (DENÚNCIA, 2012). Ainda, conforme o órgão, só no primeiro semestre de 2012 contabilizou-se mais de 5.950 ligações denunciando o tráfico e a utilização do entorpecente, uma média de 32 reclamações ao dia.

A realidade não é uma exclusividade do cenário recifense. Conforme o II LENAD (Levantamento Nacional de Álcool e Drogas) organizado pelo INPAD (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Drogas); o Brasil é o maior mercado mundial do crack e o segundo maior de cocaína. A região Nordeste aparece com a segunda maior quantidade de usuários no país com 27%, ficando atrás da região Sudeste que retém quase metade dos usuários brasileiros (INPAD, 2012).

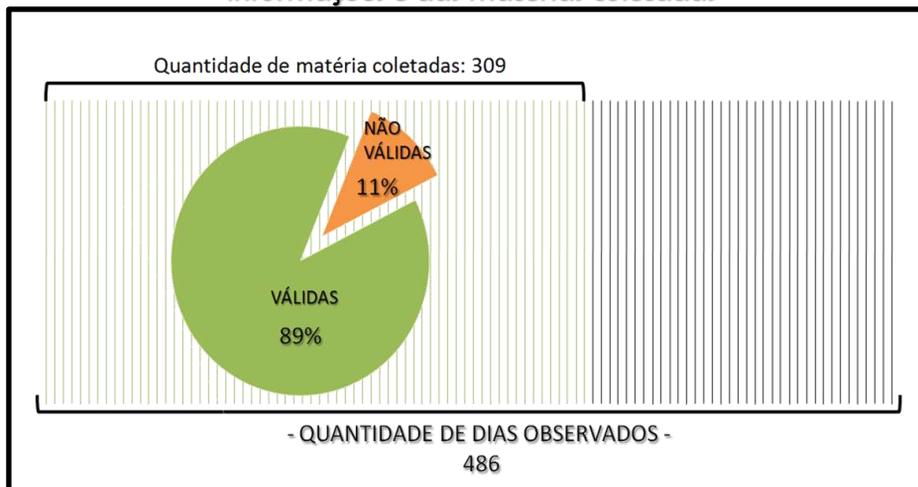
Outra pesquisa, realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), faz, também, um levantamento sobre o uso de crack no país. O estudo demonstra que há consumo do crack em 4.018 cidades da nação. O número corresponde a 90,7% dos municípios consultados. Os dados, ainda, revelam alto consumo do crack em pelo menos 1.078 cidades (CRACK, 2011). A referida pesquisa aponta que 95,2% das cidades de Pernambuco registram a presença do crack e revela a crescente interiorização da substância.

Paralelo a esse crescimento está o número de apreensões do crack. Dado este que indica, também, uma maior circulação. De acordo com os dados do balanço da violência em Pernambuco, ao se abordar sobre as ações de combate ao crack, é colocado que houve aumento de 1.138% na apreensão de pasta base em relação ao ano de 2010 para 2011 (EDUARDO FAZ, 2012). Dado este que indica, também, uma maior circulação.

Frente ao combate, o tráfico adota estratégias diferentes. Territórios novos surgem e ajudam a compor a rede de circulação do crack. O mapeamento da estrutura é mutável. Uma rota antes efetuada, busca adequar-se ao cerco da força policial. A trama da rede se refaz e a circulação ocorre. Como exemplo, ao observarmos as informações do DENARC (Departamento de Repressão ao Narcotráfico) em 2011, partindo dos principais países produtores de pasta-base da América do Sul (Colômbia, Peru e Bolívia), existem rotas com entrada no Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Paraná, que seguem por entre os Estados até chegar em Pernambuco (BANDEIRA, 2011). Atualmente, já é possível encontrar menção de rotas com entrada no Amazonas e circulação por via marinha.

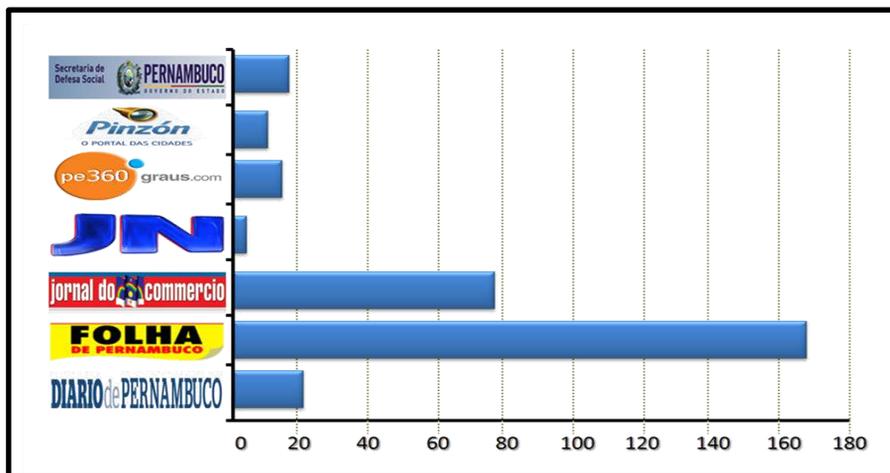
Pernambuco tem se destacado quanto a quantidade de pasta base de crack, inclusive em cidades do interior. Contudo, é notório que o maior consumo da substância concentra-se na capital pernambucana, fato atrelado a maior concentração de pessoas (mercado consumidor) e de apreensões do entorpecente. Para descrever um pouco desse cenário, a pesquisa tomou como procedimento metodológico o apanhado de matérias jornalísticas que abordassem sobre o crack na cidade do Recife. Assim, fez-se um recorte temporal que inclui todo o ano de 2011 e o primeiro quadrimestre de 2012. Ao todo foram observados 486 dias (Figura 06), coletando-se 309 matérias referentes ao tema, sendo 89% válidas, ou seja, aquelas que não apresentavam repetições de casos.

Figura 06 – Comparativo entre o período de tempo da coleta de informações e das matérias coletadas



Do material coletado tem-se uma média de uma ocorrência em quase dois dias, levando-se em conta as matérias válidas. Vale pontuar que no âmbito do Estado e da RMR os registros eram diários, mas tomou-se apenas a cidade do Recife. Ao todo, 07 fontes foram utilizadas: Diário de Pernambuco; Jornal do Commercio; Folha de Pernambuco; os sites PE360 graus; Pinzón, o Portal das Cidades; o da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e do Jornal Nacional (Ver Apêndice 01). Maior parte das reportagens é da Folha de Pernambuco com 54,37% do montante, em seguida vem o Jornal do Commercio com 24,59% e em terceiro o Diário de Pernambuco com 7,12%. As demais fontes ficaram abaixo de 6%, conforme a Figura 07.

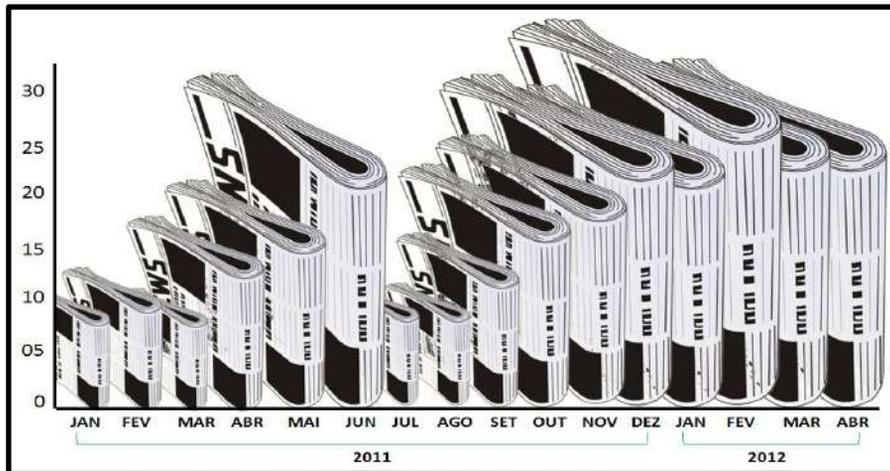
Figura 07 – Comparativo entre o período de tempo da coleta de informações e das matérias coletadas



Fonte: Pesquisa

A quantidade de matérias ao mês sobre o crack também variou. Os registros não possuíam regularidade (Figura 08). A oscilação pode ser entendida como momentos de maior ofensiva por parte da força policial e de estratégias de recuo dos que mantêm a rede do crack ativa, ou, ainda, como a não veiculação por parte dos meios de comunicação. É importante mencionar que computou-se registros diários, contudo, uma parcela não referia-se a cidade do Recife, mas a cidades vizinhas e do interior, a estratégia era para reforçar um mapeamento mais específico das ocorrências no território recifense.

Figura 08 – Quantidade de reportagens por mês



Fonte: Pesquisa

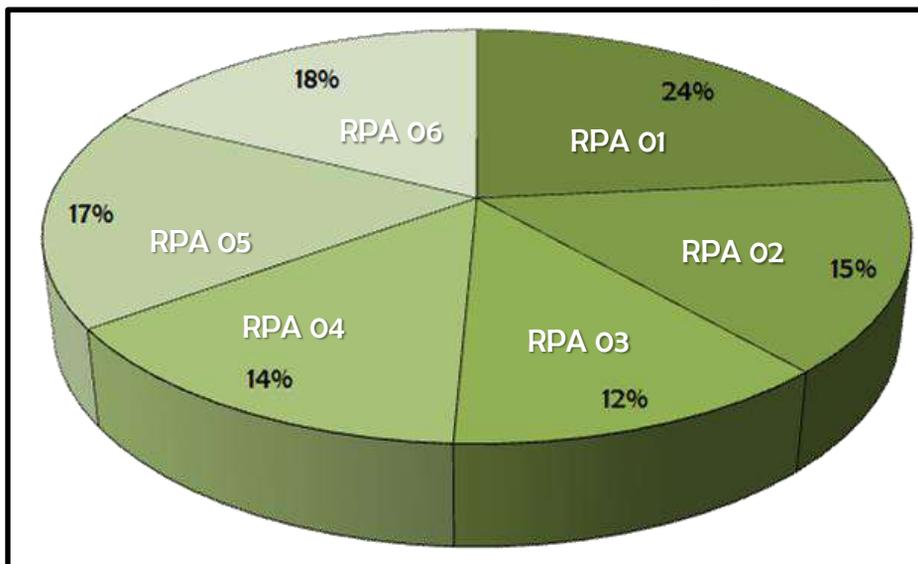
Percebe-se uma maior expressividade de informações no mês de junho/2011 e entre novembro/2011 a abril de 2012, o que pode ter sido ocasionado pelo tempo de coleta das informações, que concentrou-se no último semestre de 2011. A maior parte das fontes consultadas disponibilizam as informações através de seus sites, renovando ou reservando para os assinantes as consultas mais antigas, dificultando parcialmente a busca de informações. Contudo, visando atenuar estas “janelas” de dados, a pesquisa ainda acrescenta os dados coletados em arquivos públicos.

Vale ressaltar que a média mensal de informações referentes ao crack é superior a 19 ocorrências. Os meses que ocorreram a menor coleta de registros foram janeiro e março de 2011, ambos com oito ocorrências. O de maior quantidade de registros foi o mês de fevereiro de 2012, com um evento por dia. Talvez, em função da festividade carnavalesca e o maior número das ações policiais que são convencionais nesta época.

Assim, com o apanhando de informações sobre o uso, o tráfico e as apreensões do crack, no referido período, foi possível mapear os bairros que eram apontados nas ocorrências. O resultado, como será demonstrado mais adiante, demonstra uma Recife com mais de 85% dos seus bairros com pelo menos uma ocorrência. Para embasar os dados e ser mais preciso quanto as colocações é posto os resultados dos registros de 2011 até outubro de 2012 da SDS quanto a apreensão e tráfico do crack na cidade do Recife.

Ao todo foram disponibilizados 2.721 registros referentes ao crack na cidade do Recife (Ver Apêndice 02) entre o referido período. Desse montante, fazendo-se a divisão por RPA, conforme demonstrado na Figura 09, verifica-se que a RPA 01 e RPA 06 se sobressaem em relação as demais.

Figura 09 – Total de ocorrências com o crack por RPA



Fonte: SDS – Ano de 2011 a OUT/2012

Ainda observando o conjunto das RPAs percebe-se que a diferença entre o maior e menor valor percentual (RPA 01 e RPA 03), é de quase 100% a mais para RPA 01. Contudo, quando verifica-se os bairros que as compõem, nota-se que alguns bairros se destacam quanto ao número de ocorrências. Na RPA 01, com 640 acontecimentos, Santo Amaro, Coelhos e São José representam 60%, sobressaindo-se Santo Amaro, como 170 registros do montante. Na segunda Região Político Administrativa, apenas o bairro de Campo Grande destaca-se com 30% das 407 ocorrências. Vasco da Gama e Casa Amarela são os que apresentaram o maior número de registros policiais, tendo, respectivamente, 16% e 10% dos 333 computados na RPA 03. A Iputinga, na RPA 04, apresenta 130 dos 390 registros; na RPA 05 o bairro de Afogados é o que possui maior evidência, com 108 ocorrências e na sexta RPA três bairros destacam-se: Boa Viagem, Ibura e Pina, juntos possuem 336 dos 482 registros.

Os dados da SDS fazem um contraponto interessante com a pesquisa realizada nos informes jornalísticos. Alguns bairros coincidem quanto a expressividade de ocorrências e muitos outros, antes não demonstrados, surgem com relativa quantidade.

A junção dos dados permitiu uma leitura mais ampla a respeito da territorialização do crack na cidade do Recife. O Quadro 03 demonstra o resultado quantitativo das ocorrências por RPA, através dos informes jornalísticos e dos dados da SDS.

Quadro 03 – Resultado da coleta de informações sobre o crack na cidade do Recife, através de informes jornalísticos e dos dados da SDS

RPA	QUANTIDADE DE REGISTROS	
	SDS	Informes Jornalísticos
RPA 01	640	55
RPA 02	407	48
RPA 03	333	34
RPA 04	390	28
RPA 05	469	32
RPA 06	482	77
TOTAL	2.721	274

Colocando-se numa ordem de maior quantidade de ocorrências, nos registros da SDS teríamos a RPA 01 como a primeira e nos dados dos informes jornalísticos essa colocação ficaria com a RPA 06. A RPA 03, conforme a SDS foi a menor em termos de ocorrências, sendo a RPA 04 de acordo com os periódicos a última colocada.

Proporcionalmente duas RPAs tiveram valores percentuais próximos, como o caso da RPA 01, que nos dados da SDS possui 23,52% e nos informes jornalísticos fica com 20,07%, assim como a RPA 03 que tem 12,24% dos registros da SDS e 12,41 nos periódicos.

De uma forma geral as referidas informações possibilitaram uma visão sobre a dinâmica do crack na cidade do Recife. O próximo item trará o resultado do mapeamento através destes informes.

5.1 Uma proposta de mapeamento da produção através de informes jornalísticos e dados oficiais

O caso do tratamento estatístico e gráfico na ciência geográfica não é um privilégio de trabalhos da chamada Geografia Quantitativa. Ao se fazer consultas em bibliotecas, observa-se que muitas pesquisas que se inserem, de acordo com seus autores, em um método de abordagem dialética (marxista) também fazem uso dessa ferramenta que auxilia na visualização e análise mais rápida dos dados coletados.

Esta questão pode ser corroborada pelo que dizem Ferreira e Simões (1994, p. 7), ao introduzirem sua obra, que “a geografia utiliza, como instrumento básico da análise de estruturas espaciais, o tratamento estatístico e a sua representação cartográfica, pelo que se torna imprescindível em *qualquer estudo de Geografia* compreender os processos de sua utilização.” (grifo nosso).

Também na parte introdutória de seu livro Gerardi e Silva (1981) comentaram que “a chamada ‘revolução quantitativa’, começada na Geografia na década de 1950, passou e hoje em dia os procedimentos matemático-estatísticos são normalmente *aplicados em todos os ramos da disciplina* e figuram, no Brasil, no currículo de muitos Cursos de Geografia.” (grifo nosso).

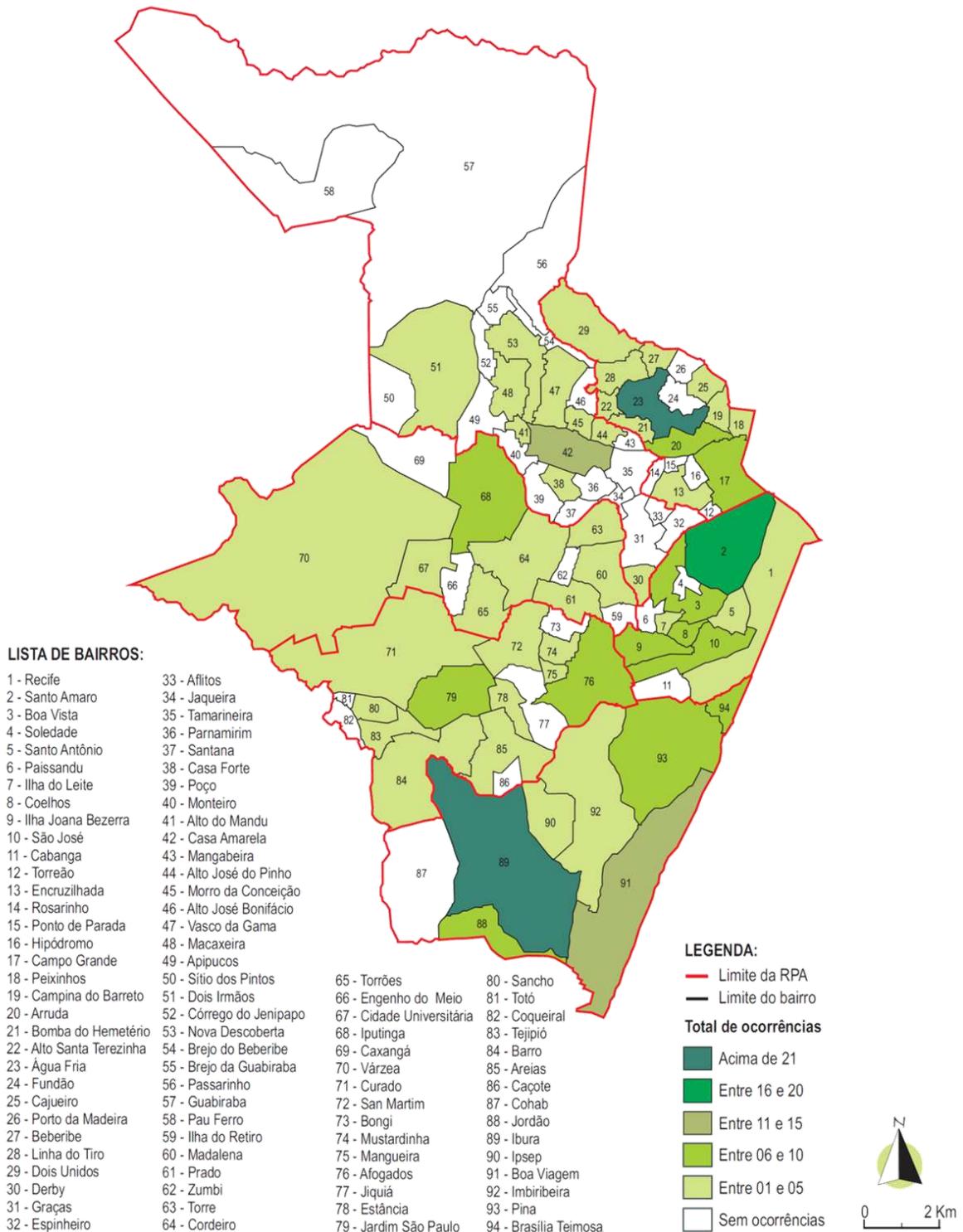
Evidentemente, o primeiro passo a ser dado, no sentido de confeccionar gráficos, mapas, tabelas, quadros etc. é recolher os dados que envolvem o objeto da pesquisa em questão. A coleta dos dados é, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 32), uma “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos.”

As figuras que se seguem foram resultados dessa coleta de dados, conforme explicitados em páginas anteriores (pesquisa em informes jornalísticos e em dados da SDS). Por elas, pode-se perceber como a questão do tráfico e uso do crack se manifestam na cidade do Recife por todo o território municipal, cujos dados estatísticos são enfatizados na cartografia apresentada.

RECIFE: TRÁFICO E USO DO CRACK POR BAIRRO

Levantamento das ocorrências entre o período de janeiro/2011 a abril/2012

FIGURA
10



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Fonte: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, Pinzón, PE360^o e SDS/PE.

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

A Figura 10 revela o território municipal do Recife, fragmentado por mais de 90 unidades espaciais, inseridos nos limites de suas respectivas RPAs. Para a elaboração da base cartográfica, se tomou como base documentos presentes na Prefeitura da Cidade do Recife (2005) – apoiados em dados da Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras/Diretoria de Urbanismo (DIRURB) e também, na Diretoria de Meio Ambiente (DIRMAM) – bem como o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (2005). De acordo com Bitoun (1996, p. 41):

A divisão territorial do Recife em 94 bairros para fins censitários (levantamento e divulgação) resulta de um decreto de 1988 fixando os limites dos bairros, cada um deles correspondendo a um número inteiro de setores censitários e tornando-se uma unidade estatística, caracterizada por um conjunto de dados.

O mesmo autor evidencia que tais unidades espaciais não são consequências de “práticas cotidianas” e que estas delimitações não aludem, essencialmente, às percepções de seus habitantes, mas que são “simples” porções estatísticas que conduzem ao sistema de informações, cujo estabelecimento se liga aos processos administrativos (Bitoun, 1996).

O mapa da referida figura 10 disponibiliza dados acerca de ocorrências do crack, por meio de informes jornalísticos. Para tanto, foram acessados, como já descrito anteriormente, o Jornal do Commercio, o Diário de Pernambuco, a Folha de Pernambuco. Ainda se consultou o Pinzon, o PE360 e a Secretaria de Defesa Social (SDS). Tais informes aí contidos correspondem a um período que compreendeu de janeiro de 2011 a abril de 2012 e, por meio deles, verifica-se a disposição de uma série de classes cartografadas, resultantes do processo de registro desse fenômeno, na cidade.

Na verdade, o acesso aos dados dos periódicos consultados permitiu a determinação de seis classes, envolvendo a totalidade dos bairros, para melhor se ter a impressão das observações, inclusive representando-se, também, aqueles que não apresentaram ocorrências. Tais classes se encontram, na legenda, em ordem decrescente e foram consequência de um agrupamento natural, por se acreditar que o conjunto de dados, neste caso, seja supervisionável.

Conforme se verifica, apenas dois bairros (Água Fria e Ibura), localizados em RPAs diferentes (a 02 e a 06, não contíguas e fixadas em porções norte e sul do município) constam na primeira classe e aludem a 2,13% das unidades espaciais do Recife.

Dentre eles o maior registro foi o do Ibura com 33 ocorrências contra 18 verificadas em Água Fria. Mas, durante o período observado constata-se que os quatro primeiros meses de 2012, no que se refere ao Ibura, apresentou quase o mesmo percentual, ou seja, 45,45% de todo o ano anterior (54,55%). Por outro lado, para Água Fria as ocorrências se deram em torno de 66,67%, em 2011, e 33,33%, em 2012 (janeiro a abril).

Na segunda classe (16 a 20 ocorrências) constata-se apenas uma dessas unidades espaciais da cidade recifense (1,06%), representada pelo bairro de Santo Amaro. Convém atentar que este bairro se encontra, relativamente, próximo ao de Água Fria e que, em todo o ano de 2011 os registros foram menores (43,75%) do que o quadrimestre de 2012, com 56,25%.

A terceira classe se situa entre 11 e 15 ocorrências encontradas em informações jornalísticas, acerca do uso do crack. Nela foram reunidos os bairros de Boa Viagem e Casa Amarela (2,13%). Se os dois bairros apresentaram maiores registros em 2011, o primeiro demonstra uma maior disparidade, pois nesse ano as ocorrências, no bairro litorâneo, atingiram um índice de 53,33%, enquanto, em apenas quatro meses, essa unidade espacial alcançou 46,67%.

Embora, para o bairro mediterrâneo de Casa Amarela, a pesquisa tenha apontado 78,57%, em 2011, compreendendo uma média de 19,64% por quadrimestre, de janeiro a abril de 2012 houve registros que determinaram o percentual de 21,43, superando a média quadrimestral do ano anterior. Vale frisar que o bairro de Casa Amarela está localizado bem mais próximo àquele de Água Fria, com relação ao de Santo Amaro, unidades já consideradas no contexto da representação dos dados da figura 10. Mais uma vez, verifica-se que os dois bairros incluídos nessa terceira classe, ou seja, Boa Viagem e Casa Amarela, fazem parte de duas RPAs não contíguas. Se o

último foi incorporado à RPA 03, na zona norte do território municipal, o primeiro insere-se na 06, porção sul recifense, e está em contato com o Ibura (aquele já apontado dentre os de maiores incidências do crack), por seu trecho, grosso modo, sudoeste.

No tocante à quarta classe, que obteve o quantitativo de 06 a 10 ocorrências, o mapa revela que apenas 12 bairros foram aí fixados, correspondendo a um total de 12,77%. Tais unidades são representadas por: Boa Vista, Coelhos, Ilha Joana Bezerra e São José (RPA 01); Campo Grande e Arruda (RPA 02); Iputinga (RPA 04); Afogados e Jardim São Paulo (RPA 05); e Jordão, Pina e Brasília Teimosa (RPA 06).

Alguns desses bairros, integrantes da quarta classe, se encontram não contíguos entre si como é o caso de Jordão, Jardim São Paulo e Iputinga; os demais, tais como o conjunto Pina - Brasília Teimosa - Afogados - São José - Ilha Joana Bezerra - Coelhos - Boa Vista (nas RPAs 01, 05 e 06) e o Campo Grande - Arruda (RPA 02). Enquanto o primeiro conjunto se limita com o bairro de Santo Amaro, por meio do bairro da Boa Vista, o segundo vai fazê-lo com o de Água Fria, unidades correspondentes àquelas de maiores índices de ocorrências.

A penúltima classe, no contexto do fenômeno em questão, aponta aqueles bairros que expuseram de 01 a 05 eventos, no que concerne ao uso da referida droga ilícita, denunciados pelos informes jornalísticos. Eles perfazem um total de 39 bairros correspondendo a 41,49% das unidades espaciais, em sua totalidade.

Os bairros aí localizados são os de: Recife, Santo Antônio e Ilha do Leite (03 dentre os 11 bairros da RPA 01); Encruzilhada, Peixinhos, Campina do Barreto, Bomba do Hemetério, Alto Santa Terezinha, Cajueiro, Beberibe, Linha do Tiro e Dois Unidos (09 bairros de um total de 18 da RPA 02); Derby, Casa Forte, Alto do Mandu, Alto José do Pinho, Morro da Conceição, Vasco da Gama, Macaxeira, Dois Irmãos e Nova Descoberta (09 unidades das 29 da RPA 03); Madalena, Prado, Torre, Cordeiro, Torrões, Cidade Universitária e Várzea (07 dos 12 bairros da RPA 04); Curado, San Martim, Mustardinha, Mangueira, Estância, Sancho, Tejipió, Barro e Areias (09 dentre os 16 bairros da RPA 05); e Ipsep e Imbiribeira (02 dos 08 bairros da RPA 06). Como se observa, embora possuam a característica de comportarem os menores índices, eles se

encontram presentes em todas as RPAs da cidade. Se a minoria forma uma contiguidade expressiva, outros demonstram aquela com expressão menos significativa, enquanto certa minoria se encontra isolada, devido aos valores das variáveis das outras classes.

Enfim, a última classe reflete aquelas unidades espaciais nas quais não foram evidenciadas ocorrências. Se elas se encontram em contato com aquelas unidades de piores índices, também estão contíguas a de todas as demais classes.

Mais particularmente, para citar exemplos, pode-se constatar que o bairro de Boa Viagem não possui contato com nenhum outro que se insira nessa variável de “sem ocorrências”, porém sua área é tangida por todas as outras classes, exceto a segunda. Ao norte do bairro de Água Fria aparecem em contato com este bairro (só para lembrar: inserido na primeira classe) aqueles do Fundão e do Porto da Madeira, que não revelaram nenhuma ocorrência, no período. Também a sudoeste do bairro de Santo Amaro, o da Soledade, adjacente a ele, não revelou nenhum fato.

O extremo norte do território municipal do Recife, ao comportar, grosso modo, quatro bairros, localizados na RPA 03, aparece sem nenhuma ocorrência. Na verdade, essa RPA é a que mais detém unidades espaciais sem ocorrências, compreendendo 65,52% de toda a RPA, permitindo observar uma contiguidade de um extremo a outro. Conseqüentemente, ela ocupa o primeiro lugar com unidades espaciais, sem registro, em informes jornalísticos.

Os bairros inseridos na referida classe, pertencentes à RPA 03, foram: Graças, Espinheiro, Aflitos, Jaqueira, Tamarineira, Parnamirim, Santana, Poço, Monteiro, Mangabeira, Alto José Bonifácio, Apipucos, Sítio dos Pintos, Córrego do Jenipapo, Brejo do Beberibe, Brejo da Guabiraba, Passarinho, Guabiraba e Pau Ferro.

Em segundo lugar ficaram as RPAs 02 e 04 com um índice de 33,33% com bairros sem ocorrências, no período: Fundão e Porto da Madeira (RPA 02) e Ilha do Retiro, Zumbi, Engenho do Meio e Caxangá (RPA 04).

Em terceiro lugar se encontra a RPA 05 (31,25%): Bongi, Jiquiá, Totó, Coqueiral e Caçote. Destes, os únicos que apresentaram contiguidade foram Totó e Coqueiral, situados no extremo oeste da RPA.

Ao ocupar o penúltimo lugar, a RPA 01 aponta 03 unidades espaciais, perfazendo um índice de 27,27%. Tais bairros não apresentam contatos entre si: Soledade, Paissandu e Cabanga. O segundo deles (Paissandu) tem contiguidade com outro congêneres, isto é, também sem ocorrências, pela sua porção oeste, porém localizado na RPA 04, o Ilha do Retiro.

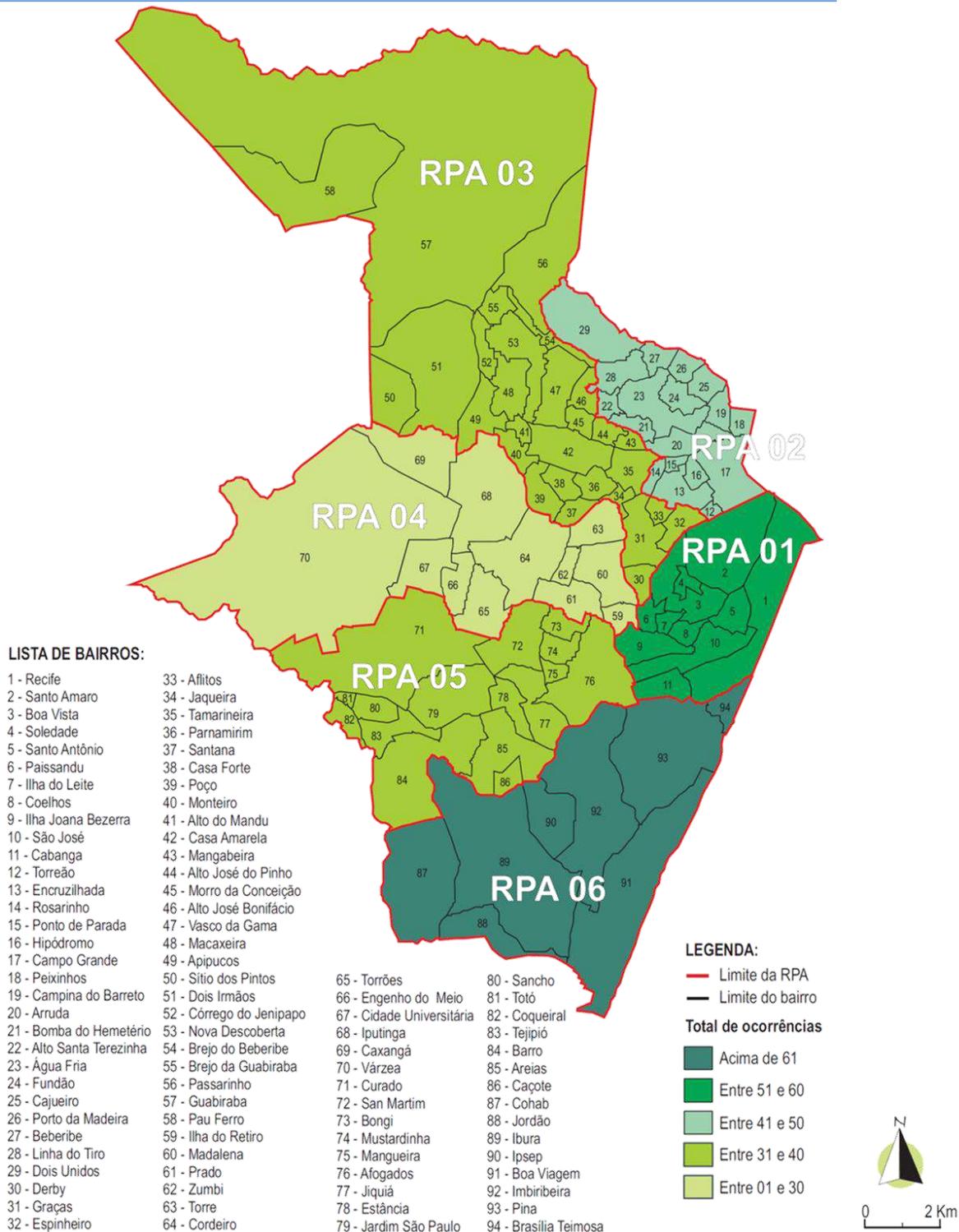
Por fim, a RPA 06 se destaca na última posição (12,5%) por ostentar somente um bairro sem ocorrências de uso do crack, o denominado Cohab. Este se limita com os do Ibura e Jordão, em sua porção leste.

A Figura 11, diferentemente da anterior, apresenta dados quantitativos em torno das RPAs. Portanto, as classes revelam as variáveis em torno do fenômeno do tráfico e uso do crack, por RPA, levando em consideração o mesmo período dos informes jornalísticos, ou seja, janeiro de 2011 a abril de 2012.

Antes de se discutir o conjunto dos resultados desse fenômeno, vale trazer alguns dados acerca da constituição dessas RPAs recifenses. De acordo com conteúdos da introdução de um documento (PREFEITURA DO RECIFE, 2002), no final da década de 1980 o território municipal recifense foi dividido em 06 RPAs. Por ele, admite-se que, em 1986, foram estabelecidas 12 regiões com vistas ao planejamento participativo visando “operacionalizar o Programa Prefeitura nos Bairros”.

Porém, sete anos mais tarde, isto é, em 1993, por meio de um decreto, é que seriam estabelecidas as seis regiões político-administrativas do Recife: RPA 1 (Centro); RPA 2 (Norte); RPA 3 (Nordeste); RPA 4 (Oeste); RPA 5 (Sudoeste); RPA 6 (Sul).

Tal fixação dos limites obedeceu a alguns discernimentos. Deste modo, os limites dos bairros, concebidos desde 1988, serviriam como uma base para essa divisão que reuniria um conjunto dessas unidades espaciais da cidade. Outra questão a ser levada em consideração foi a “diversidade/heterogeneidade”, materializadas no processo de evolução/produção da cidade. Portanto, tais RPAs “[...] não representariam somente uma determinada tendência da ocupação, mas refletiriam as diferenças existentes tais como: áreas formais e informais, residenciais e comerciais, verdes e edificadas, etc...” (PREFEITURA DO RECIFE, 2002).



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.
Fonte: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, Pinzón, PE360^o e SDS/PE.
Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

Na verdade, visava-se a remoção de obstáculos, no tocante à gestão, que, para tanto, consideraria o aspecto dos “serviços urbanos” e da “infraestrutura”.

Assim tomou-se o sistema viário e o de drenagem como elementos norteadores da divisão apresentada, em particular os corredores de transporte, figurarem como elemento do cotidiano da população na busca de trabalho, consumo, serviços e lazer, e o sistema de drenagem por ser o elemento determinante na ocupação do espaço da cidade. (PREFEITURA DO RECIFE, 2002).

A proposta dessa regionalização buscava, ainda a preservação do “espaço de atuação das organizações populares”, bem como fixar, em cada RPA, uma sede da Diretoria e Controle Urbanístico (DIRCON), com caráter regional.

Na gestão do então prefeito, Roberto Magalhães (PREFEITURA DO RECIFE, 1997), uma lei aparece instituindo as RPAs. Por esse instrumento legal, admite-se que as RPAs foram instituídas no município recifense com a finalidade “de formulação, execução e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamentais.” Elas, assim, passaram a reunir as unidades espaciais da cidade, definidas pelo Decreto Municipal nº 14.452, de 25 de outubro de 1988. Além desses bairros servirem ao levantamento das informações do IBGE, como destacado anteriormente, ao se discutir dados da figura 1, eles também contemplavam a composição de um Sistema de Informações e Planejamento do Recife.

Naquele momento, o documento também destacava que as RPAs seriam subdivididas em microrregiões a fim de contemplar a definição das ingerências municipais, em nível local, bem como estabelecendo contatos com a população recifense. Evidentemente, a referida lei trouxe uma discriminação dos limites, a fim de seu reconhecimento pelo espaço da cidade, produzido pelas práticas espaciais de moradores e outros agentes. O documento ainda destacava, no artigo 2º, que:

Art. 2º - À cada Região Político-Administrativa corresponde uma sede regional, onde poderão ser instaladas as unidades administrativas desconcentradas dos diferentes órgãos da Prefeitura da Cidade do Recife - PCR, para os fins previstos no art. 167, do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife - PDCR, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Naquele final dos anos de 1990, observa-se que todas as RPAs foram possuidoras de 3 microrregiões assinaladas por 1.1, 1.2 e 1.3, ao se tratar da RPA – 1, por exemplo, agregando, cada uma delas, seus respectivos bairros.

De acordo com um documento (A CIDADE, 2005) as seis RPAs abarcam um território, cuja área é de 219,49 km², composto por morros (67,43%); planícies (23,26%); e superfícies aquáticas (9,31%). Como já visto anteriormente, em sua totalidade o território foi fragmentado por 94 bairros, situados nos limites dessas regiões. Suas distribuições não foram homogêneas, pois algumas comportaram quantitativos diferentes, conforme a metodologia adotada.

À RPA 01 coube um percentual de 11,70% dos bairros; à RPA 02, 19,14%; à RPA 03, 30,85%; à RPA 04, 12,77%; à RPA 05 17,02%; e à RPA 06. 8,51%. Em determinada ordem, observa-se que em primeiro lugar se encontra a RPA 03, seguida da RPA 02 (2º lugar), RPA 05, (3º lugar), RPA 04 (4º lugar), RPA 01 (5º lugar) e, enfim, a RPA 06 (6º lugar). Mesmo se aquelas microrregiões se encontram em vigor, subdividindo as RPAs, os dados cartografados, em torno do tráfico e uso do crack, levam em consideração apenas os atuais limites das RPAs, como se vê pela figura 11.

Os dados das ocorrências aparecem agrupados em cinco classes, pelas quais todas as RPAs apresentam a existência do fenômeno aqui estudado. Apenas duas RPAs a 03 e a 05 ficaram inseridas em uma mesma classe; as demais, apresentaram variáveis diversas.

A primeira classe contempla a RPA 06, devido à manifestação do fenômeno haver apresentado dados acima de 61 ocorrências. Vale lembrar que nela se insere o bairro do Ibura que foi uma das duas unidades espaciais recifenses que mais se destacaram nas informações jornalísticas, seguido pelo de Boa Viagem e, logo após, por outros bairros com menores incidências que os dois primeiros citados, no período pesquisado.

A segunda classe registra dados entre os valores de 51 e 60 ocorrências. Nela se encontra a RPA 01 que é contígua à RPA 06. Estas têm uma característica que as identificam como as que mais possuem um de seus limites com a proximidade do litoral.

Se nessa RPA não está contido o bairro que, juntamente com o do Ibura, revelam os piores índices de ocorrência, mas ela conta com o localizado no segundo pior índice, ou seja, com o de Santo Amaro. Os demais bairros dessa RPA denunciaram ausência de ocorrências (3 casos) e estiveram dentre aquelas classes, da figura 10, que apresentaram menores índices. Isto permite imputar a classificação da RPA 01, em segundo lugar, ao bairro de Santo Amaro.

A terceira classe diz respeito àquela com índices entre 41 e 50 ocorrências na qual se inclui a RPA 02. Aí se encontra o bairro de Água Fria que se localizou no mesmo patamar do bairro do Ibura. A referida RPA é possuidora de unidades espaciais sem ocorrências de tráfico e uso do crack, mas apresenta outras unidades imbuídas entre 01 e 05 e 06 e 10 ocorrências.

Pelo que se apreende, ainda, as RPAs 06, 01 e 02 formam uma extensão norte-sul localizada na parte leste do território municipal recifense e são contiguas às RPAs 03 e 05 que se localizaram em uma mesma classe.

As RPAs 03 e 05 correspondem àquelas que tiveram entre 31 e 40 ocorrências e não estão em contato entre si, pois separa pela congênere de número 04. A RPA 03 é a que mais detém unidades espaciais que não apresentaram ocorrências e dentre as outras unidades que exibiram tais fenômenos, nenhuma apresentou altos índices ficando apenas com uma unidade cujo valor foi entre 11 e 15. A RPA 05, por sua vez, também aponta para a existência de bairros sem ocorrências, mas as outras unidades existentes nessa RPA apenas se enquadram entre as variáveis de 01 a 05 e 06 a 10 ocorrências, conforme visto na figura 10.

Por fim, a RPA 04 foi a que menos demonstrou o volume de casos, ou seja, entre 01 e 30 ocorrências, disponíveis nos informes jornalísticos do referido período aqui destacado. Ela está em contato ao norte e ao sul por aquelas RPAs que se encontram apenas em um patamar mais elevado que o dela. Apenas sua pequena porção mais oriental, representada pelo bairro da Ilha do Retiro é que a faz manter contato com a RPA 01 com os bairros de Paissandu e Ilha Joana Bezerra. O dado mais elevado dessa RPA é representado pelo bairro da Iputinga estando os demais entre os níveis mais abaixo.

Para facilitar a verificação dos resultados das ocorrências sobre crack tanto no que diz respeito aos informes jornalísticos quanto aos dados da SDS, visto que auxilia no processo de visualização dos valores percentuais, apresenta-se a Figura 12 na página seguinte. Como visto na figura 11, algumas vezes se torna impossível verificar certas diferenças, como a das RPAs 03 e 05 que ficaram inseridas na mesma classe. Poder-se-ia deduzir que, devido à RPA 05 estar contígua à RPA 06, ela deveria ter um percentual maior do que aquele que a RPA 03 apresentou, fato que, por meio da elaboração do mapa dos percentuais, ficou descartado.

Assim, observa-se que a RPA 06 compreendeu cerca de 28,10% do total dos casos registrados no montante dos informes jornalísticos e 17,72% dos registros da SDS, em números absolutos, respectivamente, representam 77 e 482. De fato as diferenças são substâncias. Como já mencionado as metodologias divergem no período e no quantitativo. Os informes jornalísticos, vale lembrar, apresentam uma coleta de 16 meses, enquanto os da SDS 22. As fontes dos periódicos não sistematizam todas as ocorrências sobre o crack, enquanto a SDS entende-se que sim.

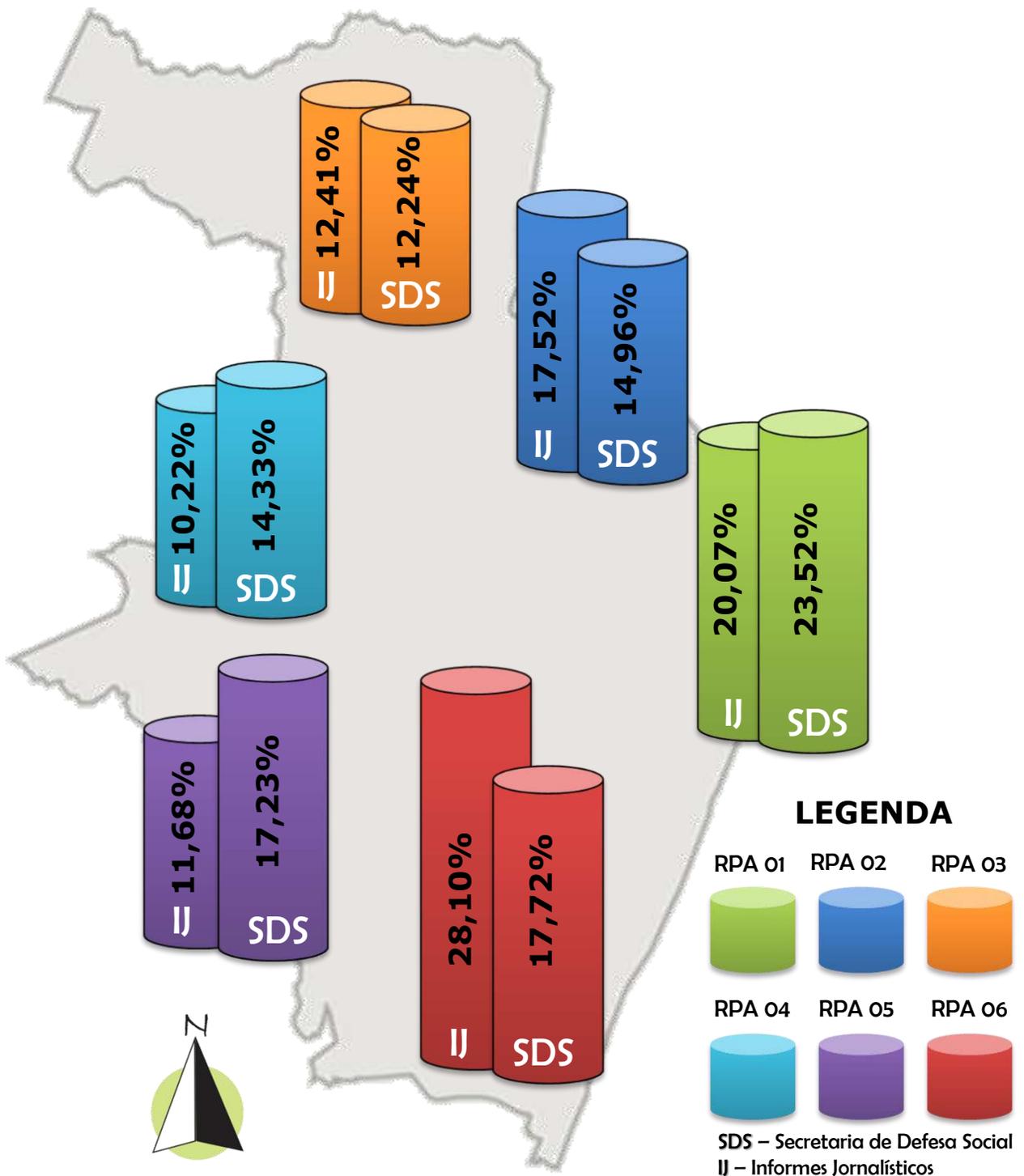
Verificando, ainda, a figura 12, percebe-se que a RPA 01 deteve 20,07% do material proveniente da pesquisa com periódicos e 23,52% das ocorrências da SDS. Observando-se a primeira porcentagem a referida RPA obteria a 2ª colocação no tráfico e uso do crack, vendo-se o percentual dos dados da SDS obtém-se o primeiro lugar. Como já colocado, alguns bairros desta RPA como Santo Amaro, Boa Vista e São José, que possuem uma sistemática quanto ao tráfico e consumo do crack impulsionam os números mais elevados e a aludida colocação.

A RPA 02 conteve 17,52% e 14,96%, mantendo-se a ordem dos dados (Informes Jornalísticos e SDS). Conforme a figura 10 verifica-se que Campo Grande (vizinho a Santo Amaro), Arruda e Água Fria são os bairros que destacam-se. Vale ressaltar que os três mantêm territórios contíguos e induzem a reflexão de que tratam-se de áreas do espraiamento de Santo Amaro, que vem apresentando um maior enfretamento ao crack, o que pode ocasionar novas territorialidades nos bairros vizinhos. Em comparação com os valores percentuais médios das demais RPAs, a segunda RPA encontrar-se-ia na 3ª posição.

RECIFE: TRÁFICO E USO DO CRACK POR RPA

Levantamento das ocorrências entre o período de JAN/2011 a ABR-OUT/2012

FIGURA 12



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Fonte: Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, Pinzón, PE360º e SDS/PE.

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

A RPA 03 abarcou 12,41% e 12,24%, mantendo-se proporcional em relação as duas fontes observadas. Fazendo-se um somatório dos números absolutos obtém-se 367 ocorrências, este número permite apontar esta RPA como a que possui o menor número de registros, a mesma, também, foi apontada como a que . Vale mencionar que trata-se daquela que possui a maior quantidade de bairros. A quarta Região Política alcançou 10,22% e 14,33% e a 5ª abrangeu 11,68% e 17,23%.

Estas diferenças ou proporcionalidades verifica-se quando mapeia-se a cidade do Recife apenas com os dados da SDS. A Figura 13 traz um mapa cujo tema é o levantamento das ocorrências em informações da Secretaria de Defesa Social (SDS) entre o ano de 2011 a outubro de 2012. Tais ocorrências foram gentilmente cedidas pela referida secretaria, permitindo constatar a manifestação do fenômeno estudado no território municipal do Recife.

No mapa ainda são observados os limites das RPAs, bem como os dos bairros. Por meio da pesquisa foi possível, como nos casos anteriores, elaborar um rol correspondente à disposição dos dados, em determinada ordem de grandeza, crescente ou decrescente, assim como apontaram Gerardi e Silva (1981), cujo conteúdo permite a utilização do método de procedimento estatístico, muito importante nos trabalhos geográficos ou de outras ciências que dele queira se utilizar como auxílio a suas análises.

Do resultado desse arrolamento foram obtidas seis classes que representam a distribuição dos dados informados pela SDS. Muito provavelmente, por ser outra fonte de pesquisa e estender as informações por um período de mais de seis meses – uma vez que os dados dos mapas anteriores, só para lembrar, aludem ao ano de 2011 e vão até abril de 2012 – observa-se que o número de bairros, que não apresentaram ocorrências de tráfico e uso do crack, na cidade do Recife, caiu drasticamente.

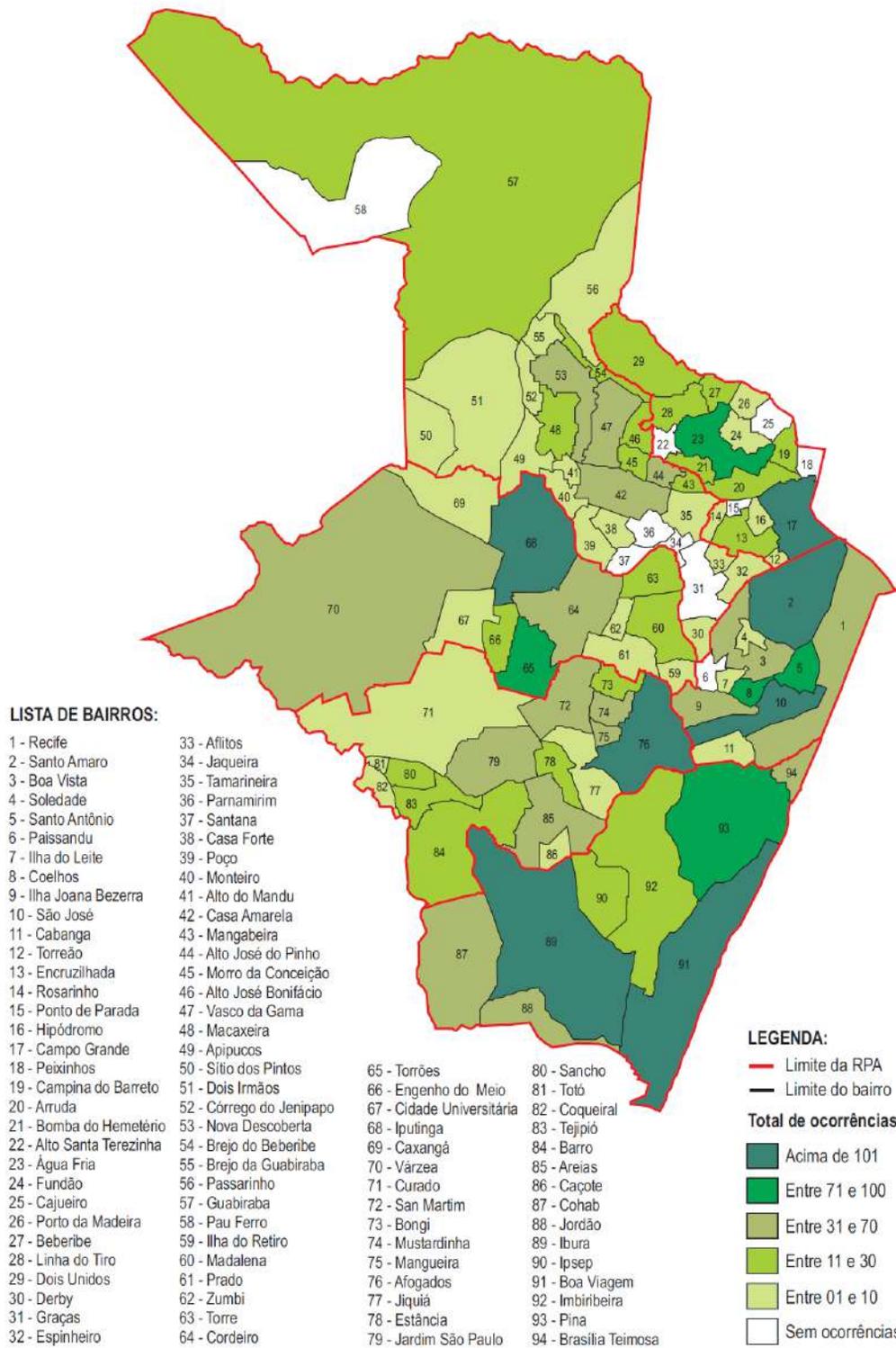
Na verdade, as seis classes que se encontram no mapa da referida figura 13 reuniram o conjunto dos dados originais, nas seguintes variáveis: “acima de 101 ocorrências”; “entre 71 e 100”; “entre 31 e 70”; “entre 11 e 30”; “entre 01 e 10”; e “sem ocorrências”.

Acima de 101 casos, referentes à primeira classe, aparecem 7 bairros. Ao men-

RECIFE: TRÁFICO E USO DO CRACK POR BAIRRO

Levantamento das ocorrências entre o período de JAN/2011 a OUT/2012

FIGURA
13



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social de Pernambuco - SDS/PE.

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

cioná-los, no sentido norte-sul, tem-se: Boa Viagem, Ibura, Afogados, São José, Santo Amaro, Campo Grande e Iputinga. Eles representam 7,45% das unidades espaciais da cidade. Aí o bairro do Ibura continua em evidência como aconteceu com o que se pode ver pelos dados da figura 10. Para o seu patamar foram conduzidos os demais bairros citados que, na figura 10, estiveram localizados em outra posição, destacando-se Campo Grande, Iputinga, São José e Afogados que se localizavam em três classes inferiores ao do Ibura, bem como o de Santo Amaro que ficara em classe imediatamente inferior e Boa Viagem que se situou na terceira classe da mesma figura 10.

Os bairros agrupados na variável “entre 71 e 100” foram apenas 05, perfazendo um percentual de 5,32%. Estes, citados no mesmo sentido que aqueles anteriores, são: Pina, Torrões, Santo Antônio, Coelho e Água Fria. Conforme se percebe, este, comparado à figura 10, desceu um nível, pois, aí, se encontrava no mesmo patamar do bairro do Ibura, ou seja, na primeira classe. Aqueles que se deslocaram para uma posição superior, ou seja, que passaram a se inserir em um índice de maior tráfico e uso do crack na cidade do Recife, foram: Pina e Coelho (unidades espaciais que migraram da quarta classe para a segunda, na figura atual); e Torrões e Santo Antônio (unidades espaciais que migraram da terceira classe para a segunda, na figura atual).

A classe “entre 31 e 70” apresentou 17 casos, compreendendo 18,09% dos bairros recifenses: Jordão, Cohab, Areias, Brasília Teimosa, Jardim São Paulo, Mangueira, San Martim, Mustardinha, Recife, Boa Vista, Ilha Joana Bezerra, Cordeiro, Várzea, Casa Amarela, Alto José do Pinho, Vasco da Gama e Nova Descoberta. Vale lembrar que esses bairros, na figura 10, ficaram inseridos entre a terceira, quarta e quinta classes. No primeiro caso se encontra apenas o bairro de Casa Amarela; na quarta classe os de Jordão, Brasília Teimosa, Jardim São Paulo, Ilha Joana Bezerra e Boa Vista; na penúltima classe ficaram os de Areias, Mangueira, San Martim, Mustardinha, Recife, Cordeiro, Várzea, Alto José do Pinho, Vasco da Gama e Nova Descoberta; por fim, na sexta classe da figura 10, aquela que não apresentava dado

contido em informação jornalística, ou seja, “sem ocorrência”, ficou o bairro Cohab, naquele respectivo período pesquisado.

No que se refere à classe “entre 11 e 30” ocorrências (24,47%), observa-se que ela é composta por 23 bairros recifenses: Ipsep, Imbiribeira, Tejipió, Barro, Sancho, Bongí, Estância, Madalena, Engenho do Meio, Torre, Encruzilhada, Campina do Barreto, Arruda, Mangabeira, Bomba do Hemetério, Morro da Conceição, Alto José Bonifácio, Beberibe, Linha do Tiro, Dois Unidos, Macaxeira, Brejo do Beberibe e Guabiraba. Deste conjunto, apenas 1 bairro (Arruda) esteve presente na quarta classe da figura 10. Os demais se inseriram na quinta classe, dessa mesma figura: Ipsep, Imbiribeira, Sancho, Tejipió, Barro, Estância, Torre, Encruzilhada, Campina do Barreto, Bomba do Hemetério, Morro da Conceição, Beberibe, Linha do Tiro, Dois Unidos e Macaxeira. Na variável “sem ocorrências” foram reunidos seis bairros: Bongí, Engenho do Meio, Alto José Bonifácio, Mangabeira, Brejo do Beberibe e Guabiraba. Estes últimos exemplos de unidades espaciais que não apresentaram o fenômeno nos informes jornalísticos apontam que ou houve falha/falta de interesse na divulgação/não tomada de conhecimento da ocorrência, por parte das empresas que publicam os periódicos, ou eles aconteceram no período após abril de 2012.

No que tange aos bairros “sem ocorrências”, se pelos informes jornalísticos eles compreenderam cerca de 38,30%, ou seja, 36 unidades espaciais da cidade recifense, pelos dados da secretaria, tal percentual caiu para apenas 10,64%, ou seja, 10 bairros. A maioria deles se encontra relativamente próxima em uma porção do território localizada, grosso modo, no centro-norte: Ponto de Parada, Peixinhos, Alto Santa Terezinha e Cajueiro (todos localizados na RPA 02 e próximos ao bairro de Água Fria, não apresentando contiguidade); Graças, Jaqueira, Parnamirim e Santana (localizados na RPA 03 e sendo bairros adjacentes); e Paissandu, inserido na RPA 01, o mais próximo ao centro do Recife e o mais meridional de todos os citados anteriormente. A exceção, no tocante à proximidade, é o caso isolado do bairro de Pau Ferro, localizado no extremo norte do território municipal que também não teve ocorrência registrada pela secretaria.

A Figura 14 presente na página seguinte, tal como a anterior, traz dados da Secretaria de Defesa Social, porém relacionados com as RPAs. Os dados obtidos permitiram a constituição de quatro classes. Portanto, observam-se RPAs que alcançaram ocorrências acima de 600 casos (primeira classe), entre 451 e 600 (segunda classe), entre 351 e 450 (terceira classe) e entre 0 e 350 (quarta classe).

De uma forma geral a figura 14 permite verificar que a ocorrência do crack é maior nas porções centro-sul da cidade do Recife, o que não ocorre na figura 11 que demonstra os dados dos informes jornalísticos.

A RPA 01 liderou os registros de tráfico e uso do crack e nela se situa o bairro de Santo Amaro, um dos que apresentam índices elevados de ocorrências. Com os dados dos informes jornalísticos, observou-se que essa mesma RPA ocupou o segundo lugar, dentre as congêneres recifenses.

A RPA 05 e a 06 ficaram em segundo lugar, denunciando de 451 a 600 casos. Vale a pena lembrar, mais uma vez, que 06 é aquela em cuja área está inserido o bairro do Ibura que, tantos pelos informes jornalísticos como pela SDS ocupou a primeira classe, reveladoras dos índices de maiores tráficos e usos do crack.

A RPA 02 e 04 estão localizadas na terceira classe, ou seja, a que aponta casos que vão de 351 a 450. É na RPA 02 que se encontra o bairro de Água Fria, várias vezes destacado por causa do volume de ocorrências que comporta. A RPA 04 que, pelos informes dos periódicos, havia ficado na última classe, na figura 11, agora passa a ocupar a terceira, devido, muito provavelmente, à elevação dos casos observados pelos dados da SDS, com referência aos bairros da Iputinga e dos Torrões, por exemplo, que se inseriram em ocorrências mais elevadas.

Por fim, a RPA 03 se destaca com sua inserção na última classe, isto é, naquela em que o tráfico e o uso de crack é menor no território municipal do Recife. Na figura 11, verificou-se também os baixos índices que tal RPA apresentou.

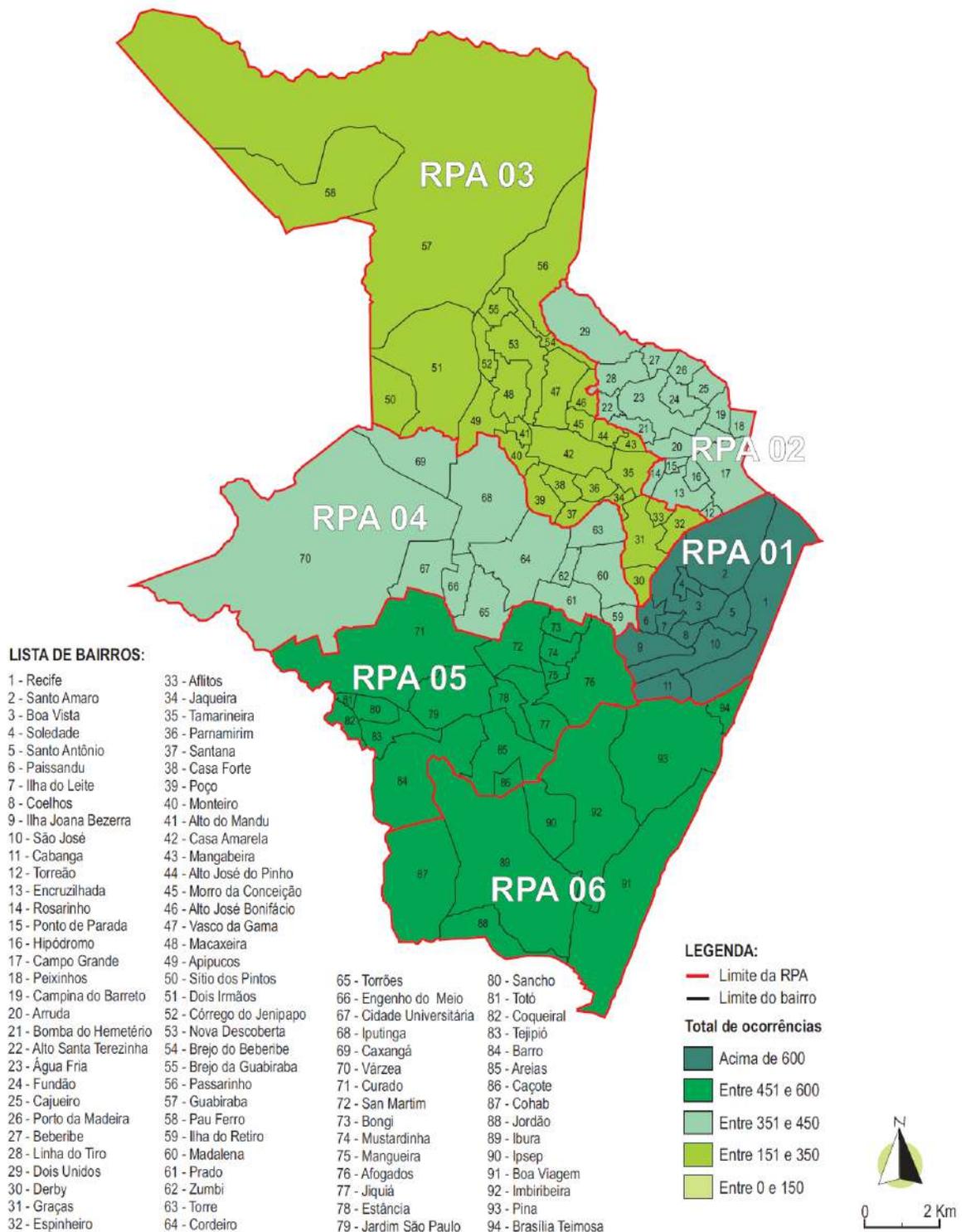
É notório que as RPAs que destacam-se quanto as ocorrências do crack são aquelas que possuem as unidades com o maior número de registros; algo possível de observar verificando, novamente, a figura 13.

RECIFE: TRÁFICO E USO DO CRACK POR RPA

Levantamento das ocorrências entre o período de janeiro/2011 a out/2012

FIGURA

14



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Fonte: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco – SDS/PE

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

Buscando-se demonstrar a relação do crack com a educação, verifica-se na Figura 15 a localização das escolas públicas municipais e estaduais sobrepostas ao território municipal do Recife, cuja representação cartográfica trata de mapa temático que é o mesmo daquele trazido pela figura 10.

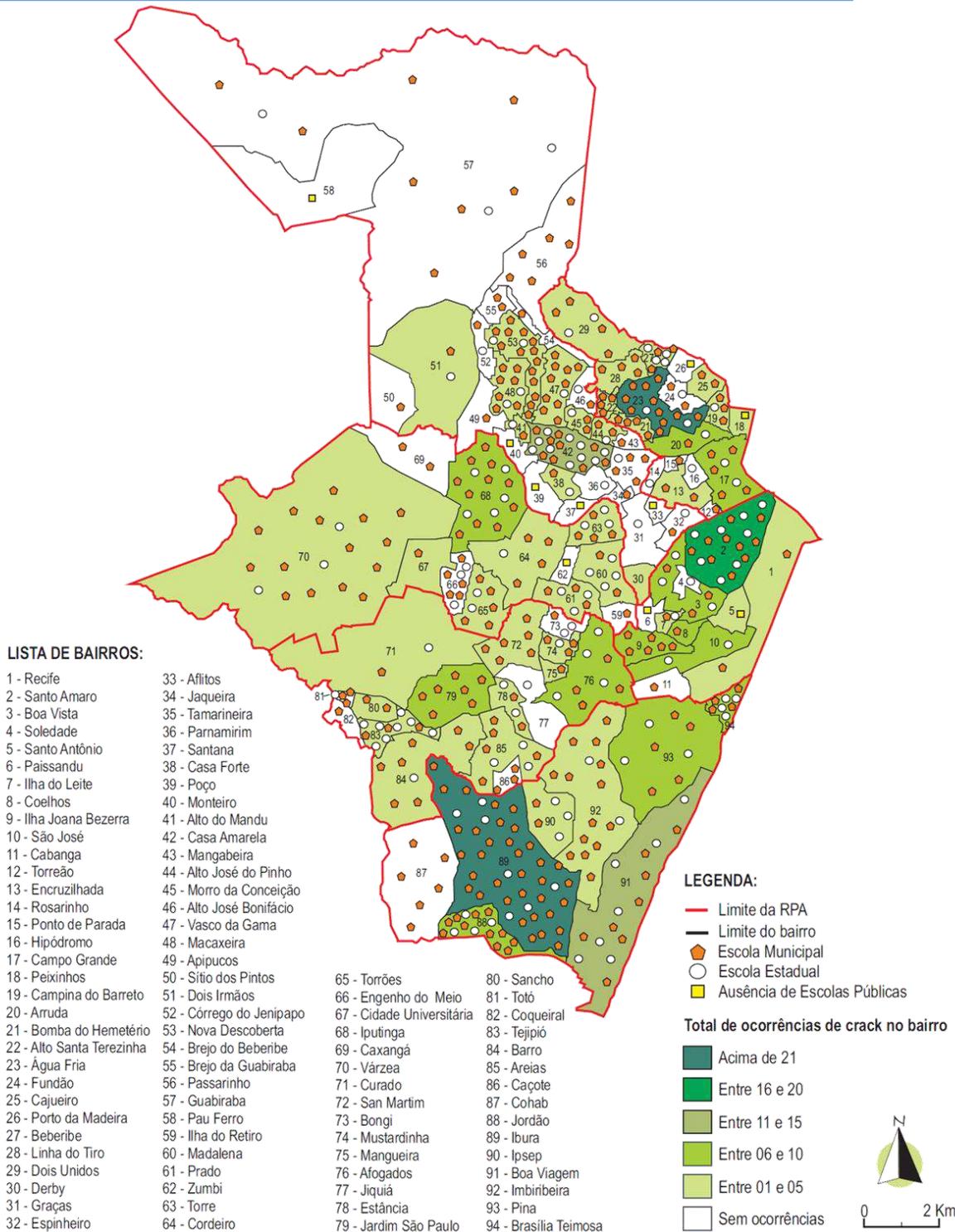
Conforme se vê, por meio de sua legenda são representados, além dos limites dos bairros, aqueles das RPAs. Também se optou por estabelecer no mapa da referida figura transcrições gráficas, com a finalidade de se obter melhor comunicação visual possível. Esta pode apontar para um claro entendimento do quantitativo das escolas públicas municipais, estaduais, bem como para aquelas unidades espaciais não possuidoras desses equipamentos.

As escolas públicas, ou suas ausências, aparecem indicadas por três signos cuja relação entre eles é de diversidade podendo ser captados por uma diversidade visual, conforme aponta Martinelli (2003).

As escolas municipais são representadas pela figura geométrica de um pentágono; as estaduais, por sua vez, por um círculo; e a ausência desses equipamentos, por um quadrado. Deste modo, os olhos dos leitores poderão ter a faculdade de perceber tais equipamentos tanto pelas formas como pelas cores que foram atribuídas a tais signos, embora cada signo só represente um equipamento ou a falta dele.

Na cidade do Recife foram identificados dez bairros que não possuem nenhum desse tipo de meio de consumo coletivo, ou seja, uma escola pública (estadual ou municipal). As referidas unidades espaciais são: Santo Antônio e Paissandu (RPA 01); Peixinhos e Porto da Madeira (RPA 02); Aflitos, Santana, Poço, Monteiro e Pau Ferro (RPA 03); e Zumbi (RPA 04). Essas unidades espaciais da cidade representam, apenas, 10,64% da totalidade da cidade recifense.

Os demais bairros apresentam estes equipamentos, porém trazendo algumas características, tais como: a existência de tão somente escolas municipais. Outros, por sua vez, apresentam apenas escola(s) estadual(ais). Há aqueles cujo quantitativo de escolas municipais é maior do que as de estaduais e que os de estaduais superam as municipais.



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco; Prefeitura Municipal da Cidade do Recife Jornal do Comercio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, Pinzón, PE360º e SDS/PE.

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

Como exemplo de bairros que apresentam somente escolas municipais, tem-se: Cohab, Recife, Jardim São Paulo, Ilha Joana Bezerra, Encruzilhada, Brejo da Guabiraba, San Martim, Caxangá, Caçote, Passarinho etc. Aqueles com apenas escolas estaduais são representados pelos bairros de São José, Graças e Jiquiá. Os bairros que apresentam um quantitativo superior de escolas municipais, com relação às estaduais, incluem o Ibura – detentor de 41 desses equipamentos em que 34 são municipais e 7 estaduais; Água Fria que detém 11 escolas municipais e 2 estaduais; Vasco da Gama com 10 municipais e 1 estadual, apenas para citar alguns exemplos. As unidades espaciais em que as escolas estaduais superaram as municipais são as de Tejipió, Bongi, Casa Amarela, Ipsep, por exemplo.

Os bairros que apresentam um quantitativo superior de escolas municipais, com relação às estaduais, incluem o Ibura – detentor de 41 desses equipamentos em que 34 são municipais e 7 estaduais; Água Fria que detém 11 escolas municipais e 2 estaduais; Vasco da Gama com 10 municipais e 1 estadual, apenas para citar alguns exemplos. As unidades espaciais em que as escolas estaduais superaram as municipais são as de Tejipió, Bongi, Casa Amarela, Ipsep, por exemplo.

Outros bairros só apontam a existência de uma escola pública: Sítio dos Pintos (municipal); Parnamirim (estadual), Apipucos (municipal), Hipódromo (estadual), Ponto de Parada (municipal), Cabanga (municipal) e Ilha do Retiro (municipal).

Ao levar em consideração a área dos bairros percebe-se que as porções do extremo norte, do oeste os estabelecimentos públicos de ensino são bem rarefeitos com relação às outras áreas da cidade do Recife. A porção centro-norte, por sua vez, sugere concentrar a presença desses meios de consumo coletivo voltados ao ensino público. Há casos de unidades espaciais em que o número de estabelecimentos de ensino público estadual e municipal coincide: Brasília Teimosa com 4 escolas estaduais e 4 municipais, por exemplo.

Indiscutivelmente o ambiente escolar é um espaço de formação importante, verificar esses elementos na paisagem permite vislumbrar sua atuação nos espaços onde se encontram. A intenção ao mapear as instituições públicas de ensino sobrepostas aos dados de ocorrência do crack, é para constatar o número de estabelecimentos que

podem servir de auxílio no combate ao crack. As escolas tem um papel decisivo na prevenção. Se escola funciona como instituição educativa, é provável que ocorra a prevenção, deste modo uma escola autenticamente educadora é uma escola preventiva.

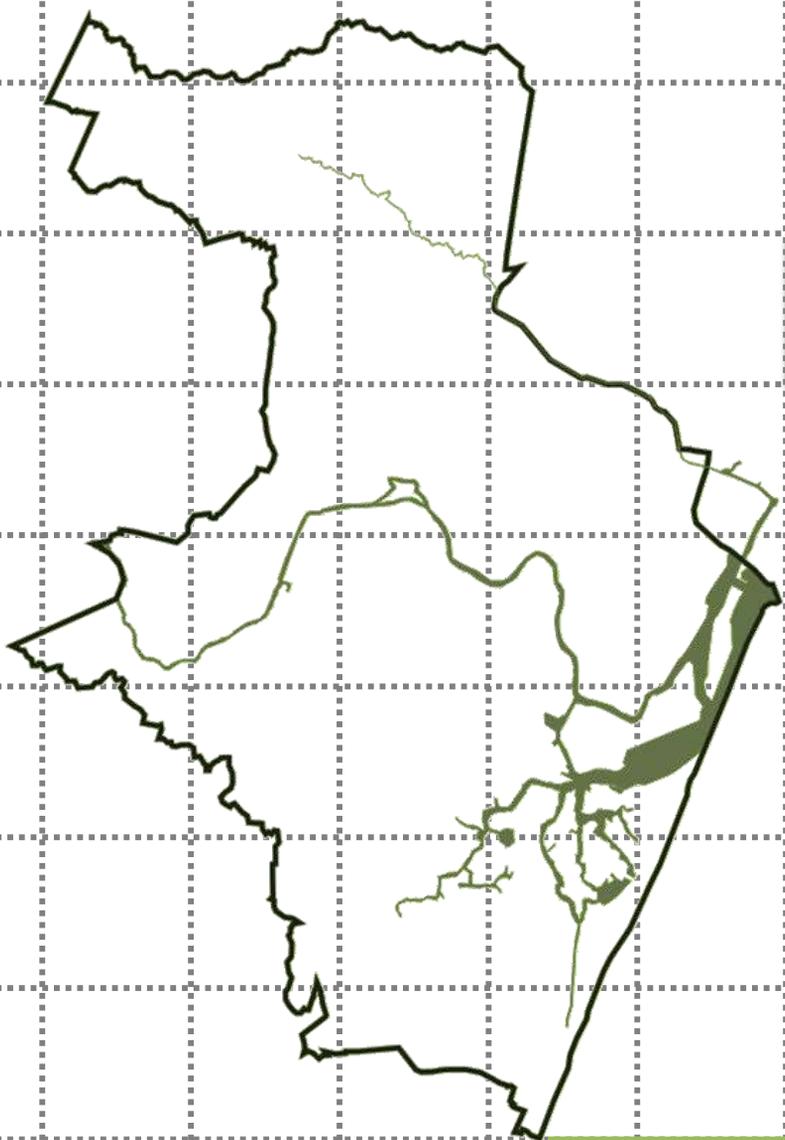
Como visto na figura 15, as escolas públicas foram sobrepostas ao mapeamento realizado através dos informes jornalísticos. Tomando essa referência, temos que Água Fria, Santo Amaro e Ibura são os destaques em termos de ocorrências do crack. Percebe-se que nessas unidades o número de instituições de ensino são bem expressivas. Para exemplificar, Ibura possui mais de 32 escolas e é um dos maiores destaques da presença do crack. Não que seja uma associação direta, mas, minimamente, é possível perceber que o trabalho preventivo realizado nas escolas presentes no bairro do Ibura é pouco eficaz ou mal direcionado. Mais adiante essa premissa será abordada quando colocado sobre os resultados da pesquisa de campo no item que se refere ao conhecimento do trabalho das escolas.

Conforme Antón (2005, p. 129), é importante que a escola aplique os princípios preventivos adequados, estes devem ser focados numa estratégia adequada a faixa etária, planejada e sistematizada.

La escuela presenta ciertas características que debidamente aprovechadas pueden permitir obtener el máximo de eficacia as las medidas que con carácter preventivo se puedan emprender. La escuela como ele sitio idóneo para uma eficaz labor educativa com fines preventivos hacia el consumo de las drogas. Ésta puede, de forma coordinada y sistemática, abordar la educación del niño, asumiendo um papel básico em el processo educativo (ANTÓN, 2003, p. 129).⁵

A visão do aludido autor reafirma a importância da educação diante do uso das drogas. A gestão que souber utilizar bem essa ferramenta pode ter um aliado forte no combate as drogas e na promulgação da saúde.

⁵ A escola apresenta certas características que, devidamente aproveitadas, podem obter o máximo de eficácia nas medidas de caráter preventivo se possa realizar. A escola como área idônea, pode realizar um trabalho educativo eficaz, com fins preventivos frente ao consumo das drogas. Esta pode, de forma coordenada e sistemática, abordar a educação da criança, assumindo um papel básico em seu processo educativo (Tradução própria).



**A PERCEPÇÃO DA
POPULAÇÃO SOBRE O USO E
O TRÁFICO DO CRACK NA
PERSPECTIVA DE INFORMES
DE TRABALHO DE CAMPO**

6. A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O USO E O TRÁFICO DO CRACK NA PERSPECTIVA DE INFORMES DE TRABALHO DE CAMPO

Apesar de existir um consciente coletivo sobre os espaços de uso e comercialização de drogas ilícitas, torna-se importante, uma mínima amostragem de alguns locais que, como vistos no item anterior, destacaram-se quanto o número de ocorrências nos meios de comunicação pesquisados e nos dados da SDS.

Dentro o universo de 94 bairros, privilegiou-se 10 para se fazer um apanhado de informações (Figura 16). O que corresponde a um pouco mais de 10% dos bairros da cidade do Recife. Há para cada RPA, minimante, um bairro pesquisado. Na RPA 01, os bairros de Santo Amaro e Boa Vista; RPA 02, o bairro de Água Fria; na RPA 03 tomou-se Casa Amarela; na RPA 04 foi pesquisado a Iputinga, na RPA 05 Afogados e na RPA 06, (a que possui o maior número de registros em ocorrências com o crack conforme os informes jornalísticos, mas a segunda pelos dados da SDS), quatro bairros foram observados na pesquisa: Boa Viagem, Pina, Jordão e Ibura.

Ao todo, nas 10 áreas pesquisadas, foram aplicados 139 instrumentos. A abordagem buscava a predisposição dos moradores à participação e a alternância das casas para contemplar uma área maior, contudo os locais de aplicação foram, na maior parte, em áreas de baixa renda dos referidos bairros e próximo dos pontos de ocorrências mencionados em algumas das reportagens utilizadas e nas informações da SDS. Em média, em cada localidade, foram aplicados mais de 13 questionários, a intenção era verificar opiniões que dessem uma ideia dos residentes nessas áreas.

A coleta ocorreu em três momentos, todos entre os meses de setembro e novembro de 2012. O questionário (Apêndice 03) foi dividido em duas partes: a primeira intencionava-se a busca por dados gerais – buscando-se obter informações sobre a idade, o sexo, a escolaridade, a condição de atividade, a renda média mensal e o tempo de moradia no bairro. A segunda, representando mais de 71% entre o total de questionamentos realizados, verificou a percepção dos moradores a respeito das drogas ilícitas e sobre as ações de combate que, porventura, venha existir em seus bairros.



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

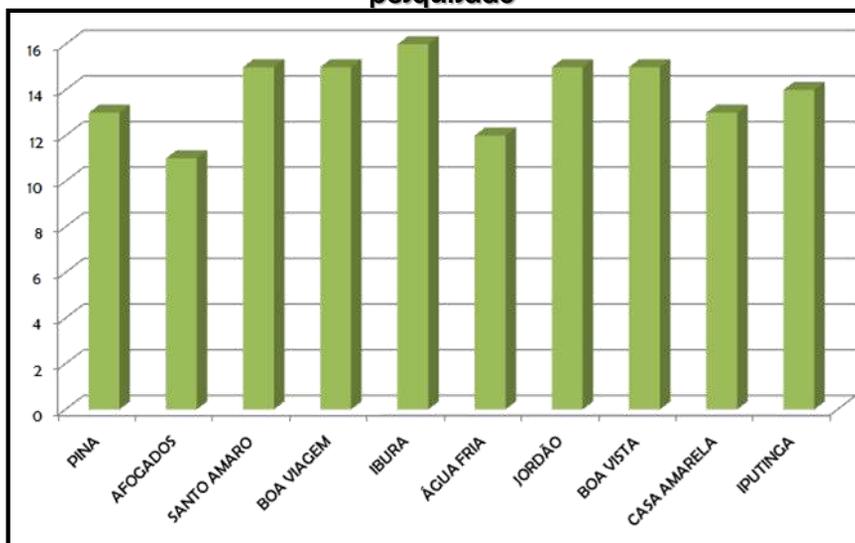
Fotos: Roberto Souza e Carlos Duarte

Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

De forma geral, as pessoas sentiram-se à vontade para responder os questionamentos. A naturalidade de algumas repostas indica como o assunto faz parte do cotidiano dos residentes pesquisados. Contudo, ao serem questionados sobre pontos mais pessoais, havia constrangimento por um número relativo dos entrevistados.

O bairro com o maior número de questionários aplicados foi o Ibura com 16, e, o menor, Afogados com 11. A Figura 17 abaixo demonstra os quantitativos por área pesquisada.

Figura 17 – Quantitativo de questionários aplicados por bairro pesquisado



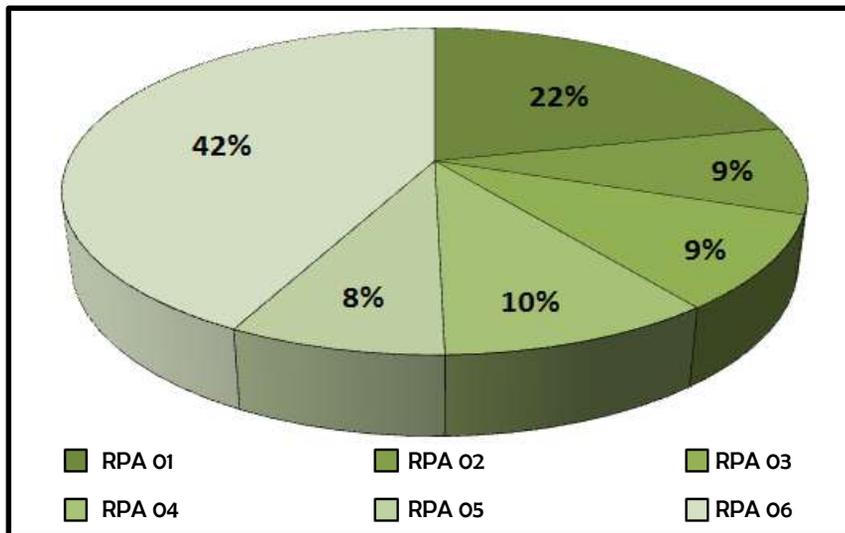
Fonte: Pesquisa de Campo (OUT a DEZ/2012)

É possível perceber que alguns bairros possuem um questionário a mais ou a menos. Existia a intencionalidade de aplicar em cada localidade 15 questionários, contudo, em função das circunstâncias do campo, algumas áreas não chegaram a esse valor. Observando-se a aplicação dos questionários por RPA (Figura 18), indiscutivelmente, a maior parcela foi aplicada na RPA 06 com 42%, em seguida vem a RPA 01 com 22%, a RPA 04 com 10%, a RPA 03 e a 05 com 9% e por último a RPA 02 com 8,36%.

Alguns bairros possuem fronteiras com outros pesquisados, como os casos daqueles situados na parte centro-sul da cidade do Recife (Afogados, Pina, Boa Viagem, Jordão e Ibura), cuja observação da figura 13 permite vislumbrar a linha que

se faz de Afogados ao Jordão. Na porção Leste, apresenta-se Boa Vista e Santo Amaro, como áreas próximas. E as demais porções sinalizadas, encontram-se espaçadas, todavia, como já comentado, estão em áreas de forte ocorrência do crack.

Figura 18 – Quantitativo de questionários aplicados por RPA



Fonte: Pesquisa de Campo (OUT a DEZ/2012)

Supõem-se que os bairros de maior registro de ocorrências indique que o crack espraie-se pelos bairros vizinhos. A inferência baseia-se, também, na fala de alguns moradores que, em certos momentos, mencionavam tal localidade vizinha ao fazer referência ao aumento do tráfego em seu bairro.

Embora, como já anteriormente colocado, pouco mais de 10% dos bairros recifenses tenham sido ouvidos nesta pesquisa, acredita-se que as representações coletadas simulam a opinião dos moradores dessas localidades, tomando-se como princípio o método qualitativo. Não seria destoante citar que a aplicação de um número maior de questionários não influenciariam tanto no resultado. Mais adiante, na colocação dos dados observados, será possível perceber que há um “padrão” de respostas, ou seja, a repetição de falas anteriormente vistas. Cada localidade é praticamente coesa no que se refere aos questionamentos feitos, a distorção é menor que 20%. Dessa forma a pesquisa possibilitou uma breve leitura de um cenário que possui as nuances de um dado grupo, que afirma-se não apenas pelos números, mas pelo sentimento dos pesquisados.

6.1 Breves colocações sobre os bairros pesquisados

Observando-se a população dos bairros pesquisados, de acordo com os dados do último censo (IBGE 2010), tem-se um quantitativo de um pouco mais de 409 mil habitantes ou 26% do total da população recifense. O bairro de Boa Viagem destaca-se com 30% do contingente dos referidos bairros, sendo Boa Vista entre estes o de menor população com 14.778.

Tomando-se como sequência a ordem das RPAs, coloca-se, então, os bairros de Santo Amaro e Boa Vista, situados na RPA 01 como os primeiros entre os dez a se fazer uma síntese sobre as características de tais localidades.

O bairro de Santo Amaro tem sua denominação inspirada no nome de uma capela construída em 1681, ano este também atribuído ao surgimento do bairro. Atualmente, Santo Amaro possui uma população de 27.939 habitantes, distribuída em uma área de 362,8 hectares, num total de 9.358 residências (IBGE, 2010). Em comparação com os dados do IBGE 2000, a população apresenta um declínio de 4,12%, firmando uma taxa geométrica de crescimento negativa.

Ainda conforme o último censo a população feminina é maior que a masculina com 54,6%, enquanto a masculina é de 45,4%. A taxa de alfabetização da população com e acima de 15 anos é de 86,79 (IBGE, 2010). O nível de acesso a educação é relativamente expressivo, o que pode ser percebido pela proporção de escolas públicas



Fotos: Carlos Duarte (OUT/2012)

presentes no bairro. Ao todo, entre escolas municipais e estaduais, somam-se 18 estabelecimentos.

A renda média do morador de Santo Amaro situa-se entre R\$ 300,00 e R\$ 709,00, conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano da Cidade do Recife (Recife, 2005). Atualmente, é possível que estes valores possam ter sofrido variação positiva, contudo, não suficientes para uma mudança de padrão socioeconômico.

O bairro possui inúmeros prédios públicos que prestam serviços importantes a população recifense, é cortado por duas grandes avenidas: a Cruz Cabugá e a Norte. Limita-se com o município de Olinda, ao norte, o bairro do Recife a leste, os bairros de Torreão e Campo Grande ao Noroeste, Espinheiro na porção Oeste e os bairros da Boa Vista, Soledade e Santo Antônio na parte Sul.

Apresentou durante alguns anos fortes índices de criminalidade. Com algumas ações públicas como o “Governo Presente”, projeto do Pacto pela Vida, vem demonstrando números decrescentes nas taxas de CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais) e crimes em geral.

O outro bairro constante da RPA 01, o da Boa Vista é fruto de uma área aterrada no início dos anos de 1840. Em boa parte do bairro, principalmente a leste do Rio Capibaribe encontrava-se a vegetação de mangue. Em 1870, Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, iniciou a construção da principal avenida (a Boa Vista) que corta o bairro e liga o bairro de Santo Antonio ao Derby (SIQUEIRA, 2010).

Conforme os dados divulgados pelo IBGE 2010 reside no bairro 14.778 moradores, as mulheres



Fotos: Roberto Souza (OUT/2012)

são maioria e representam 58,3% deste total e os homens com a parcela de 41,7%. Ainda de acordo com o órgão, existem 7.275 moradias, o que dá uma média de 2,03 pessoa por residência. A baixa ocupação residencial justifica-se, em partes, pelo forte comércio presente. Apesar dos inúmeros serviços públicos presentes, há poucas escolas públicas no bairro. No total são 08, entre municipais e estaduais. As escolas e cursos particulares são bem mais expressivos.

Em função da presença do comércio, na sua principal avenida, todos os dias, cerca de 400 mil pessoas e 9.700 veículos circulam pelo local, segundo dados da Prefeitura do Recife e do Grande Recife Consórcio de Transporte. Esta movimentação atrai menores infratores e usuário de drogas que arriscam, através da mendicância ou pequenos delitos, a manutenção de sua dependência.

Na RPA 02 pesquisou-se o bairro de Água Fria por ser o maior destaque em termos de ocorrências quanto o uso e o tráfico do crack. Nenhum outro bairro desta RPA apresentou tantas matérias sobre esse assunto e no universo da cidade do Recife ficou em 2º lugar, perdendo apenas para o Ibura na RPA 06.

Água Fria nasceu do bairro de Beberibe que é uma das localidades mais antigas do Recife, remontando à metade do século XVI. Sua denominação provém de um Sítio que possuía um afluente do Rio Beberibe cuja as águas eram consideradas “frias” (CAVALCANTI, 1998). Faz limite com os bairros do Alto Santa Terezinha, Arruda, Beberibe, Bomba do Hemetério, Campina do Barreto, Fundão, Linha do Tiro e Porto da Madeira. Possui uma área de 181,9 hectares, 13.187

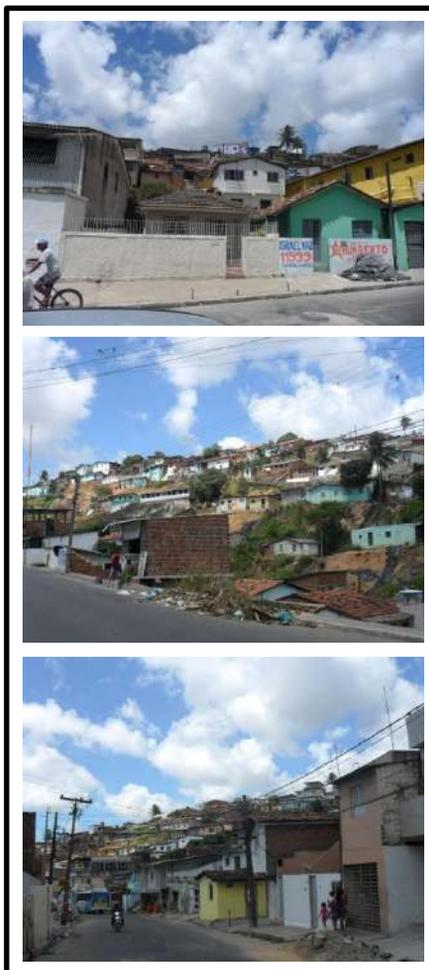


Fotos: Carlos Duarte (OUT/2012)

moradias e uma população de 43.529, sendo 53,4% do sexo feminino e 46,6% do masculino (IBGE, 2010).

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do bairro não chega a ser tão baixo, a média é de 0,697. A taxa de alfabetização entre a população acima dos 15 anos é superior a 85% (RECIFE, 2005). A presença de escolas públicas no bairro é maior na rede municipal, o que implica em formação (no máximo) até o 9º ano do ensino fundamental II. Há duas escolas da rede estadual que não suportam todo o alunado, que em partes precisam se locomover para escolas de bairros vizinhos.

As ocorrências de violência no bairro são frequentes. Em uma simples consulta sobre violência e criminalidade encontra-se, apenas no ano de 2012, mais de 150 referências sobre crimes e homicídios ocorridos no bairro, uma média superior a 10 registros mensais. Assim como Água Fria, a escolha de Casa Amarela na RPA 03 deu-se, também, em função do número elevado de ocorrências sobre o uso e o tráfico do crack. O bairro está situado na zona Noroeste da cidade e é vizinho dos bairros de Parnamirim, Casa Forte e Monteiro. O bairro de Casa Amarela surgiu numa área onde, em 1630, o →
general Matias de Albuquerque mandou erguer o Forte Real do Bom Jesus, com o objetivo de proteger a porção oeste contra os invasores holandeses. Em torno do forte logo se formou um arraial onde, além de tropas do exército, acamparam muitas pessoas que haviam abandonado suas casas quando os holandeses ocuparam Olinda e Recife. Atacado várias vezes pelos holandeses, o Arraial caiu em 1635 e ficou praticamente arrasado. Mas, depois da expulsão dos holandeses em 1649, as pessoas retornaram e,



Fotos: Carlos Duarte (OUT/2012)

além de reformar as casas destruídas, construíram outras novas. Nascia, assim, a Povoação do Arraial Velho. Esse Arraial Velho do Bom Jesus ficava no lugar onde hoje está o Sítio da Trindade. Em meados do século XIX chegava em Recife o Comendador Joaquim dos Santos, português rico e enfermo, onde foi aconselhado a ficar na localidade devido ao “bom clima” para curar sua doença. O mesmo mandou construir um casa amarela, que mais tarde denominava o bairro (CAVALCANTI, 1998).

Casa Amarela já foi um dos bairros mais populosos do Recife, contudo, após seu desmembramento, em 1988 através do decreto nº 14.452, o Morro da Conceição, o Alto José do Pinho e o Alto José Bonifácio tornaram-se bairros independentes e com isto o quantitativo populacional decaiu. Atualmente, o censo de 2010 menciona que a população de Casa Amarela é de 29.180 habitantes, a maior parte é do sexo feminino com 16.185 (55,5%) e a masculina com 12.995 (44,5%). O quantitativo de domicílios é de 10.046 apresentando aumento de 40% em relação ao número coletado no ano de 2000.

De acordo com o Mapa de Áreas Pobres da Cidades do Recife (DIRMAN, 2010) o bairro possui cinco áreas consideradas de baixa renda: Alto Santa Isabel, Campo do Universo, Outeiro, Canal do Banorte e Murilo Almeida. Com exceção do Canal do Banorte que situa-se na porção norte do bairro, as demais estão na porção oeste, vizinhos aos bairros do Alto do Mandu e Monteiro.

O quantitativo de escolas públicas no bairro chama a atenção. Ao todo são 19 escolas, sendo 10 estaduais e 9 municipais. Isto reflete na escolaridade de seus moradores que apresenta uma das melhores taxas de alfabetização do município, entre aqueles que estão acima dos 15 anos, com 94% das pessoas alfabetizadas.

Conforme visto nos resultados da pesquisa em periódicos e nos dados da SDS, o bairro possui consideráveis ocorrências quanto ao uso e tráfico do crack. Vale ressaltar que as partes mais mencionadas são, coincidentemente, os locais de baixa renda. Esta colocação não busca demonstrar a relação do uso de ilícitos com as áreas menos abastadas economicamente, mas chama-se atenção para a vulnerabilidade desse segmento perante a crescente expansão do uso do crack.

Na RPA 04 o bairro selecionado foi o da Ipatinga, que fica localizado na parte oeste da cidade e se situa entre os seguintes bairros: Várzea, Caxangá, Cidade Universitária, Engenho do Meio, Cordeiro, Poço e Monteiro. Sua origem se deu na área conhecida como Várzea do Capibaribe, região ocupada, anteriormente, por vários engenhos de açúcar. O nome origina-se da palavra indígena “ipueira”, que era usada para designar lugar do campo que se enche d’água no inverno permanecendo alagado por algum tempo (CAVALCANTI, 1998).

O posicionamento geográfico do bairro da Ipatinga, aponta que o mesmo estruturou-se ao longo de quatro eixos viários leste-oeste que ligavam o porto aos engenhos e povoados. Tal porção territorial constitui-se de áreas mais valorizadas, próximas aos eixos viários, e de outras áreas mais distantes, geralmente vizinhas de cursos d’água e suas zonas de inundação (RECIFE, 2005).

Encontram-se ainda, 11 praças que somam uma superfície de 2,32 ha o que equivale a apenas 0,52 m² de superfície verde por habitante, bastante inferior ao exigido pela Lei Orgânica e Plano Diretor do Recife que é de 12 m² por habitante. Em compensação, o bairro é banhado pelo rio Capibaribe, numa extensão de 5 mil metros, e cortado por canais que somam 3,7 mil metros de extensão (PERNAMBUCO, 2005).

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife (RECIFE, 2005), o bairro possui uma área de 428,30 ha e segundo o último censo (IBGE, 2010) uma população de 52.200 habitantes, as mulheres são, ligeiramente, a maioria e representam 54% do total da população, distribuídos em 17.627 unidades domiciliares, o



Fotos: Carlos Duarte (OUT/2012)

que confere ao bairro uma média de 2,99 habitantes por domicílio. Tomando o número de residências registradas em 1980, o bairro apresentou um crescimento de 4.621 unidades, 35,53% em relação as apontadas pelo Censo de 2010.

Os dados mais recentes, veiculados pelo IBGE ainda não demonstram questões socioeconômicas mais expressivas, em escalas menores, como a do bairro. Assim, utilizando-se dos dados de 1991 e 2000, percebe-se que, 55,29% da população da Iputinga residiam em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e em outras áreas pobres. Das áreas mais pobres do bairro, 89,06% dos domicílios não possuíam aparelho de televisão, 25,33% não tinham água encanada. Em 1991, esse percentual representava apenas 42,85%. Cerca de 10% das adolescentes entre 15 e 17 anos tinham filhos e a taxa de mortalidade figurava entre as piores do Recife, com índices de 41,13 a 47,89/1000.

No tocante a educação, o bairro possuía umas das mais elevadas taxas de analfabetismo (15%) e o índice se eleva quando observado separadamente as áreas mais pobres, chegando a mais de 30%; os jovens que possuem menos de 08 anos de estudo figuram na casa de 60,6% (RECIFE, 2005). Ao se fazer o mapeamento das escolas públicas presentes verifica-se que a quantidade de 16 escolas é, ainda, insuficiente para o público entre 0 – 18 anos (aproximadamente 17.500), ficando uma média de 1.093 atendimentos por unidade, número muito superior ao número de vagas ofertadas para alguns destes estabelecimentos.

Segundo cartografia da Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras - Diretoria de Urbanismo (DIRURB), há, atualmente, no bairro, 17 áreas de baixa renda, estas correspondem a aproximadamente 33% da porção do bairro e possuem cerca de 21.800 habitantes (IBGE, 2010), o que se aproxima de 42% da população total do bairro.

No que se refere as ocorrências, o bairro da Iputinga fica atrás apenas de Santo Amaro. De acordo com os dados da SDS (2012), 130 ocorrências ocorreram entre 2011 e outubro de 2012, isso dá uma média de 06 ocorrências por mês. Ao verificar estas ocorrências, percebe-se que maior parte é por tráfico, apenas 12 destas foram por porte e uso de entorpecente. Em termos de quantidade de material apreendido, o aludido

bairro também destaca-se, no período foram mais de 6.500 registros quantitativos (entre gramas e unidades).

A RPA 05 o destaque, conforme explicitado nos dados da SDS ficou com o bairro de Afogados, sendo o único desta região a ultrapassar mais de 100 ocorrências. Afogados possui uma área do 3,49 km² e faz limites com três unidades congêneres da RPA 01 (Ilha Joana Bezerra, São José e Cabanga); com duas da RPA 06 (Imbiribeira e Pina); e com mais duas da RPA 04 (Ilha do Retiro e Prado). Na respectiva RPA ele se limita com os bairros de Bongi, Mustardinha, Mangueira e Jiquiá. Grosso modo, Afogados se localiza na porção centro-sul do território municipal do Recife.

De acordo com Cavalcanti (1998), observa-se que esse topônimo aparece empregado em um curso natural de água – o rio dos afogados – já no século XVII, com o evento da invasão holandesa a Pernambuco. Tal denominação, segundo os relatos do referido autor, conforme pesquisa bibliográfica que levantou, se trata das tentativas frustradas de escravos e outras pessoas de atravessarem “o rio com maré alta, morrerem afogados.” (p. 130). O mesmo autor destaca, em seus escritos, uma série de eventos, em torno de equipamentos geográficos que foram implantados na área dessa atual unidade espacial da cidade recifense.

Nos dias atuais, de acordo com o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população do bairro é de 36.265 habitantes. Conforme um documento que se baseou tanto no Censo de 2000 quanto em dados da prefeitura do Recife (AFOGADOS, 2013), a população feminina superava a masculina; a taxa de alfabetização da população



Fotos disponíveis em <http://bairrosdorecife.blogspot.com.br>

com 15 anos ou mais chegava próxima a 90%. Para o mesmo documento os imóveis residenciais somavam 7.231 unidades, enquanto os não residenciais chegavam a 1.477 unidades, bem como havia 6.180 terrenos no bairro. Ao verificar o dado do IDH, a última referência situada no parágrafo anterior indica que, em 2000, era de 0,817.

Ao delimitar e verificar a área do bairro na internet (Google Earth, 2013), fornecendo imagens datadas de 2009, observa-se que o processo de verticalização, no que tange a prédios de apartamentos, com gabaritos elevados, é inexistente. Há porções nas quais estão mais concentradas algumas empresas que demandam grandes áreas para seu funcionamento. Próximo aos cursos d'água, sobretudo, dá-se o fenômeno de favelas.

Utilizando-se da mesma ferramenta do Google apreende-se que no bairro há três estações de metrô, tais como a de Afogados, de Mangueira e do Largo da Paz. Ainda conta, por exemplo, com empresas como a Noraço (Indústria e Comércio de Laminados), Exproper (Exportação de Produtos Pernambucanos), Supermercado Bompreço, Ondunorte (Companhia de Papéis e Papelão Ondulado do Norte), Tupan (Material para Construção), Faculdade Nova Roma etc.

Dentre os equipamentos religiosos, ligados à Igreja Católica apresenta a Igreja de Nossa Senhora da Paz, datada do século XVIII e a Capela de São Paulo, por exemplo, bem como outros templos cristãos. Como local de reuniões recreativas, Afogados conta com o Atlético Clube de Amadores, Clube Sargento Wolff, Clube Vassourinhas, Clube Ferroviário do Recife, sede do Bloco Carnavalesco Misto Batutas de São José, dentre outros.

Os equipamentos de consumo coletivo podem ser representados pela Escola Vidal de Negreiros, Escola Estadual Débora Feijó, Escola Amaury de Medeiros, Escola Carmela Dutra, dentre outras, e a Biblioteca Popular de Afogados. Na verdade, são quatro escolas municipais e quatro estaduais que o bairro congrega. Quanto à questão de tráfico e uso do crack, verifica-se que o bairro apresenta dados que podem ser avaliados como expressivos, levando em consideração a relação com outras unidades espaciais da cidade do Recife, no determinado período estabelecido para esta pesquisa.

Na RPA 06, como já mencionado, 04 bairros foram pesquisados. Estabelecendo-se como critério a posição geográfica na RPA para compor uma ordem de caracterização por bairro, toma-se o sentido Norte-Sul. Assim, iniciamos com Pina.

Este bairro que no passado se constituía em ilhas e terras alagáveis, hoje com uma configuração bem diferente, vem mostrando forte modificações em seu arranjo em função dos empreendimentos que se instalaram no mesmo e da forte especulação imobiliária.

Numa destas porções territoriais, em meados do século XVIII, foi instalada a Fazenda Nossa Senhora do Rosário da Barreta, local pertencente aos jesuítas, que servia para abastecer o Colégio Jesuíta no Recife. Em outra ilha, o português André Gomes Pina e seu irmão construíram um armazém. Assim, um comércio se difundia nas proximidades e a ilha era denominada como as dos irmãos Pina (SILVA, 2008).

O bairro do Pina só foi “ligado” ao Recife quando da construção da Ponte do Pina em 1920. Três anos mais tarde, a mesma foi ampliada permitindo a passagem de veículos e do bonde. Em 1953, no local é inaugurada a Ponte Agamenon Magalhães.

Conforme o IBGE (2010), o bairro possui uma população de 29.176 habitantes, as mulheres são maioria (53,7%). A faixa etária mais expressiva é a dos 15 aos 39 anos, com aproximadamente 45% da população. A renda média do morador do Pina em 2005 era de R\$ 868,23, apesar da média ser superior ao salário mínimo, a mesma mascara situações preocupantes de determinadas localidades como as comunidades do Bode e do Beira Rio. Ainda, conforme o Atlas de Desenvolvi-



Fotos: Carlos Duarte (OUT/2012)

mento Humano do Recife, a taxa de analfabetismo é de 13% entre aqueles que estão acima dos 15 anos (RECIFE, 2005). A área do bairro é de 616 hectares e possui 10.960 residências e algumas edificações conhecidas pelos recifenses.

Na sequência dos bairros presentes na RPA 06 temos o de Boa Viagem, localizado no litoral sul da cidade do Recife, inserindo, aí, uma faixa de praia considerável. Essa unidade espacial faz limite com os bairros do Pina, Imbiribeira, Ibura, Jordão e com o de Piedade, estando este último localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Ele detém uma área de 7,38 km², conforme indica Boa Viagem (2013).

O topônimo “Boa Viagem” é proveniente de uma Igreja Católica conhecida como Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, datada do século XVIII. Tal equipamento religioso surgiu quando o Sr. Balthazar da Costa Passos e sua esposa, D. Ana de Araújo Costa, proprietários de terras nessa porção do município, fizeram doação ao sacerdote, Leandro Camelo, em 1707 (GUERRA, 1970).

A obra de Rezende (2002), ao contextualizar acerca de “modernismos e modernização” destaca que “foi da época do governo de Sérgio Loreto [1922-1926] o polêmico processo de urbanização da praia de Boa Viagem.” Por meio de uma foto exposta, no referido item, revelando uma porção do espaço produzido em Boa Viagem, permite constatar a infraestrutura com posteação de energia elétrica, a serviço dos bondes, que conduziam a população até à praia de Boa Viagem. Também se observa asfalto da então Avenida Beira-Mar. Ainda é possível verificar um dos tipos residenciais que se estabeleceram naquela orla e a presença de coqueiros. Abaixo da fotografia o autor indica que “a Avenida Beira-Mar, atual Boa Viagem, recebeu tratamento urbanístico privilegiado para abrigar as famílias nobres da cidade” (p. 93). Muito provavelmente, estas construções se voltavam apenas para a atividade de veraneio.

Ao elaborar várias “trilhas do Recife” Braga (2000) destaca que “em 1858, com a passagem do trem da Estrada de Ferro do Recife a São Francisco, começou a ser mais procurada.” (p. 8). O adensamento de Boa Viagem, por sua vez, se deu com a implantação de linha de bondes elétricos, em 1924. Anteriormente, chegava-se à localidade utilizando-se de barcos.

Na década de 1950, o surgimento de prédios altos como o Holiday, o Acaiaca e o Califórnia, se vinculavam ao contexto da vilegiatura. Só no final da década de 1970 é que, nos limites atuais do bairro, dar-se-á o processo de práticas residenciais efetivas (BOA VIAGEM, 2013).

Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), Boa Viagem conta com uma população de 122.922 habitantes. Dentre estes, encontram-se os moradores de prédios de apartamentos apresentando alto padrão, bem como os que residem em favelas, para citar exemplos dos extremos. Todas as tipologias de construção permitiram que, em 2000, fossem computados cerca de 35.856 domicílios havendo, ainda 7.764 imóveis com funções não residenciais e 6.506 terrenos. O bairro é apontado como o mais rico da zona sul do Recife. Seu IDH atingiu 0,974, perdendo, apenas, para o bairro da Jaqueira. A população feminina é superior à masculina e a taxa de alfabetização atingiu 96,32% (BOA VIAGEM, 2013).

Boa Viagem conta com oito escolas municipais e sete estaduais, além de outros estabelecimentos de ensino que compõem a rede privada, conforme se verifica em Apontador (2013) que destaca o Colégio Motivo, a Escola Luz e Saber, GGE Colégio e Curso, Colégio Santa Maria, dentre outras unidades de ensino.

Braga (2000), traz dados de Boa Viagem, no contexto do período de sua obra. Segundo ele é “o mais estruturado bairro do Recife. Belos edifícios e casas, bem urbanizado, um importante pólo comercial, onde se encontra um dos maiores shoppings do país.” (p. 8). Indica, ainda, que a praia de Boa Viagem tinha 6.400 metros de extensão.



Fotos: Roberto Souza

Na sequência, temos o bairro do Ibura se localiza, tal como Pina e Boa Viagem, na RPA 06, na porção sul do Recife. Além de fazer limite com o de Boa Viagem, também tem contato com o da Imbiribeira, o do Ipsep, o da Cohab e o do Jordão, localizados na mesma RPA. Com aqueles da RPA 05, Ibura se limita com o do Caçote, o de Areias e o do Barro.

A denominação do bairro vem do Engenho Ibura que, por sua vez, adotara um nome de origem indígena que significa “Fonte de Água’, mais precisamente, Y= água e bura= que brota, que arrebenta, borbulha.” (CAVALCANTI, 1998, p. 156).

Na década de 1940, em seus limites, dá-se a implantação de um campo de pouso de aeronaves, mais conhecido como “Campo do Ibura” e que se transformaria, mais tarde, no atual Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre (CAVALCANTI, 1998).

A área do bairro perfaz um total de 10,19 km², na qual residiam, em 2010, 217.664 habitantes. Apresenta um dos menores IDH da cidade do Recife que, em 2010, foi de 0,732. Um pouco mais de 30% da população é considerada como composta por indivíduos pobres, segundo Ibura (2013).

A população do Ibura foi computada, → pelo IBGE (2010), como sendo de 50.617 habitantes. Enquanto o segmento masculino é representado por 23.833 habitantes, com percentual de 47,08, o feminino é de 26.784, compreendendo 52,92% da população do bairro. Tais indivíduos ocupam 15.078 domicílios. A taxa de alfabetização da população de 10 anos e mais atingiu 91,60%, segundo Recife (2013).



Fotos: Carlos Duarte (OUT/2012)

O bairro conta com trinta e cinco escolas municipais e seis estaduais. Dentre as escolas estaduais podem ser citadas: Dom Sebastião Leme, Professor Jordão Emerenciano e Apolônio Sales, por exemplo. Em meio Às escolas municipais verificam-se: Professor Simões Barbosa, Deputado Edson Cantarelli, Professor Florestan Fernandes etc.

O último bairro selecionado na RPA 06 é o bairro do Jordão, cuja posição geográfica é a mais meridional da cidade do Recife. Ele se limita a leste, em uma estreita faixa, com o da Boa Viagem, ao norte com o do Ibura, a oeste com o da Cohab e, ao sul, com o município de Jaboatão dos Guararapes. Ele está inserido na RPA 06 e sua área é de 1,58km², de acordo com Jordão (2013).

O topônimo “Jordão” é proveniente de um curso d’água homônimo. Este serve de limite entre o bairro do Jordão (bem como da cidade e território municipal do Recife) e a cidade de Jaboatão dos Guararapes, conforme se observa em uma representação cartográfica (SEPLAN, 2003). O referido curso d’água deságua no estuário do Pina.

De acordo com Cavalcanti (1998, p. 157) “o Bairro é tipicamente residencial e teve seu crescimento semelhante ao de seu vizinho o Ibura”. A população total é de 21.833 habitantes sendo 10.237 homens e 11.506 mulheres. A população, até 14 anos de idade perfaz um total de 6.450 indivíduos; a de 15 a 39 anos é de 9.869; a de 40 a 59 anos é de 3.804; e aquela de 60 anos ou mais é de, apenas, 1.710 pessoas. Todos estes habitantes se localizam em um total de 5.511 domicílios particulares. Destes, apenas 8 unidades entram na categoria de improvisados, a maioria é permanente.



Fotos: Roberto Souza (OUT/2012)

A densidade demográfica do bairro é de 137,93 habitantes; a domiciliar, 3,96, segundo Jordão (2013). Ainda segundo esse último documento enfatizado, há seis escolas públicas estaduais: Amor Divino, Eneida Rabelo, Jornalista Costa porto, Rita Lessa Roberto Silveira e Professor Fernando Costa. Já as municipais representam nove unidades: do Jordão, Fernando Santa Cruz, Jordão Baixo, Jordão Baixo – Anexo I, Pastor José Munguba Sobrinho, Pintor Lula Cardoso Ayres, Professor Aduino pontes, Professora Sonia Maria Araújo Souza e Professor Enaldo Manoel de Souza. As escolas particulares somam dezesseis unidades: João Paulo, Moranguinho, Sagrado Coração de Maria, para citar, apenas, três exemplos. O primeiro estabelecimento de ensino do bairro data de 02 de fevereiro de 1958 (JORDÃO, 2013).

As rápidas colocações sobre as áreas em tela permitem, minimamente, uma ideia do contexto as quais se encontram e nesta caracterização propõem-se um questionamento básico: o que faz desses lugares suscetíveis ao tráfico de drogas? Como percebido tratam-se de áreas com aspectos socioeconômicos diferentes, a exemplo toma-se Boa Viagem e Santo Amaro, áreas destoantes, mas afligidas pelo uso da mesma substância: o crack. Isso demonstra que a referida droga não faz distinção de classe social, mesmo observando sua maior presença em bairros de baixa renda sua utilização vindo se tornando crescente pelos seguimentos mais abastados.

Embora possuindo algumas particularidades distintas, as áreas aqui mencionadas, de forma geral, como referido, possuem ocorrências no campo do tráfico e do uso do crack, o que de certa forma, as colocam visíveis à sociedade, fazendo com que a visão, geralmente difundida, as caracterizem como áreas perigosas. Vale ressaltar que a intenção não foi a de ampliar essa corrente, mas elencar alguns dados que possibilitassem ver como territorializa-se e promove-se o crack nessas áreas, ocasionando mudanças na vida dessas pessoas e, conseqüentemente, em seus espaços.

No próximo tópico será abordado os resultados da aplicação de questionários aos moradores dos bairros aqui apontados. Tais dados somam-se as colocações aqui feitas e demonstram uma leitura do tráfico e do uso de ilícitos na perspectiva de seus espaços de vivência.

6.2 Percepção dos entrevistados acerca das drogas ilícitas no bairro

Como referido, a pesquisa buscou uma pequena amostra dos bairros com as maiores ocorrências do tráfico e uso do crack na cidade do Recife. Os entrevistados, nos 139 questionários aplicados, apresentaram informações extremamente válidas no que se refere ao entendimento da dinâmica das drogas ilícitas, em especial o crack e sobre a eficácia ou não das políticas de enfrentamento as drogas.

Para isto, os 21 questionamentos realizados geraram gráficos que sintetizam a informação. Tais gráficos foram agrupados em conjuntos, formando um total de 04 figuras. Nestas, a divisão dar-se sobre o perfil dos entrevistados e nas informações sobre as drogas.

Conforme a Figura 19 que compila os gráficos sobre o perfil dos entrevistados, a maior parte dos participantes nos 10 bairros pesquisados são do sexo masculino com 55% e as mulheres com 45%. Ao observarmos esses dados por bairro (Apêndice 04) apenas Santo Amaro apresenta um destaque no percentual maior para o sexo feminino, com 87% do total de entrevistados. Vale destacar que, embora no senso comum, acredite-se ser o sexo feminino o mais receoso a tratar sobre determinados assuntos, a pesquisa não encontrou traços indicativos de que nas respostas ocorreu cautela ou excesso. A franqueza foi percebida, como já afirmado, em todos os que contribuíram com a pesquisa.

No que se refere à condição de moradia, acima de 91% dos moradores entrevistados residem a mais de 10 anos no bairro. Tal ponto permite inferir que o grau de conhecimento sobre os aspectos das áreas pesquisadas é considerável, logo as informações prestadas acerca do lugar possuem o peso da vivência dessas pessoas. A respeito da renda média mensal, 67% mencionaram receber entre 01 e 02 salários mínimos, 14% acima de 03 salários mínimos e 19% dos entrevistados afirmaram receber menos que 01 salário mínimo. Ainda, 6% não mencionaram suas rendas. Os bairros de Santo Amaro e Boa Vista, foram os que apresentaram o maior número de moradores com as menores rendas mensais, respectivamente com 47% e 33%.

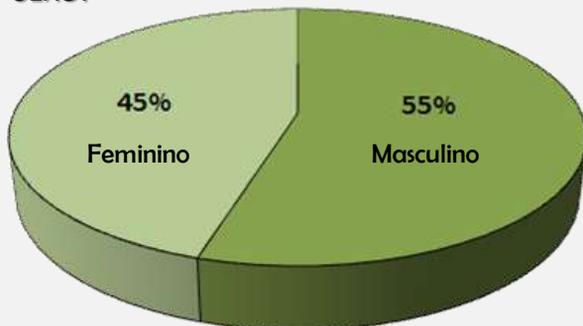
PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dados da pesquisa de campo em 10 bairros recifenses

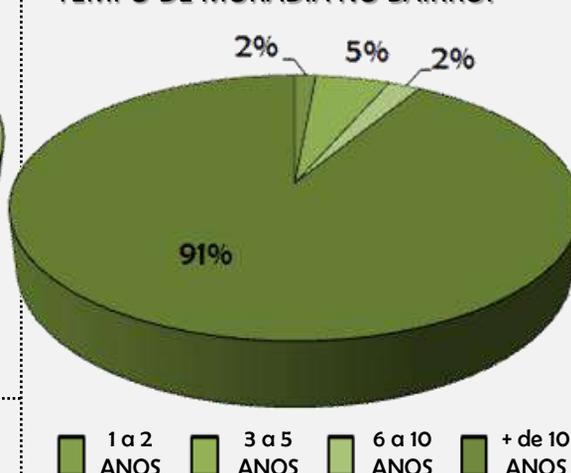
FIGURA

19

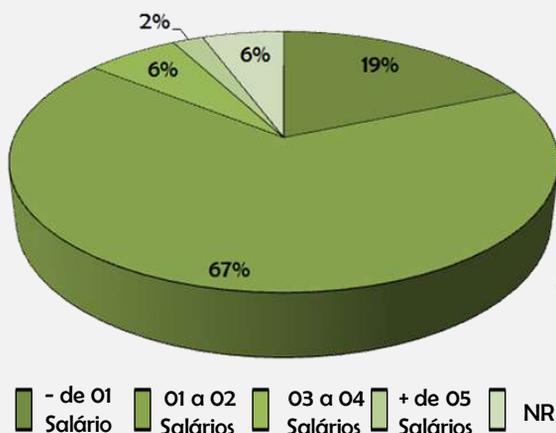
SEXO:



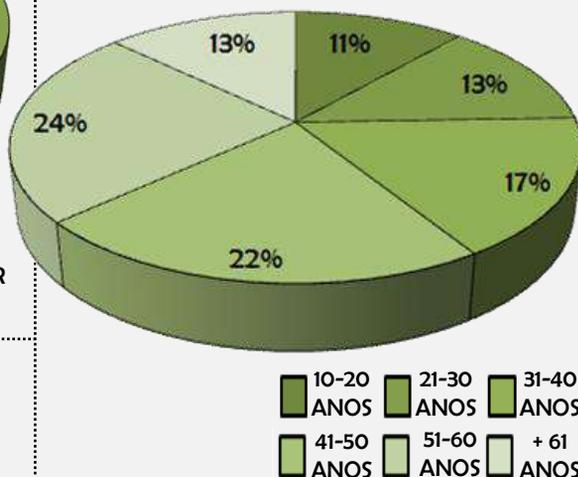
TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO:



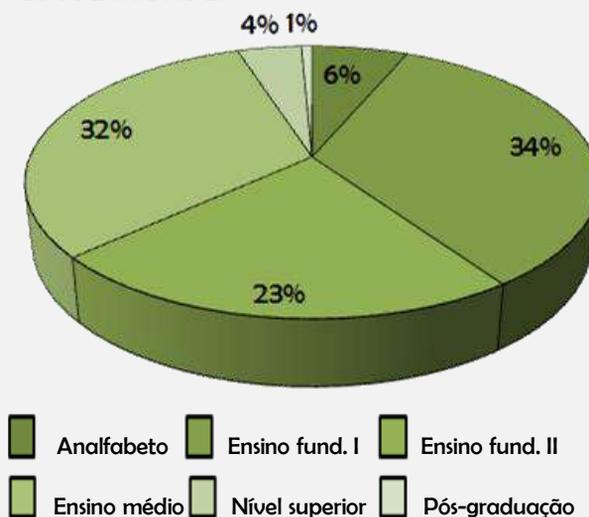
RENDA MÉDIA MENSAL:



FAIXA ETÁRIA:



ESCOLARIDADE:



CONDIÇÃO DE ATIVIDADE:

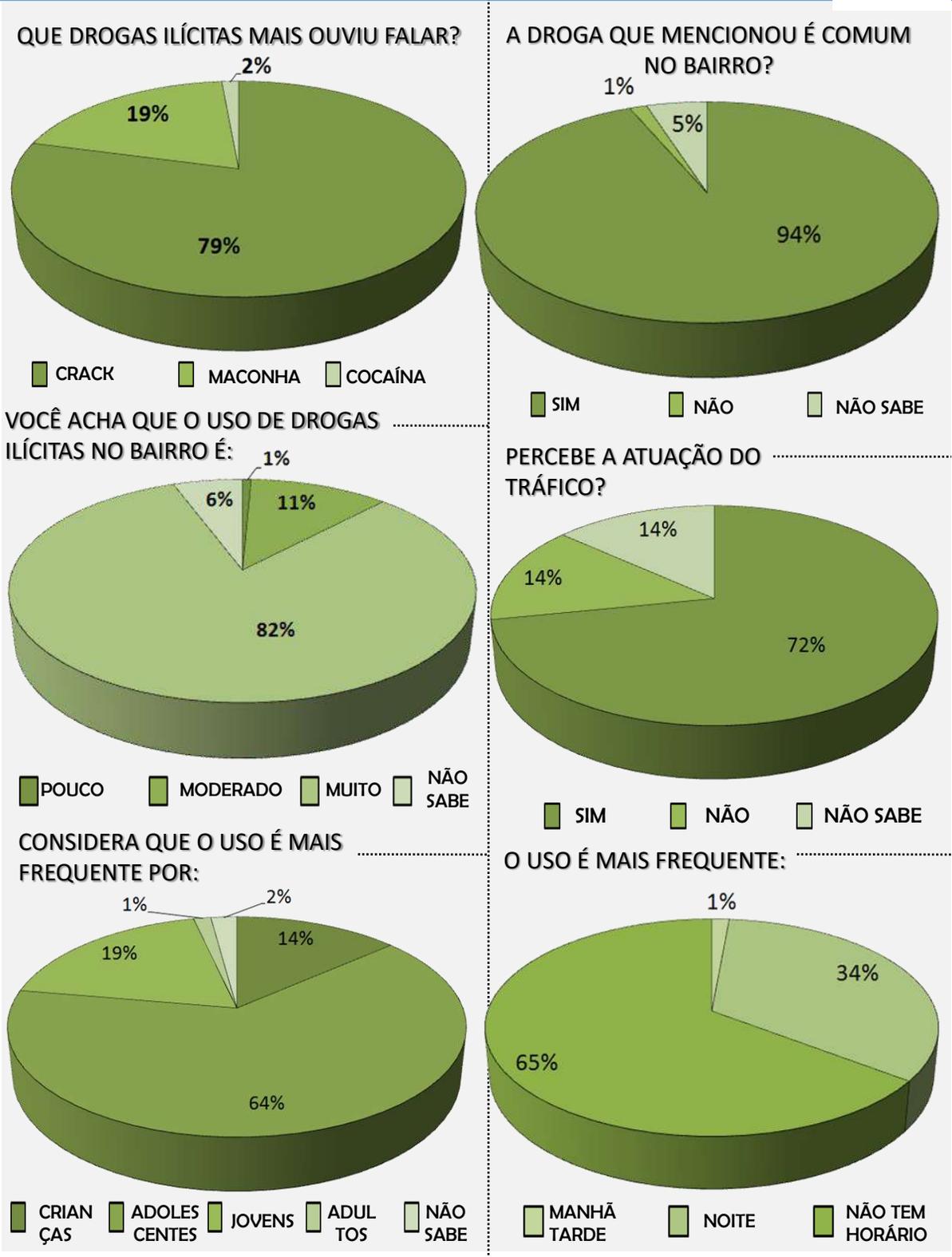


A faixa etária dos entrevistados foi bem diversa. Entre 10 e 20 anos participaram 11%, na faixa dos 21 aos 30 anos 13%, dos 31 aos 40 anos representou 13%, os de 41 a 50 anos 22%, com 24% a faixa dos 51 aos 60 anos e acima dos 61 anos 13%. O bairro do Pina possui os entrevistados com a menor faixa etária (10-20 anos), com 92% e o Ibura com as faixas mais elevadas com 56% dos participantes.

O percentual de escolaridade dos moradores é maior no ensino fundamental I, representando 34%, em seguida vem o ensino médio com 32%, o ensino fundamental II com 23%, os que não frequentaram a escola com 6% e com formação superior e pós-graduação 5%. Dentre as áreas que apresentaram uma menor escolaridade destacam-se Jordão, Casa Amarela e Iputinga com 13%, 15% e 14% respectivamente, dos entrevistados mencionando ser analfabetos. Os bairros que aparecem com moradores com nível superior foram 05: Afogados, Santo Amaro, Boa Viagem, Ibura e Boa Vista. Quanto à condição de atividade, 45% mencionaram exercerem trabalhos formais e 48% não terem nenhuma atividade. O bairro da Iputinga com 65% e o Ibura com 50% foram os que tiveram o maior percentual de pessoas sem trabalho. Já Casa Amarela, Boa Vista e Jordão apresentaram o maior contingente dos seus entrevistados exercendo atividade formal.

Embora existam informações, como anteriormente colocadas sobre os bairros pesquisados, alguns dados não são disponibilizados, daí a importância da obtenção de informações que permitam delinear sinteticamente as características básicas dos residentes nas áreas em tela. Soma-se ainda o fato de que em fontes secundárias não há informações de como a população percebe e sente a presença das drogas ilícitas em seus espaços.

No instrumento de coleta de dados utilizado, das 21 questões aplicadas, 15 faziam parte do grupo que intencionava verificar a forma como o público pesquisado percebe/sente o uso de drogas ilícitas em seus locais de moradia e quais as políticas de enfrentamento. A Figura 20 traz o primeiro conjunto de gráficos que aborda essa perspectiva.



A primeira questão intencionava saber quais das drogas ilícitas propostas eles mais ouviram falar. Dentre as propostas o crack foi citado por 79% dos entrevistados, a maconha foi apontada por 19% e a cocaína foi lembrada por 2%. Quando se verifica esta questão bairro a bairro, observa-se que em Água Fria e na Boa Vista, o crack foi mencionado, respectivamente, por 100% e 93%. Apesar de todos os bairros apresentarem o crack como a droga mais conhecida, a diferença da segunda droga (a maconha) foi menor no Pina que apresentou a referida droga com 46% e no Ibura com 32%. Vale ressaltar que, mesmo apresentando opções, era aguardado que o entrevistado mencionasse a droga, após ocorria a marcação.

Indagados sobre a presença da droga aludida, 94% afirmaram que trata-se de algo comum no bairro, 1% desconsideraram a existência e 5% não souberam garantir a trivialidade do ilícito. Os bairros de Afogados, Casa Amarela e Iputinga foram unânimes em mencionar a presença da droga que informaram, dentre elas o crack demonstra destaque. Quanto à intensidade do uso, 82% asseveraram que é muito, 11% apontaram como pouco, 1% moderado e 6% não souberam informar. Os bairros de Santo Amaro, Boa Viagem, Água Fria, Boa Vista e Iputinga, são aqueles que os moradores apontam como intenso o uso dos ilícitos. Quando questionados sobre os horários de uso, 65% afirmam que não há horário; 34% colocam que observam mais pela noite e uma pequena parcela, 1%, informando que pode ser pela manhã ou tarde. Dentre os bairros que se destacam quanto não ter horário para se fazer o uso, aponta-se: Boa Vista e Iputinga com 93%, Santo Amaro com 80%, Casa Amarela com 77% e Água Fria com 62%. A afirmativa de um horário “aberto” para o uso demonstra a despreocupação com abordagens policiais, a banalidade que as drogas obtiveram nesses espaços e a certeza de um tráfico presente.

Ao perguntar sobre a atuação do tráfico em seus bairros, muitos positivaram a presença mencionando perceber a atuação em 72% do volume dos pesquisados, 14% alegaram que não visualizam e outros 14% afirmaram não saberem se o tráfico está presente em seus arredores. Esse dado é um importante indicador, visto que moradores

afirmam perceber a ocorrência ilícita, sem temores em suas falas. Sendo comum a todos os bairros a atuação do tráfico, 50% destes (Pina, Boa Viagem, Ibura, Jordão e Casa Amarela), destacam-se na maior positividade desta ação por um maior percentual dos entrevistados. Boa Vista e Afogados, possuem valores expressivos para não ocorrência e o desconhecimento por 47% e 45%, respectivamente.

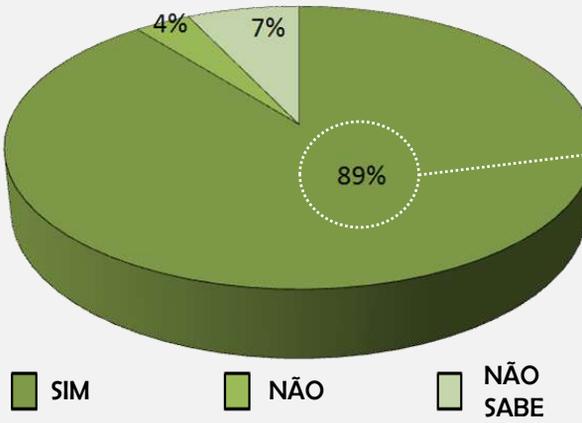
Uma das partes mais preocupantes verifica-se ao perguntar sobre o público que faz mais uso de drogas ilícitas. As crianças são apontadas por 14%; mesmo não sendo o percentual mais elevado, o número chama atenção, pois demonstra uma iniciação cada vez mais precoce. Sabe-se que a droga mais utilizada é o crack e como já citado na primeira parte da pesquisa, tal substância possui um alto poder dependogênico e causa sequelas no organismo, ou seja, as crianças tornam-se vítimas ainda mais vulneráveis. O primeiro grupo referido por 64% dos pesquisados é dos adolescentes, os jovens ficam com 19% e os adultos são lembrados por 1%. As informações demonstram, basicamente, que o recorte etário de maior consumo de drogas é aquele do 0 até os 24 anos. Justamente os que deveriam estar estudando e se qualificando para o mercado de trabalho. Isso demonstra, mais uma vez, a importância de ações preventivas pelas instituições públicas de ensino, que possuem frequentadores no referido perfil etário.

Verificando a questão dos usuários por bairro, observa-se que as unidades de Santo Amaro, Pina, Jordão e Casa Amarela são os que se destacam no volume de crianças fazendo uso frequente de drogas. Apenas Afogados e Ibura não mencionam crianças como usuários e Pina e Boa Vista com a menção de 01 adulto para cada.

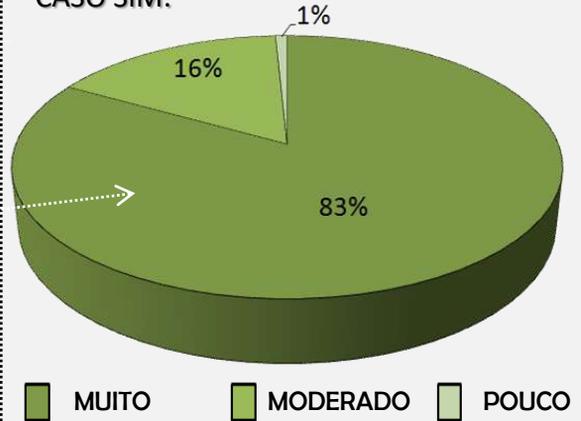
Na Figura 21, que agrega outro conjunto de gráficos, questionamentos como o aumento ou não do tráfico na cidade do Recife, se possui usuário na família, se conhece alguém do bairro que faz uso de drogas, como é a ação da polícia e se há algum local para tratamento no bairro são pontos abordados.

Na indagação do aumento do tráfico de drogas na cidade, percebe-se que a há uma concordância por 89% dos entrevistados. Destes, 83% considera que o aumento

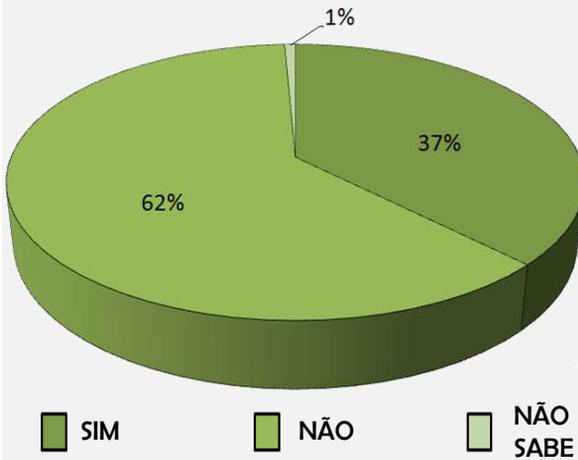
O TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RECIFE CRESCU NOS ÚLTIMOS ANOS?



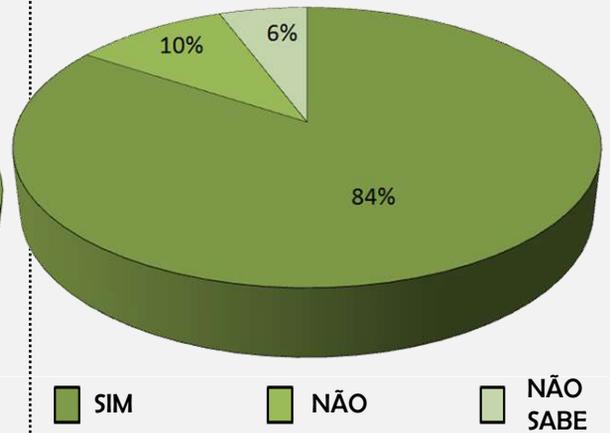
CASO SIM:



POSSUI ALGUM USUÁRIO NA FAMÍLIA?



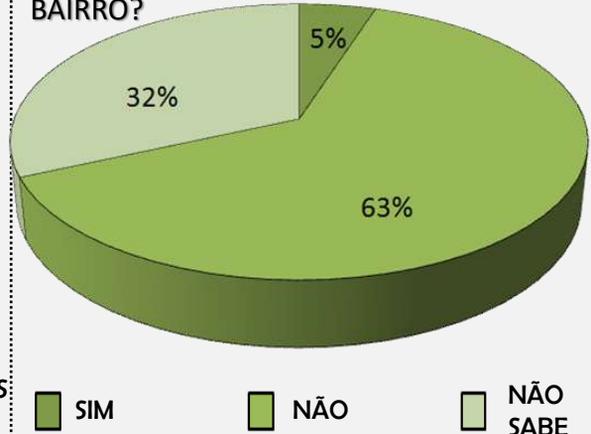
CONHECE ALGUÉM DO BAIRRO QUE FAZ USO DE DROGAS?



COMO É A AÇÃO DA POLÍCIA?



EXISTE ALGUM LOCAL PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTES NO BAIRRO?



foi elevado. Talvez, essa expressiva observação deva-se a dois fatores: primeiro a difusão das informações pelos meios de comunicação, em especial os sensacionalistas e segundo pela avaliação que eles fazem do local replicando a percepção na cidade como um todo.

Os locais que apontam mais intensamente o aumento do tráfego na capital pernambucana são os bairros de Santo Amaro, Boa Viagem e Casa Amarela com 100%, Jordão e Boa Vista com 93% e o Pina com 92%. A única opinião de que o crescimento do tráfego é pouco aparece no bairro da Boa Vista.

Como visto, nem todos os bairros da cidade do Recife apresentaram ocorrências, tanto no mapeamento das informações jornalísticas quanto nos dados da SDS. É fato, que isto não indica que há redução no tráfego, mas aponta para uma não totalidade do município, onde algumas áreas, pelo que consta, não são, ainda, território do crack.

Já aludiu-se aqui a tranquilidade e a firmeza que os entrevistados, na sua grande maioria, transpareceram ao responder os questionamentos. A pergunta que maior constrangimento causou, foi aquela que indagou se algum familiar fazia uso de drogas. Apesar de não ser a maioria, 37% afirmaram que tem alguém na família que é usuário. Número relativamente elevado, visto que a pesquisa fez uso da forma aleatória de participação. A maioria negou o envolvimento de um ente familiar com as drogas em 62% e uma mínima parcela (1%) mencionou não saber de alguém mantendo relação com as drogas. Quando esta questão é observada nos bairros pesquisados, verifica-se que Jordão, Boa Vista e Casa Amarela, respectivamente com 47%, 40% e 53%, foram os que apresentaram o maior número de pesquisados afirmando ter um familiar envolvido com as drogas. O bairro do Pina, foi o que menos demonstrou caso de usuário de ilícitos na família com 92%.

Quando são questionados se conhecem alguém do bairro que faz uso de drogas (crack, maconha ou cocaína), o percentual eleva-se. Nos 10 bairros pesquisados 89% mencionaram que tem conhecimento de algum usuário na vizinhança, uma parte menor, 10%, desconhecem usuários no bairro e 6% não sabem afirmar. Aqui os dados

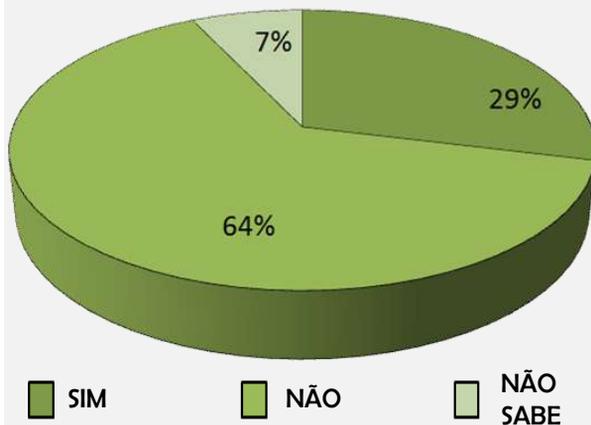
conferem com aqueles referentes ao tráfico, o mesmo número de pessoas que afirmaram perceber o tráfico em seus bairros é igualitário com os mencionaram conhecer alguém que faz uso. . Entre os bairros pesquisados Água Fria é unânime e todos os demais possuem percentuais acima de 70%.

Outro questionamento constante da figura 21 é sobre a ação da polícia no bairro. A maior parte menciona em 57% que é frequente, 38% esporádica e 5% afirmam que aparecem apenas em ocorrências. É de reconhecer que a polícia tem intensificado a rotina nos bairros, o que pode ser visivelmente percebido pelo programa da patrulha do bairro, que foi comumente citado pelos entrevistados. Em Jordão e Água Fria a assiduidade das rotas policiais destaca-se, conforme os entrevistados, com 93% e 75% respectivamente. No Ibura 81% mencionam que a polícia aparece esporadicamente ou em ocorrências.

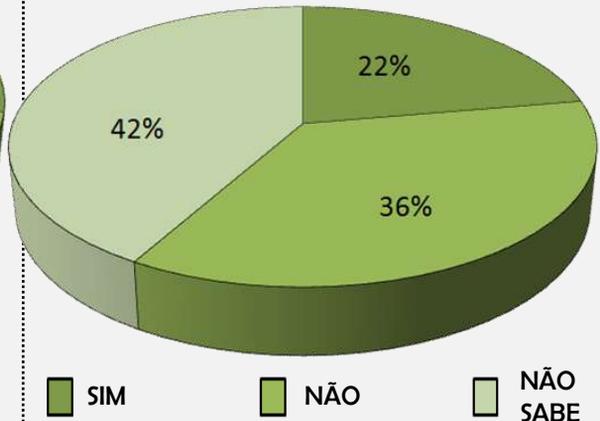
Um dado preocupante é a quantidade de locais para tratamento. Ao todo, 95% afirmaram não existir ou desconhecer lugares para acompanhar dependentes químicos. A pequena parcela restante (5%) informou sobre a existência, contudo em um caso há equívoco, situação do Ibura que possui uma indicação de unidade para tratamento, o que mais adiante, no mapeamento dos locais para tratamento em Recife, será verificado que não consta na relação de instituições de apoio ao usuário de drogas. Outra observação que pode ser feita, é que em lugares que há – pelos menos um ponto para tratamento -, grande parcela dos entrevistados afirmam não ter ou desconhecer, como poder observado em Santo Amaro, Boa Vista e Casa Amarela.

O último conjunto de gráficos resultante da pesquisa de campo, observado na Figura 22, resulta dos questionamentos feitos, basicamente, sobre a ação do poder público frente ao combate ao uso das drogas ilícitas. A primeira proposta visou a verificação dos entrevistados sobre o efeito das campanhas preventivas, veiculadas pelos meios de comunicação, que buscam atenuar ou evitar que pessoas iniciem uma relação com as drogas. A maioria acredita que as campanhas não possuem eficácia, 64% afirmam que as campanhas não evitam que as pessoas façam uso de drogas.

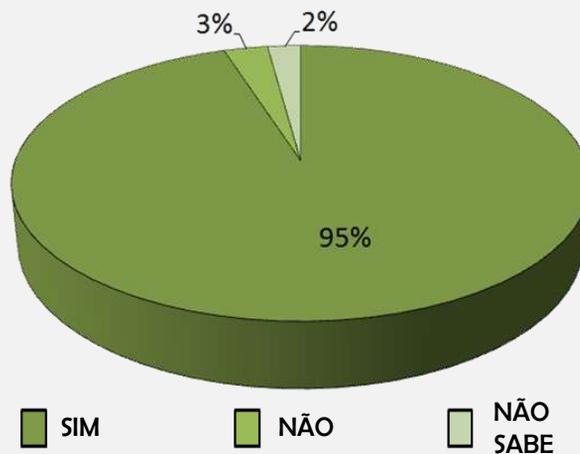
AS CAMPANHAS PREVENTIVAS EVITAM AS PESSOAS A FAZEREM USO?



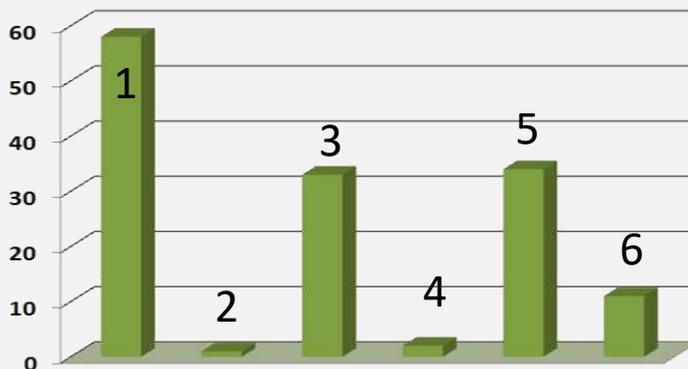
SABE INFORMAR SE NAS ESCOLAS PÚBLICAS EXISTE ALGUMA AÇÃO DE COMBATE AS DROGAS?



ACREDITA QUE O USO DE DROGAS AUMENTA A CRIMINALIDADE?



QUE AÇÕES O PODER PÚBLICO DEVERIA INVESTIR MAIS PARA COMBATER O TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS?



LEGENDA

1. INVESTIR EM EDUCAÇÃO
2. VEICULAR MAIS CAMPANHAS
3. GERAR EMPREGO
4. AUMENTAR O VALOR DO BOLSA FAMÍLIA
5. OFERECER CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL
6. OUTRO

Outra parcela com 29% dos entrevistados (relativamente expressiva) menciona que há efeito positivo. Para estes o alerta sobre situações associadas ao uso de drogas permite uma reflexão, evitando que alguns se envolvam com qualquer entorpecente.

Observando os mesmos dados de forma isolada por bairro, alguns apresentam uma descrença maior quanto à veiculação de campanhas. Os residentes em Afogados e Boa Vista, são unânimes em afirmar que esse tipo de proposta não possui eficácia. Dentre os bairros pesquisados, Santo Amaro e Ibura são aqueles cujos entrevistados acreditam que é positivo o efeito das campanhas.

O ambiente escolar é um verdadeiro aliado no combate às drogas – como já comentado -, visto que permite que ações preventivas, se implantadas, contribuam com a formação de crianças, adolescentes e jovens. Na referida pesquisa, buscou-se verificar dos entrevistados se nos seus bairros as escolas públicas sistematizam alguma ação de combate às drogas. No gráfico constante da figura 22, para maioria, 46%, se há ou não alguma ação, eles a desconhece; 36% afirmaram que as escolas trabalham o assunto drogas e 22% mencionaram que não. Os bairros de Afogados e Iputinga estão entre os que as escolas são mais lembradas por seu trabalho de combate as drogas. Já o Pina, Santo Amaro, Ibura e Jordão, foram apontados por seus moradores que não há nenhum tipo de ação nas escolas públicas do bairro.

Outro ponto visto é a relação entre droga e criminalidade. Extremamente associados, há no senso comum que o uso de drogas encadeia ações criminosas. A percepção dos entrevistados é demonstrada em 95% afirmando essa premissa. Para estas pessoas fazer uso de alguma droga pode sim impulsionar atos de rompimento com a lei. Uma pequena minoria (3%) percebe que não há relação entre o crime e as drogas e uma parcela ainda menor (2%) não soube responder. Entre os 10 bairros pesquisados, 50% foram comuns na afirmativa da relação drogas com crimes: Boa Viagem, Ibura, Boa Vista, Casa Amarela e Iputinga. Nos demais locais pesquisados, ocorreu pelo menos uma referência negativa a essa associação.

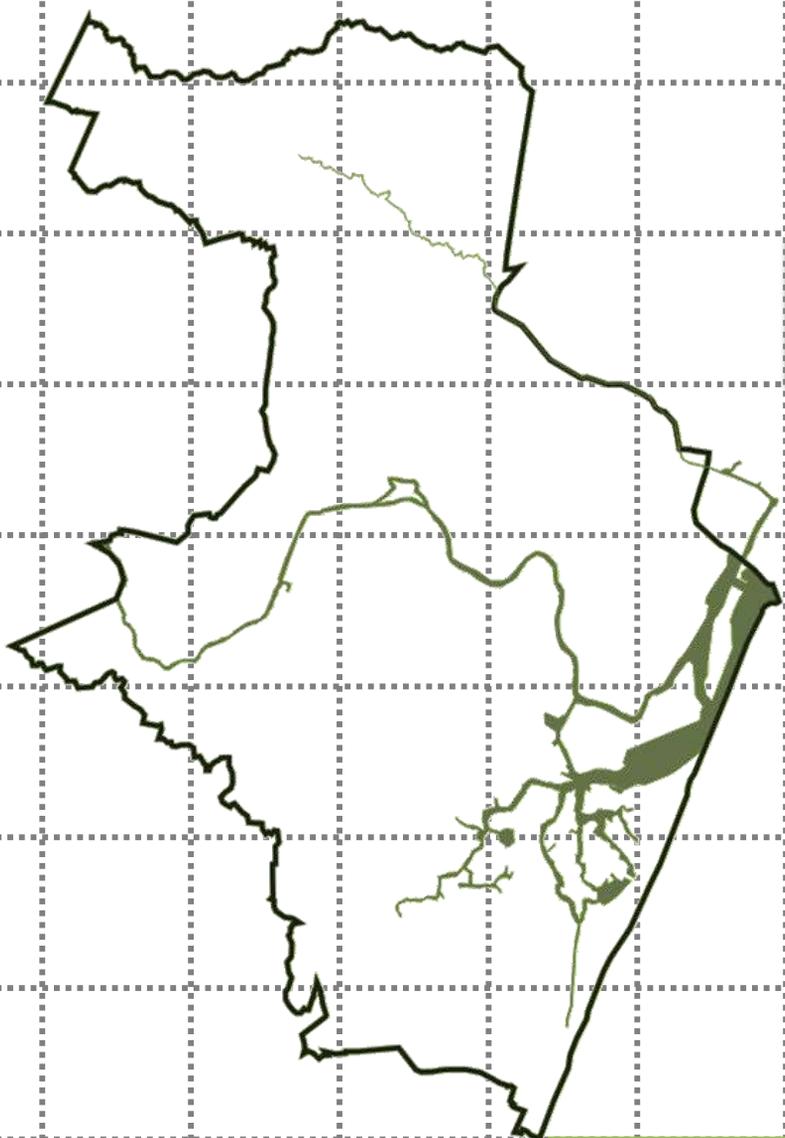
Por último, solicitou-se aos entrevistados que mencionassem que ação pública o poder público poderia investir mais para combater o tráfico de drogas. Existiam 05

propostas para apontarem e o espaço para menção de outra caso não estivessem contemplados entre as propositivas. As propostas foram: investir em educação; veicular mais campanhas; gerar emprego; aumentar o valor do bolsa família; e, oferecer capacitação profissional. A maior parte dos entrevistados acredita que investimentos na educação podem ser um dos caminhos para o combate ao tráfico; a segunda é a oferta de capacitação profissional e em terceiro tem-se a propositiva da geração de emprego. Objetivamente os entrevistados acreditam que a formação e as chances reais de uma inserção no mercado de trabalho seriam pontos fortes na diminuição de usuários de drogas.

Essa premissa da educação - aqui já abordada -, como percebido, também é uma preocupação e uma aposta da população entrevistada. De forma geral, é um consenso acreditar que as possibilidades de uma ascensão social ou um não desvio de conduta de padrão podem ser apaziguados perante a educação. É uma verdade, contudo, está formação, em geral, vem sendo depositada basicamente a instituição escolar, que, no que se refere ao serviço público, apresenta diversos problemas e, ainda, não conta com o apoio familiar que declina em muitos aspectos do educar.

No geral, os dados sobre as áreas pesquisadas revelam informações passíveis de serem deduzidas através da observação e, algumas particularidades que só a coleta poderia elucidar. Indiscutivelmente as informações de campo dão uma caracterização mais próxima dos espaços vividos. A percepção do morador soma e contrasta com dados anteriormente postos.

Nesse cadinho, as afirmativas dos residentes nas áreas pesquisadas potencializam o clamor por ações de cunho público e ao mesmo tempo falam de como as existentes atuam em suas áreas. Sobre esse aspecto, no item seguinte apresentam-se algumas das principais ações de combate ao crack. Tratam-se de legislações específicas que possuem uma série de ações e visam, em tese, atuar nas localidades onde o crack se faz presente.



PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO CRACK

7. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO CRACK



As principais políticas de combate ao crack encontram-se dentro de ações enquadradas na segurança pública, que nas últimas gestões (nacionais, estaduais e municipais) nunca esteve tão em pauta. Para exemplificar, os investimentos realizados entre 2008 a 2010, no Brasil, com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, ultrapassaram a casa de 3,4 bilhões. No Estado de Pernambuco, os gastos com a SDS, no mesmo período, ficaram acima de 2 bilhões. Nesse panorama, há atuação de políticas públicas novas, voltadas para manutenção da ordem pública, que surgiram em função do acúmulo de conhecimento na área e, principalmente, para mudar um quadro de maciça reprovação e necessidade.

O professor Luiz Flávio Sapori menciona que “a noção de política pública pressupõe a existência de uma esfera de vida que não é privada ou puramente individual, e sim sustentada pelo que é comum e público” (SAPORI, 2007, p.69). Assim, como já mencionado, em função de um quadro que requer uma atenção pública, como o combate ao crack, algumas ações precisam ser implementadas.

Tais políticas atuam, de modo geral, em recortes espaciais de expressividade de tráfico e uso muito prováveis. É fato que o *lôcus* dos problemas ligados ao crack também repousam sobre o espaço, sua atuação possui uma escala particular. Nessa linha, Carlos Brandão ressalta que “cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica” (BRANDÃO, 2004, p. 61).

Basicamente a implementação de políticas voltadas para o combate ao crack começam a surgir a partir dos anos 2000. O reflexo dessas atuações, pode-se dizer, ainda são pouco satisfatórios, isto é presumível a partir de dados que demonstram o crescimento do uso e tráfico do crack. Dentre as ações públicas contra o crack, coloca-se três: a criação da Política de Enfrentamento ao Crack (Decreto nº 7.179/2010; a Política Estadual sobre as Drogas (Lei nº 14.561/2011) e o Plano Intersetorial de combate ao crack e outras drogas.

7.1 Política de Enfrentamento ao Crack (Decreto 7.179/2010)

Trata-se de um decreto que criou o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas além de seu comitê gestor. O plano foi instituído em maio de 2010 pelo então presidente Luiz Inácio. O mesmo é composto por 8 artigos, a maior parte de atribuições.

Um dos pontos importantes no referido decreto é instituir a articulação e integração entre as demais políticas públicas (saúde, assistência social, segurança pública, educação, desporto, cultura, direitos humanos, juventude, entre outras). Esta preocupação presente no §2º do Artigo 1º, demonstra o reconhecimento de se ter uma ação conjunta, caminhando com as demais políticas e atuando de forma preventiva.

Quanto aos objetivos da Política de Enfrentamento, encontram-se seis pontos presentes no 2º Artigo, o primeiro menciona a importância de se estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua. O segundo, aponta a importância de fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de crack e outras drogas. Na terceira alínea objetiva-se capacitar, de forma continuada, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

No item seguinte, ainda do 2º artigo, a promoção e ampliação da participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional de usuários de crack e outras drogas e fomento a multiplicação de boas práticas, são pontos objetivados. Na penúltima alínea coloca-se a disseminação de informações relativa ao crack e outras drogas e por último ver-se que há necessidade do fortalecimento das ações de enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas ilícitas, principalmente nos municípios de fronteira.

No Decreto, a bifurcação do 2º Artigo (Art. 2-A) menciona a formação de instâncias, entre elas o Comitê Gestor e o Grupo Executivo, cabendo ao Ministério da Justiça prover apoio técnico-administrativo e os meios necessários ao funcionamento das instâncias de gestão. O 3º artigo basicamente impõem os responsáveis pela condução do Plano e demonstra a necessidade de uma integração ao atribuir que os participantes sejam de ministérios e secretarias diversas.

O que compete ao Comitê Gestor e ao Grupo Executivo são apontados no 4º artigo do referido decreto. No Art. 5º, menciona-se que o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas será composto por ações imediatas e estruturantes. As alíneas do mencionado artigo aponta as diversas ações que são acobertadas pela política. Neste, ainda, é visto que a participação dos Municípios, Estados e Distrito Federal dar-se-á mediante adesão. Nos artigos seguintes especifica que critérios são necessários a essa adesão e explicita a forma como os convênios e parcerias poderão ser estabelecidos.

Quando foi anunciado em 2010, o Plano Integrado previa um orçamento de R\$ 410 milhões do Orçamento da União. No entanto, apenas R\$ 274,3 milhões (66,9%) foram efetivamente gastos, dois terços dos recursos previstos. Os dados são do sistema Siga Brasil da Consultoria de Orçamento do Senado (<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO>).

Apesar de possuir poucos artigos e ser escrita de forma objetiva, a Política de Enfrentamento ao Crack é ampla no que se refere a busca por uma articulação entre as secretarias, contudo, conforme opiniões, precisa melhorar bastante neste item. Neste ponto o médico Ricardo Paiva (EM DISCUSSÃO, 2013), menciona que o plano tivesse, ao mesmo tempo, ações nas áreas social, de saúde e policial, e não um pacote pulverizado, que prevê que os municípios busquem os seus convênios. Já para o vice-presidente do Conselho de Medicina, Carlos Vital Corrêa Lima, o Plano de Enfrentamento ao Crack está longe de ser suficiente. Segundo ele, deveriam ser incluídas outras prioridades:

- Na área de repressão: controle efetivo de fronteiras; criação de um setor de inteligên-

cia na esfera policial para expurgar os policiais ligados ao tráfico; preparação da polícia para agir com humanidade e respeito aos direitos dos dependentes.

- Na área de saúde: assistência médica integrada numa rede capaz de absorver a demanda assistencial, priorizando a implantação dos Caps III e a oferta de psicoterapia pelo SUS.
- Na área social: criação de escolas integradas que ofereçam inclusão social; sistema de economia solidária que permita a reinserção e a preservação da autoestima do dependente (EM DISCUSSÃO, 2013).

Apesar das colocações feitas a respeito da política mencionada, embora com atraso de décadas em relação ao surgimento do crack, ver-se que há uma mínima preocupação com os efeitos desse ilícito na sociedade. O reflexo desta ação impulsionou, também, a criação de estratégias em unidades federativas como será visto no item a seguir.

7.2 Política Estadual sobre as Drogas (Lei nº 14.561/2011)

As discussões sobre estratégias para o combate as drogas, de uma forma geral, não são recentes, na verdade, elas são mais fomentadas e saem do campo do trabalho pouco estruturado para ganhar conotações embasadas e apoiadas por legislações específicas.

No caso pernambucano as políticas estruturantes ensaiaram-se nos anos 2000, assim como em outras tantas unidades federativas do Brasil. Muitas decorreram e ganharam fôlego a partir do Decreto 7.179/2010. Anterior a Política Estadual sobre as Drogas (Lei nº 14.561/2011), apresenta-se de forma relativamente ordenada a Rede Estadual de Enfrentamento ao Crack que surgiu, entre outros, de um relatório congregando as principais reivindicações de ONGs, igrejas e da sociedade civil no combate às drogas em Pernambuco. A partir de então o governador Eduardo Campos decreta, em 2010, cinco meses após o decreto que cria a Política de Enfrentamento ao Crack, o surgimento da Rede Estadual de Enfrentamento ao Crack.

Na referida política, composta por nove artigos, percebe-se forte influência do Decreto 7.179/2010 que, muito provavelmente, serviu de escopo para sua estruturação. No primeiro artigo fica instituído a referida política assim como estabelece a sua articulação com entidades governamentais e não-governamentais; no 2º artigo há um recorte temporal de atuação da política, onde fica instituído que um grupo definido de representantes elaborará um Plano Estadual de Enfrentamento para o período de 2010 a 2015. No terceiro artigo fica estabelecido quais serão os representantes que estarão compondo o grupo de elaboração do Plano de Enfrentamento, do quarto ao sexto artigos, basicamente, é colocado as atribuições do mencionado grupo. No 7º artigo fica atribuído ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CEPAD, a elaboração e apresentação da Política Estadual sobre Drogas. O 8º e 9º artigo do referido decreto, são simples formalidades de encerramento, típicas da redação deste tipo textual.

Um pouco mais adiante é lançada, então, a Lei 14.561/2011 instituída pelo governador em exercício João Soares Lira Neto. A referida lei é dividida em três capítulos e apresenta 17 artigos. No primeiro capítulo, o da Disposições Gerais, institui-se a Lei assim como conceitua os termos: usuário, dependente e drogas. No item drogas chama atenção que é levado em consideração a constante inovação, pois diz que são as que estarão pertencendo a relações atualizadas periodicamente.

No segundo capítulo da aludida política, observa-se a colação de princípios e diretrizes divididos em seções. A primeira seção traz os princípios norteadores da política, como o respeito, a transversalidade das ações, a universalidade de acesso as ações e aos serviços, o apoio as famílias e a proposta de responsabilidade compartilhada entre sociedade civil e governo. Na segunda seção, que aborda as disposições gerais, estabelece o fortalecimento do pacto federativo, o fomento à cooperação, o apoio e ampliação da rede de proteção, o estímulo a realização de pesquisas e diagnósticos, o incentivo à formação e à educação permanente, a busca de harmonização das legislações e o incentivo à participação da sociedade civil.

Ainda no segundo capítulo, há a seção III que apresenta as diretrizes específicas. Neste item são colocados treze pontos parte relacionados a própria política

estadual sobre as drogas, uma outra sobre as ações voltadas para prevenção, outra referindo-se ao modelo de atenção (acolhida, proteção, tratamento, reinserção social e inclusão produtiva e redução de danos); uma seguinte especificando a área da repressão qualificada e redução da oferta; uma seguinte sobre o estabelecimento das diretrizes na área de pesquisa, monitoramento e sistema de informações; e, as duas últimas que apontam os direcionamentos quanto ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CEPAD e no que se refere ao modelo de gestão.

O último capítulo da Lei 14.561/2011, que trata das disposições finais, reafirma que a aludida política contará com o apoio das demais secretarias do governo do Estado, aponta o CEPAD como órgão controlador e institui a criação de um fundo financeiro para manutenção da política.

A instituição da Lei completou um ano em 26 de dezembro de 2012. Pouco encontra-se em termos de informação à respeito de resultados a partir da implantação da mesma. Sabe-se que o combate à epidemia do crack ganhou um reforço mais agressivo no estado. Em janeiro deste ano (2013), pelo menos 120 policiais militares foram destinados exclusivamente para identificar e reprimir os pontos de venda e uso da crack, 24 horas por dia. Três pontos do Recife, considerados mais vulneráveis e com altos índices de homicídios, foram os primeiros beneficiados: o bairro de Santo Amaro e as comunidades de Capilé e Chié, ambas em Campo Grande.

Também ocorreu a integração do Estado de Pernambuco, no programa federal “Crack, é Possível Vencer”. Na realidade, ocorreu um pacto entre as três esferas de governo, que tem como objetivo aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção. A União deverá investir (com repasses e aplicação direta) no estado e em municípios de Pernambuco cerca de R\$ 85 milhões até 2014.

Como já mencionado, é prematuro apontar os resultados da implementação da Política Estadual sobre as Drogas, ainda faz-se necessário aguardar os números, visto que as informações referem-se a cifras monetárias que serão aplicadas em uma rede de combate já atuante.

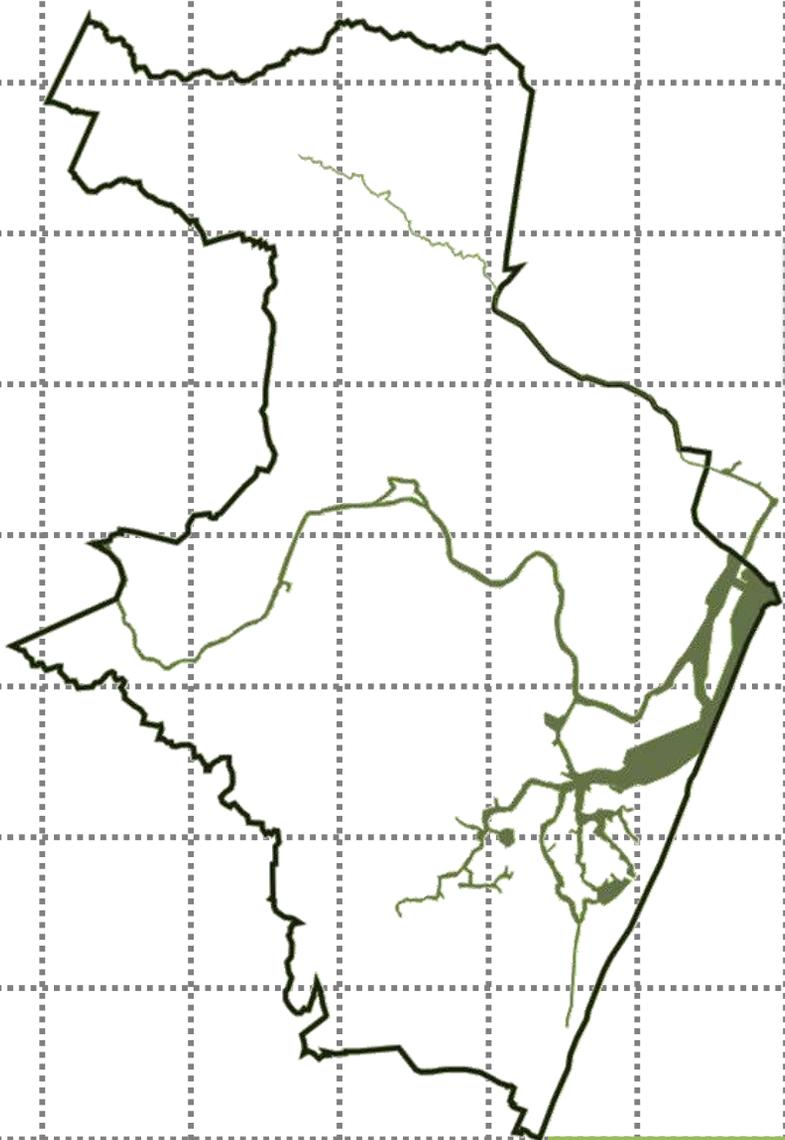
7.3 Plano Intersetorial de combate ao crack e outras drogas

Mantendo-se a ideia de harmonizar as legislações, o poder Municipal também lança uma política específica de combate ao crack, denominada de Ação Integrada de Atenção ao Crack e Outras Drogas que foi lançada pelo Governo Municipal, em setembro de 2011. Trata-se de um plano de gestão integrada de combate ao uso de entorpecentes. Para isto, foi criado um comitê formado por 11 secretarias, além da Fundação de Cultura e do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) e cerca de 3 mil pessoas estão envolvidas diretamente na execução das atividades. Conforme informações no site da própria prefeitura, já foram investidos cerca de R\$ 34 milhões em intervenções com foco no enfrentamento ao problema.

As ações estão divididas em quatro grandes eixos: prevenção do uso, tratamento e reinserção social; educação permanente; comunicação e mobilização social; e alianças estratégicas e projetos integrados. O objetivo é oferecer aos usuários de drogas uma abordagem ampla, eficaz e qualificada, considerando as particularidades de cada indivíduo dependente do crack e outras drogas.

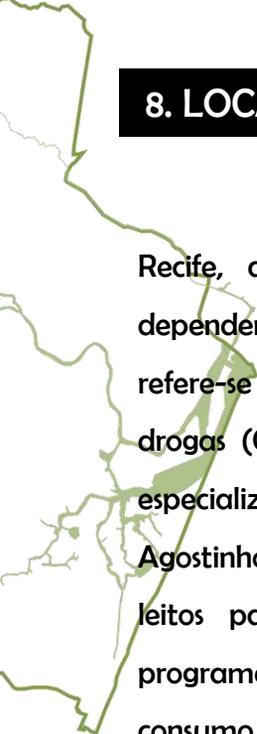
O plano de enfrentamento municipal também oferece oficinas do Programa Multicultural do Recife em associações de moradores, escolas, igrejas, praças e afins; a implantação de núcleos dos Círculos Populares de Esportes e Lazer em territórios do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Estão envolvidas as secretarias municipais de Saúde; Assistência Social / Iasc; Educação, Esportes e Lazer / Geraldão; Juventude; Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Direitos Humanos e Segurança Cidadã; Cultura; Especial da Mulher; Gestão e Planejamento; Comunicação; e Especial de Relações com a Imprensa; além da Coordenação do Orçamento Participativo (<http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-aco/es/aco/es/plano-intersetorial-de-combate-ao-crack-e-outras-drogas/>).

Pelo menos no que se refere a implantação de legislações, o cenário pode ser considerado otimista. Quanto a implementação de suas propostas é necessário um espaçamento temporal para se verificar os resultados .



LOCAIS PARA TRATAMENTO DE ILÍCITOS NA CIDADE DO RECIFE

8. LOCAIS PARA TRATAMENTO DE ILÍCITOS NA CIDADE DO RECIFE



Conforme levantamento mais adiante colocado, encontra-se na cidade do Recife, aproximadamente 44 locais que ofertam serviços de tratamento para dependentes químicos entre públicos e privados. O atendimento público mais utilizado refere-se as unidades dos Centros de Apoio Psicossocial com atendimento em álcool e drogas (CAPS-AD). Atualmente, Pernambuco conta com 34 Caps, sendo 10 deles especializados em álcool e drogas – localizados em Recife (6), Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Paulista e Petrolina. Esses centros contam com uma equipe multidisciplinar, leitos para desintoxicação, atividades terapêuticas com pacientes e familiares, programa de redução de danos (política que prevê a diminuição progressiva do consumo de drogas ou a utilização de forma racional) e acompanhamento medicamentoso, caso necessário.

É sabido que as seis unidades públicas do CAPs não contemplam a necessidade dos recifenses, seja no tratamento das drogas ou no apoio aos familiares que, também, precisam ser considerados nesse processo. Contudo, é visível o crescimento de ações preocupadas com esta questão. Em 1999, o Estado de Pernambuco possuía 04 CAPs e passou para 34. Havia 18 municípios com oferta de consulta em psiquiatria e atualmente este número passou para 125 municípios. Estes crescimentos indicam, também, uma demanda maior de pessoas que necessitam deste tratamento.

Contudo, a população pouco conhece sobre estes locais, conforme observou-se no resultado da pesquisa de campo. Para enfatizar, dos 10 bairros averiguados, apenas 5% dos entrevistados mencionaram conhecer uma instituição que oferece a população tratamento para dependências químicas. Outra constatação é que entre os bairros com maior ocorrência do crack, 40% não disponibilizam deste tipo de serviços em seus territórios.

Como mencionado a preocupação é pauta nas políticas públicas e, no caso dos locais para tratamento, percebeu-se ao apontar o Decreto 7.179/2010, que é visto com extrema atenção. Afinal, no campo preventivo a negligência ou ações de pouco efeito, resultaram e demandas ainda maiores para estes centros de tratamento.

8.1 Principais Instituições

Como já apontado, encontrou-se, ao pesquisar locais para tratamentos de dependentes químicos em Recife, 44 instituições entre públicas, particulares e de outra natureza. Deste montante, 50% são apontadas como públicas, 18% particulares e 32% como independentes, mas que ofertam serviços gratuitos para população.

No Anexo 01 encontra-se a relação nominal destes locais, com o bairro, RPA e o tipo de instituição que se caracteriza. Vale ressaltar que aparecem o nome de outros CAPs que não são AD (Álcool e Drogas), mas constam por também desenvolverem trabalhos no campo preventivo e fazerem os encaminhamentos. Dentre a relação busca-se destacar o trabalho realizado por duas instituições que possuem a maior parcela dos atendimentos em Recife: os CAPS e as Instituições Independentes.

Já falou-se aqui que os Centros de Atenção Psicossocial, ou simplesmente CAPS, são unidades consideradas alternativa para o tratamento dos usuários de transtornos mentais e dependência ao consumo do álcool, fumo e outras drogas. Na prática, substituem os hospitais psiquiátricos, antigos hospícios, bem como as formas de assistência, mais humanos e voltados à reinserção social. Os referidos centros são de responsabilidade do poder público municipal.

No Recife, existem 17 centros espalhados nos seis distritos sanitários, sendo 11 voltados a transtornos mentais e 6 para dependência química. Entre os CAPS que cuidam exclusivamente de transtornos, dois são infantis e um para adolescentes. Os demais são voltados para o público adulto. O David Capistrano, localizado no Ipsep, é o único que funciona 24 horas. Cada centro atende a uma média de 60 a 80 pacientes por dia (www.recife.pe.gov.br).

Tomando-se o referido dado de atendimentos e considerando apenas os seis locais para tratamento específico de usuários de drogas, é possível mencionar que diariamente os CAPs especializados atendem uma média de 420 pessoas por dia. Como a proposta de tratamento é sistemática, acredita-se que os pacientes retornam a unidade, o que faz crer que a média mensal de pessoas realmente atendidas nestas

unidades é um pouco maior do que a diária. Existe um CAPs AD para cada RPA. Na RPA 01, aponta-se o de Santo Amaro, o Espaço Prof. Luiz Cerqueira; a RPA 02 tem o Espaço Jandira Mansur no bairro de Campo Grande; a RPA 03 possui o Centro de Prevenção, tratamento e reabilitação do alcoolismo, presente no bairro da Tamarineira; o Centro Eulâmpio Cordeiro de Recuperação Humana é o CAPs AD da RPA 04 que fica no bairro do Cordeiro; na RPA 05 temos o Espaço Travessia René Ribeiro, localizado em Afogados; e, na RPA 06 há o CAPs AD Professor José Lucena.

As instituições ditas independentes são na maior parcela Organizações não Governamentais (ONGs), e ou OCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) mantidas com recursos do governo e apoiadas, em poucos casos, por empresas e doações de particulares. Algumas de cunho e motivação religiosos. Estas, surgem, também, da demanda e da lacuna do serviço público. Maior parte delas trabalham numa perspectiva preventiva, poucas possuem um trabalho de internação e tratamento como o caso da Sociedade Assistencial Saravida que atua há mais de 14 anos na cidade do Recife.

Outras instituições independentes que se destacam é a Desafio Jovem do Recife, que atua desde 1995 com três eixos de atuação, promovidos pelos programas de prevenção, tratamento e reintegração social; o CPD – Centro de Prevenção as Dependências, situado no bairro de Boa Viagem, atua no campo preventivo a mais de 10 anos. Seu principal foco é na execução de projetos voltados para as populações vulneráveis ou em situação de risco, visando o trabalho de cidadania, elevação de escolaridade e discussão sobre as drogas.

O importante de se destacar é que estas instituições são de fundamental importância. Como já colocado, o crescimento do uso de drogas, especialmente o crack, tem provado que torna-se necessária uma atuação mais eficaz no campo preventivo. Infelizmente, muitos tem, pelas mais diversas condições, colocado para si uma relação intensa com as drogas, o que em se tratando do crack que promove um maior desejo de uso, é relevante que exista um trabalho que atue com este público.

8.2 O rebatimento territorial

Conforme variadas literaturas, a presença de um serviço público de qualidade e que atenda as necessidades de uma dada população, pode trazer outro nível de vida. Nessa lógica, para buscar entender um pouco da demanda de um dado grupo, é preciso que os órgãos públicos responsáveis fiquem atentos a procurar, minimamente, disponibilizar o que seria de direito. Em um mapeamento aqui já colocado (Figura 15), percebeu-se que há bairros na cidade do Recife, que sequer apresentam escolas públicas municipais ou estaduais. Um problema que se compreende por si só e que proporciona uma discussão extensa.

Sobre a proposta de atendimento público, ao discutir-se nesse tópico a atuação de instituições que trabalham com dependentes químicos, viu-se que na cidade do Recife apenas 50% do total apresentado são públicas. Ainda dentro do item anterior, os 44 locais (públicos, privados e outros) que oferecem tal atendimento não contemplam, sequer, a metade dos bairros recifenses, se fosse pensar uma localidade por unidade. Esta constatação reflete a atuação de poucas unidades operando no cenário recifense, visto a demanda crescente de dependentes químicos, em especial os do crack. A localização desses estabelecimentos no território do Recife, sobrepostos as áreas de ocorrência do crack permite uma breve análise da disponibilidade desse serviço para as populações mais acometidas pela presença do ilícito.

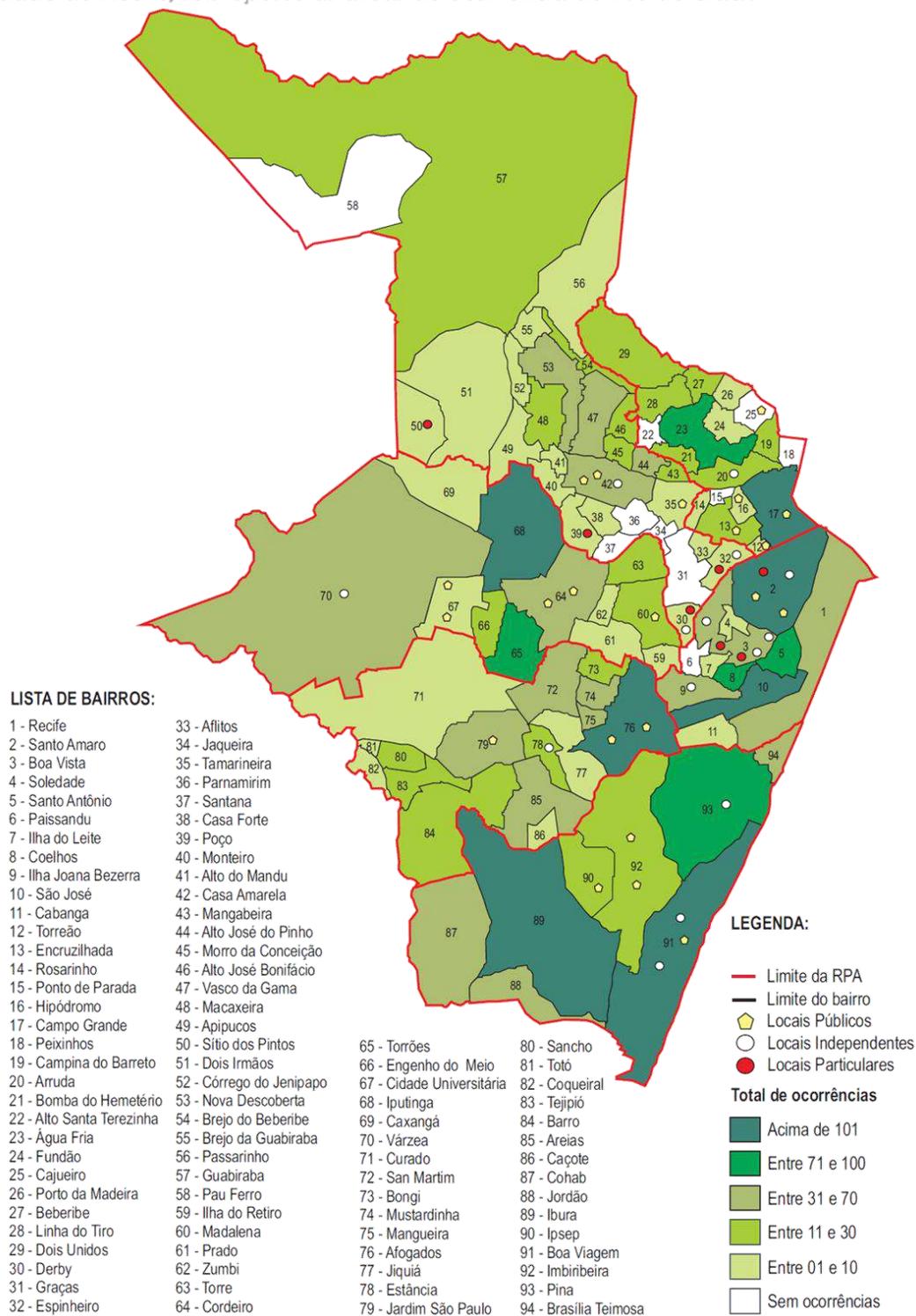
O mapeamento, permite, também, perceber como a lógica da localização precisa ser repensada, conforme uma proposta de demanda. Vale considerar, também, que há implicações territoriais com a atuação ou não dos referidos locais.

Para verificar melhor o exposto, coloca-se na Figura 23 a disposição das referidas unidades de tratamento. Nesta é possível observar como é notório os hiatos em alguns territórios. Dos 94 bairros existentes apenas em 27% deles há uma unidade de tratamento (Anexo 01). Quando a observação é visto por RPA, nota-se que há, entre as públicas e privadas, um número mínimo de três unidades. Como exemplo, toma-se a

RECIFE: LOCAIS PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTES

Levantamento dos locais para atendimento aos dependentes químicos na cidade do Recife, sobreposto as áreas de ocorrência do uso do crack

FIGURA 23



Base Cartográfica: Prefeitura da Cidade do Recife, 2010; Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras. Diretoria de Urbanismo - DIRURB; Diretoria de Meio Ambiente - DIRMAM.

Fonte: Secretaria de Defesa Social, Prefeitura da Cidade do Recife, Vara Regional da Infância e da Juventude - NAPTD
Execução e Adaptação: Carlos Alberto Duarte de Souza

RPA 05, que possui a menor quantidade de locais para tratamento, contudo, todos são públicos.

Dentro da oferta de lugares, a RPA 01 é a que possui o maior número, tendo um total de 11, sendo 06 destes localizados no bairro da Boa Vista, 04 em Santo Amaro e 01 na Ilha do Leite. Atuam nesta RPA 04 locais de forma particular. De modo geral, dos 11 bairros presentes nesta RPA, encontram-se locais de atendimento em três. Quanto as lacunas, não há registro de estabelecimentos em Santo Antônio, Coelho e São José, isto para mencionar aqueles que possuem forte ocorrência do crack.

Ao observarmos a RPA 02, existem seis locais para tratamento um em cada bairro (Campo Grande, Hipódromo, Arruda, Cajueiro, Torreão e Encruzilhada). Apenas um é dito “independente” e os demais públicos. O bairro de Água Fria, que apresenta significativa ocorrência do crack não possui nenhum local. O que pode ser, também, verificado nas respostas de 100% dos moradores entrevistados ao mencionarem não existir ou não saberem da presença de um local para tratamento. No saldo, dos 18 bairros apenas 33% contam com o serviços. Se levar em consideração que há entre o CAPs apenas um que trabalhe com dependentes de drogas, esse percentual cai para 16%.

Na RPA 03, foi possível encontrar dez lugares que trabalham com dependentes químicos. O mapeamento demonstra que existem 03 no bairro de Casa Amarela, sendo dois públicos e um de caráter independente. O Derby e o Espinheiro possuem dois locais cada, Tamarineira, Poço da Panela e Sítio dos Pintos um em cada. Dos 28 bairros presentes nesta unidade, apenas 06 possuem um local para tratamento e destes apenas 03 são públicos. Bairros como Nova Descoberta, Guabiraba, Vasco da Gama e Macaxeira, que apresentam consideráveis ocorrências sobre o crack não são contemplados com nenhum local.

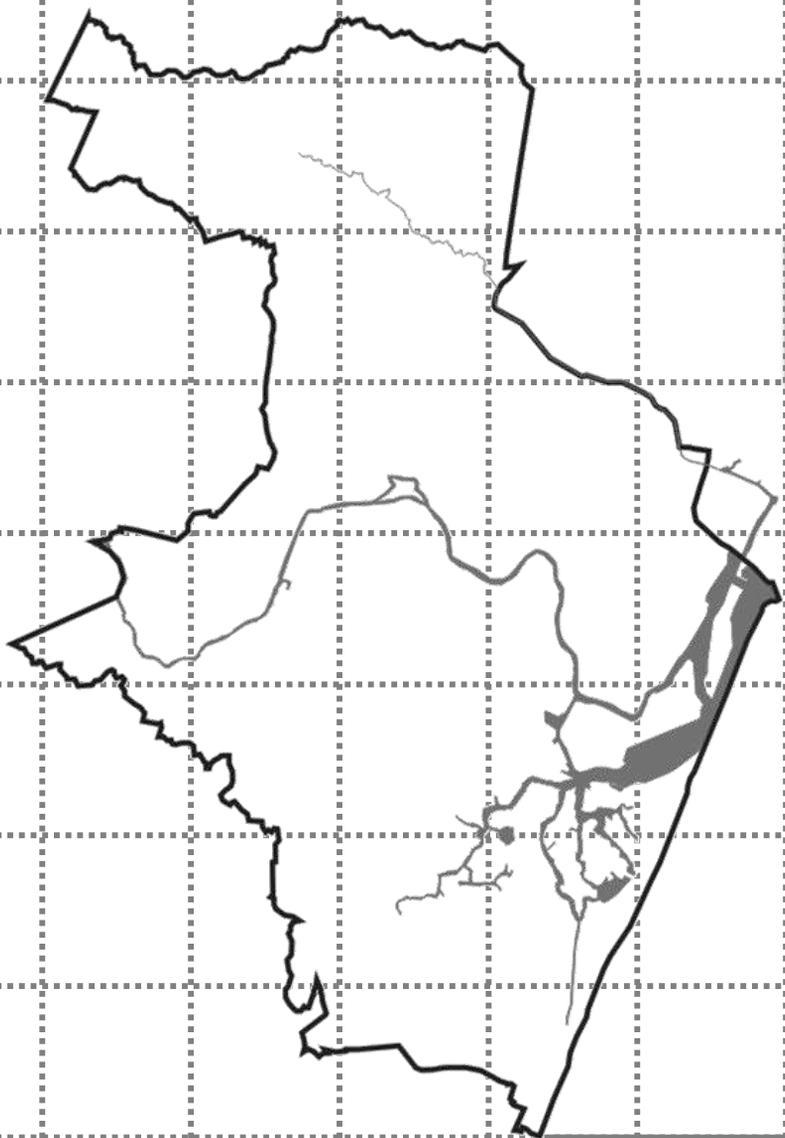
Quanto a RPA 04 os bairros que apresentaram o maior número de registros de ocorrências com o crack, Iputinga e Torrões, não possuem nenhuma das poucas unidades de tratamento no bairro. No total, a RPA conta com seis lugares, sendo 02 na Cidade Universitária e no Cordeiro, um na Várzea e outro na Madalena. Vale ressaltar

que tal Região Político Administrativa conta com 12 bairros e 67% deles não são contemplados com locais para tratamento.

Continuando na observação por RPA, verifica-se que quinta região, já acima afirmado, é a que menos conta com número de instituições em seus bairros. No total há 04 lugares, isto atinge apenas 26% do montante dos bairros presentes na RPA 05. San Martim, Mustardinha, Mangueira e Areias, bairros que apresentaram entre o ano de 2011/2012 entre 31 e 70 ocorrências do crack não possuem nenhuma unidade de tratamento.

Na sexta RPA, a mais populosa e povoada, as 07 localidades encontradas, concentram-se em quatro bairros. Três estão em Boa Viagem, duas na Imbiribeira e uma no Pina e no Ipsep. Está RPA já foi apontada pelos resultados da pesquisa como a 2ª maior no número de registros do crack. Nela, apresentam-se os alguns dos bairros de maior destaque em toda a cidade do Recife quanto as ocorrências relacionadas ao crack: Boa Viagem e Ibura, contudo, apenas em Boa Viagem encontram-se o serviços para tratamento de usuários, embora este ponto seja desconhecido por 93% dos entrevistados na pesquisa já supracitada.

Como visto a pulverização do sistema de tratamento dos usuários permite uma leitura territorial. Conforme Raffestin “não haveria lugares privilegiados a priori, mas lugares de reunião, de nodosidades, de condensações de qualquer espécie, que provocassem descontinuidades na distribuição: acentuadas densidades aqui, fracas densidades ali” (RAFFESTIN, 1993, p. 187). Vale ressaltar que em se tratando dos lugares de tratamento, a descontinuidade é propositiva do homem. Na figura 23 verifica-se uma forte concentração destas atividades na parte mais litorânea da cidade do Recife. Isto permite colocar que há uma centralidade destas atividades, mas trata-se de uma centralidade no sentido geométrico, pois conforme o citado autor, a centralidade consiste na “existência de uma coletividade soldada por ações criadoras de relações” (Idem, ibidem). Assim, baseados nesse pensamento o mapeamento demonstra centralidades onde a ocorrência do crack é presente, contudo a forma como os locais de tratamento foi disponibilizada no território não casam, em considerável parte, com as centralidades promovidas pelo crack.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medida que o trabalho veio sendo escrito, muitas das considerações foram postas, todavia, alguns poucos pontos é possível, ainda, mencionar. O crack, como corriqueiramente colocado nesta pesquisa, tem expandido-se de forma rápida, chegando em outros espaços e conquistando novos territórios. Seu alto poder dependogênico reflete no quantitativo crescente de usuários e impulsiona a busca por consumo sistemático.

Como já mencionado anteriormente, o surgimento do crack em terras brasileiras é dos anos noventa, só após duas décadas é que começam a estruturar-se algumas políticas de combate. De sua chegada até os momentos atuais, a referida droga tem ocasionado diversas reflexões e forçado um repensar sobre o trabalho realizado, seja no combate repressivo ou na atuação preventiva.

O que sabe-se é que sempre será uma falácia pensar uma sociedade sem drogas. Desde os primórdios que o homem busca formas de prazer e sua habilidade crescente e o conhecimento da manipulação de substância o permitiram descobrir através do uso de plantas. Com o avanço científico, algumas substâncias foram artificializadas e incrementadas. A ideia sempre foi e será potencializar os efeitos. Não se coloca aqui uma discussão do que é natural e do que é artificial em termos de substâncias psicoativas, até porque sabe-se que o que vai determinar um risco ao usuário é a relação (intensa, moderada, rarefeita) que o mesmo estabelece com tais substâncias. O que se reforça é que, assim como o crack, uma nova droga que ocasione sensações mais prolongadas, dê mais prazer, propicie o desejo maior de uso e seja acessível, possa surgir.

Claro, não é pelo fato do surgimento de uma nova substância psicoativa ilícita que estaremos sempre fadados a uma sociedade com drogas. A nossa sociedade é “drogada”, porque todos fazem uso dela. Em diversas passagens de nossas vidas estamos sujeitos a utilização de substâncias lícitas, comercializadas tranquilamente em supermercados. Estatísticas apontam que estas drogas são as mais letais, pois são utilizadas por um número bem maior da população.

No caso do crack, há uma revolução nos conceitos e na forma de lidar com os usuários. É uma droga que, em seu uso intenso, ocasiona diversos males ao organismo e ao psicológico do indivíduo. Estas características a tornaram uma super vilã entre as existentes no mercado. E de fato, é. Colocou-se aqui os impactos que esta droga tem ocasionado na sociedade e viu-se que ações específicas contra a mesma precisavam ser implementadas.

Em Recife, pode-se observar que há forte difusão do crack em diversos bairros. Apenas em 10 deles, conforme os dados da SDS entre o período de 2011 a outubro de 2012, não apresentaram ocorrência referentes ao uso, porte ou tráfico. Em contrapartida, em 89% dos bairros recifenses há considerável utilização. Viu-se que em pelo menos 10 destes há uma enorme quantidade de registros, o que foi verificado tanto na pesquisa em periódicos, como na parte empírica do trabalho.

Constatou-se que a população, representada pelo universo entrevistado, aponta o crack como a droga mais conhecida, reforçam a sua utilização em seus territórios e mencionam que o uso é feito de forma intensa sem distinção de horário, na maior parte por adolescentes e jovens. Parcela significativa (72%), afirma a existência do tráfico, bem como percebem um forte aumento no consumo de drogas nos últimos cinco anos. De cada três entrevistados, um possui na família caso de usuário de ilícitos; quando verifica-se se eles conhecem alguém no bairro que faz uso, este dado passa ser de dois casos.

Do recorte realizado na cidade do Recife, utilizou-se 10 bairros como referência para verificar o rebatimento do crack. Como critério, já apontado, utilizou-se aqueles com a maior ocorrência do entorpecente, conforme os dados dos periódicos e da SDS. Destes dez (Pina, Afogados, Santo Amaro, Boa Viagem, Ibura, Água Fria, Jordão, Boa Viagem, Casa Amarela e Iputinga), 40% não contam com atendimento aos usuários. Estes precisam se locomover para outros bairros em busca de tratamento. O que, em muitos casos, a distância pode não favorecer o sucesso na terapia e acompanhamento. Sabe-se que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece os Direitos Sociais, porém torna-se cada vez mais evidente que estes serviços

públicos, providos pelo Estado, como saúde, educação, previdência social, segurança, assim como outros, são vistos como lentos e ineficientes, tendo em vista que muitas vezes não atendem todas as necessidades de determinada população. Hoje, mais do que intervenção estatal, faz-se necessário o envolvimento da sociedade na construção destas políticas públicas.

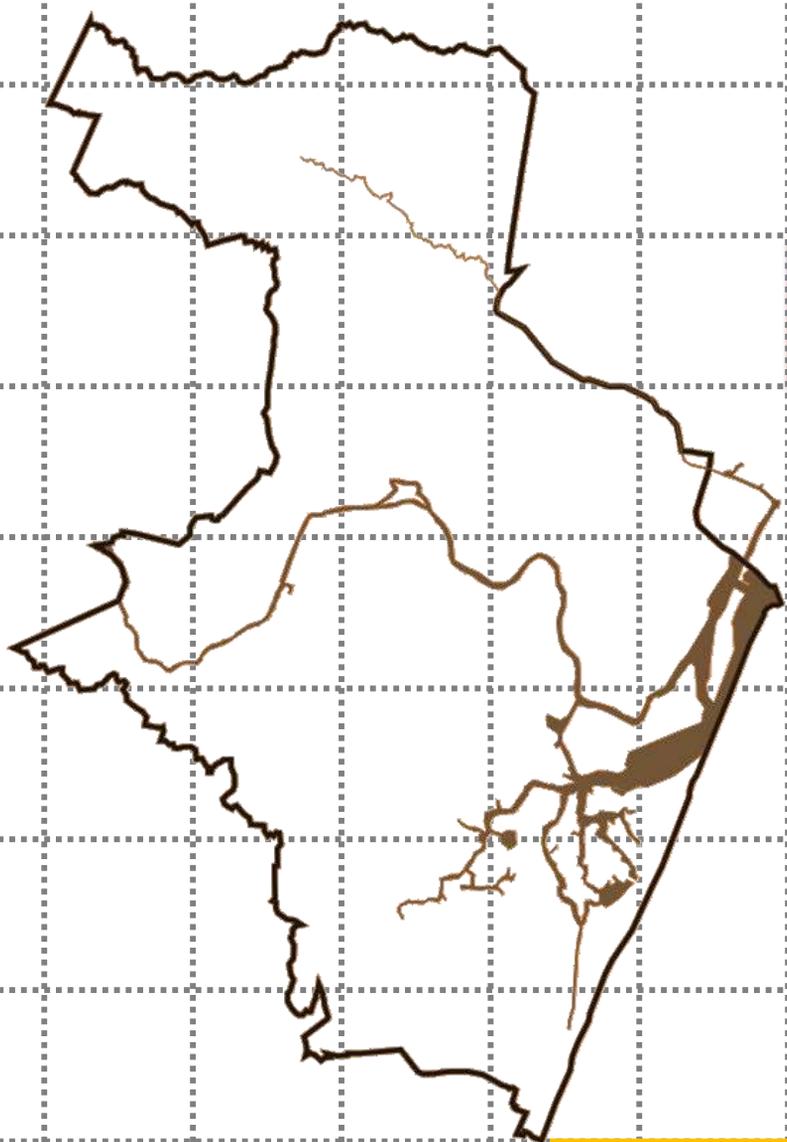
Essa é uma problemática social que precisa da atenção das diversas áreas sociais e econômicas da sociedade brasileira. Já que independente da assistência prestada ao usuário, será sempre ineficiente se não acontecer uma mudança no comportamento das pessoas. Hoje considerada a sociedade do consumo e do prazer imediato, faz com que cada vez mais os jovens consumam drogas. Sejam elas lícitas ou ilícitas.

Conforme uma pesquisa realizada nos CAPs do município do Recife, entre 01 de julho de 2010 a 31 de junho de 2011, percebeu-se nos prontuários, que ocorreu o atendimento aproximado de 2.500 usuários do crack e que estes, na maioria, são poli-usuários e destes ocorre o óbito de 30% no período de cinco anos. O principal motivo é a cultura violenta do tráfico e outras causas como problemas pulmonares, cardíacos e hepáticos.

A pesquisa, de uma forma sintética, buscou demonstrar que no decorrer do tempo apresentado muitas ações do poder público ocorreram na intenção de minorar o reflexo do uso das drogas, em especial, do crack. As cifras são gigantescas e os resultados não se equivalem na mesma proporção dos investimentos.

Observando um pouco da trajetória aqui descrita, percebeu-se que, no plano público, legislações foram criadas para dar maior suporte ao combate e a prevenção das drogas, investimentos crescentes realizaram mudanças no efetivo policial, na estrutura das instituições de tratamento, no apoio a entidades que fazem um trabalho com os usuários, na veiculação de campanhas, enfim, “acompanharam” a demanda da sociedade no decorrer dos anos. Mesmo com os fortes investimentos é, ainda, de esperar-se um descrédito na proteção à vida por parte do poder público. O que foi visto, nas falas dos moradores das áreas pesquisadas.

Neste cadinho, o cuidado a vida, passa, especialmente por um conjunto de ações bem articuladas. Se a escola pública, tão mal avaliada pelos entrevistados, que não propicia um campo de formação autêntica, assim for, parte do eixo das ações conjuntas fragmenta-se. É claro para todos que o trabalho do cuidar é amplo e precisa ser encarado de forma séria. Viu-se que não é por falta de conhecimento, de respaldo legal, de verba ou seja de qualquer outro empecilho, mas de vontade.



REFERÊNCIAS

A CIDADE do Recife. Prefeitura do Recife. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/>. Acesso em: 02 jan. 2012.

AFOGADOS. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Afogados>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

ANTÓN, Diego Macià. Drogas, ¿por qué? Educar y prevenir. Madrid, Ediciones Pirámide, 2003.

ANTÓN, Diego Macià. Las drogas: conocer y educar para prevenir. Madrid, Ediciones Pirámide, 2005.

APONTADOR. Escolas particulares em Boa Viagem. Disponível em: http://www.apontador.com.br/em/pe_recife/escolas/escolas-particulares/em_boa-viagem>. Acesso em: 24 jan. 2013.

ARZA, Javier. Las drogas: princesas y dragones. Madrid, Ediciones Eneida, 2002.

BANDEIRA, Anderson. Por onde vem o crack. Folha de Pernambuco. Grande Recife. Recife, 13/NOV/2011, p. 3.

BITOUN Jan. Análise dos bairros do Recife através da distribuição de renda. In: Revista de Geografia, Recife: UFPE, Edição Especial, jul. 1996. p.41-55.

BOA VIAGEM. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_viagem>. Acesso em: 11 jan. 2013.

BOCK, Maicon. Cartilha: Crack nem pensar. Grupo RBS, Porto Alegre, 2010.

BRAGA, João. Trilhas do Recife: guia do turístico, histórico e cultural. Recife: Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Educação), 2000.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº 107, p. 57-76, jul/dez, 2004.

CARVALHO, Ciara. Cracolândia: nada mudou. Jornal do Comercio. Cidades. Recife, 30/09/2007. p.6-7

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. O Recife e seus bairros. Recife, Câmara Municipal do Recife, 1998.

CAVALCANTI, Jorge. O martírio dos órfãos do crack. *Jornal do Commercio*. Cidades. 20/NOV/2011, p. 6

CRACK avança no interior do país. *Jornal do Commercio*. Brasil. Recife, 08/NOV/2011, p. 7.

EM DISCUSSÃO. Plano de enfrentamento ao crack tem orçamento modesto. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/dependencia-quimica/iniciativas-do-governo-no-combate-as-drogas/plano-de-enfrentamento-ao-crack-tem-orcamento-modesto.aspx>> Acesso em 09/JAN/2013.

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia elemental de las drogas*. Barcelona : Editorial Anagrama, 2011.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. *Tratamento estatístico e gráfico em geografia*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1994.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Quantificação em Geografia*. São Paulo: Difel, 1981.

GOOGLE EARTH. Imagens de satélite, de 24 de novembro de 2009. Programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa americana Google, 2009. Acesso em: 23 jan. 2013.

GUERRA, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. 2. ed. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de outubro de 2012.

IBURA. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ibura>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

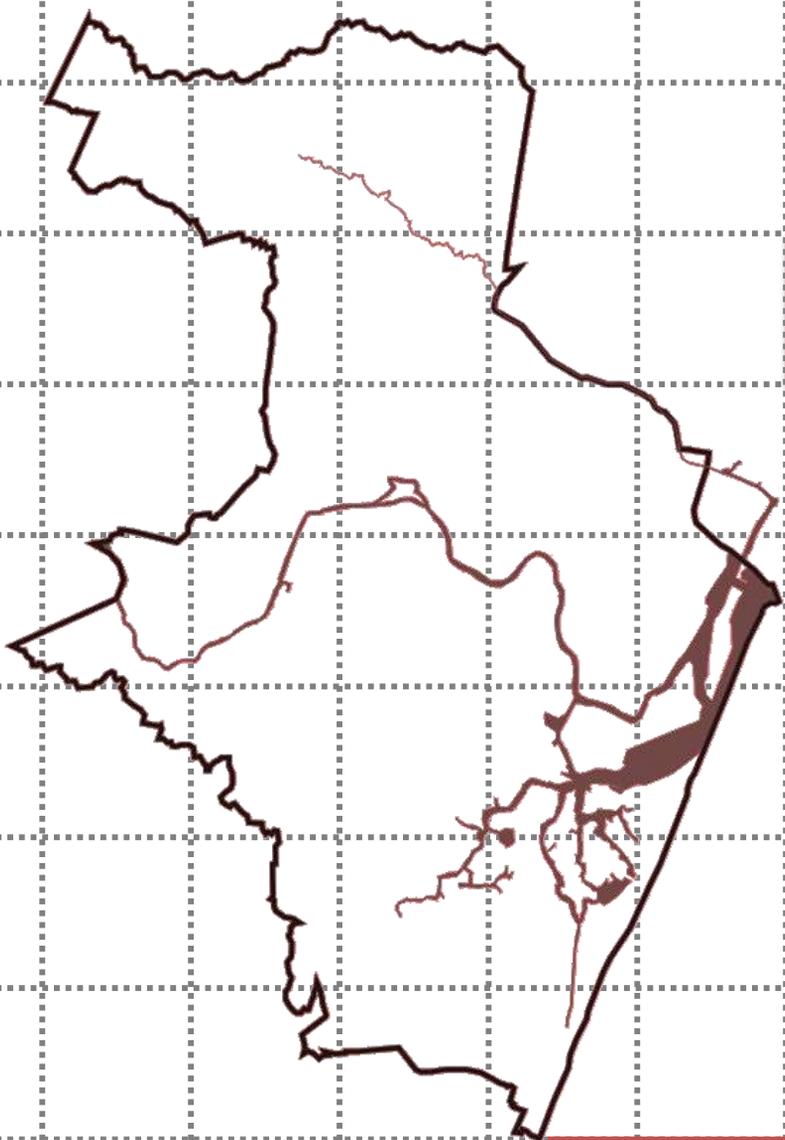
INPAD. *II Levantamento de álcool e drogas: o uso de cocaína e crack no Brasil*. Disponível em: <http://www.inpad.org.br> Acesso em 05/SET/2012.

JORDÃO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jord%C3%A3o_\(Recife\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jord%C3%A3o_(Recife))>. Acesso em: 25 jan. 2013.

LB Duailibi, M Ribeiro, R Laranjeira - *Cad Saude Publica*, 2008. Disponível em: <www.abead.com.br > Acesso em 12/DEZ/2012

LE BERRE, MARYVONNE. Territoires. En: Bailly A., Ferras R., Pumain D., (coord.), *Encyclopédie de la Géographie*, Paris, Economica, 1992, p. 617-638 (Traducido por la Prof. Gloria Zamorano)

- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINELLI, Marcello. *Cartografia temática: caderno de mapas*. São Paulo: EDUSP, 2003 (Acadêmica; 47).
- NASCIMENTO, Ana Maria. *Combate ao crack já foi iniciado*. Diário de Pernambuco, Vida Urbana, Recife, 23/04/2010, p.2.
- PREFEITURA DO RECIFE. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. *Perfil Sócio-Econômico da RPA 3 (Versão Preliminar)*. Recife, 2002. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/estudos.php>. Acesso em: 03 jan. 2013.
- PREFEITURA DO RECIFE. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. *Lei nº 16.293, de 22 de janeiro de 1997. Dispõe sobre as Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e dá outras providências*. Prefeitura do Recife, Recife, 1997. Disponível em: www.recife.pe.gov.br/pr/leis/1629397.doc. Acesso em: 02 jan. 2013.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RECIFE. *Perfil dos bairros: Ibura*. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/cidade/perfil-dos-bairros/rpa-6/ibura/>. Acesso em: 24 jan. 2013.
- RECIFE, Prefeitura da Cidade do. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife*. Recife: PCR, 2005.
- REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAPORI, Luiz Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SEDAS. *Termo de referência 2010: Plano Estadual de Capacitação Voltado às equipes do sistema Único de Assistência Social – suas, organizações não-governamentais e voluntários para prevenção e vigilância social no enfrentamento ao crack*. Recife: Secretaria Executiva de Desenvolvimento e Assistência Social, 2010.
- SEPLAN. *Carta da Nucleação Centro*. Recife: Agência CONDEPE/FIDEM, 2003. 1 mapa, color., 91 x 160 cm. Escala: 1: 20.000.
- SIQUEIRA, Carolina. *A avenida que nasceu formosa*. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/sites/boavista/materia01.html> Publicado em 16/JUN/2010. Acesso em 17/NOV/2012.



APÊNDICES & ANEXOS

APÊNDICE 01 – Quantificação das ocorrências sobre o crack (posse, uso e tráfico) na cidade do Recife, conforme dados de informes jornalísticos, entre o ano de 2011 a ABR/2012.

RPA 01		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
RECIFE	05	9%
SANTO AMARO	16	29%
BOA VISTA	06	10,9%
SOLEDADE	00	0
SANTO ANTÔNIO	05	9%
ILHA DO LEITE	02	3,6%
COELHOS	07	12,7%
ILHA JOANA BEZERRA	06	10,9%
SÃO JOSÉ	08	14,5%
CABANGA	00	0
TOTAL RPA 01	55	100%
RPA 02		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
TORREÃO	00	0
ENCRUZILHADA	01	2%
PEIXINHO	01	2%
HIPÓDROMO	01	2%
CAMPO GRANDE	07	14,5%
CAMPINA DO BARRETO	03	6,1%
ARRUDA	07	14,5%
BOMBA DO HEMETÉRIO	01	2%
ALTO SANTA TEREZINHA	01	2%
ÁGUA FRIA	17	35,4%
FUNDÃO	00	0
CAJUEIRO	01	2%
BEBERIBE	04	8,1%
LINHA DO TIRO	01	2%
DOIS UNIDOS	03	6,1%
TOTAL RPA 02	48	100%
RPA 03		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
DERBY	01	2,9%
ESPINHEIRO	00	0
AFLITOS	00	0
TAMARINEIRA	00	0
CASA FORTE	03	8,8%
POÇO DA PANELA	00	0
MONTEIRO	00	0
ALTO DO MANDU	01	2,9%
CASA AMARELA	14	41%
MANGABEIRA	00	0
ALTO JOSÉ DO PINHO	04	11,7%
MORRO DA CONCEIÇÃO	01	2,9%
ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	00	0

RPA 03		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
VASCO DA GAMA	04	11,7%
MACAXEIRA	01	2,9%
APIPUCOS	00	0
SÍTIO DOS PINTOS	00	0
DOIS IRMÃOS	01	2,9%
CÓRREGO DO JENIPAPO	00	0
NOVA DESCORBETA	04	11,7%
BREJO DO BEBERIBE	00	0
BREJO DA GUABIRABA	00	0
PASSARINHO	00	0
GUABIRABA	00	0
TOTAL RPA 03	34	100%
RPA 04		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
ILHA DO RETIRO	00	0
MADALENA	03	10,7%
PRADO	01	3,5%
ZUMBI	00	0
TORRE	02	7,1%
CORDEIRO	05	17,8%
TORRÕES	02	7,1%
ENGENHO DO MEIO	00	0
CIDADE UNIVERSITÁRIA	01	3,5%
IPUTINGA	10	35,7%
CAXANGÁ	00	0
VÁRZEA	04	14,2%
TOTAL RPA 04	28	100%
RPA 05		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
CURADO	03	9%
SAN MARTIM	01	3,1%
BONGI	00	0
MUSTARDINHA	02	6,2%
MANGUEIRA	02	6,2%
AFOGADOS	07	21,8%
JIQUIÁ	00	0
ESTÂNCIA	01	3,1%
JARDIM SÃO PAULO	06	18,7%
SANCHO	01	3,1%
TOTÓ	00	0
COQUEIRAL	00	0
TEJIPIÓ	01	3,1%
BARRO	03	9%
CAÇOTE	00	0
AREIAS	05	15,6%
TOTAL RPA 05	32	100%

RPA 06		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
COHAB	00	00
JORDÃO	06	8%
IBURA	33	43%
IPSEP	03	4%
BOA VIAGEM	15	19%
IMBIRIBEIRA	05	6%
PINA	09	12%
BRASÍLIA TEIMOSA	06	8%
TOTAL RPA 06	77	100%

RPA	QUANTIDADE	VALOR %
RPA 01	55	20%
RPA 02	49	18%
RPA 03	34	12%
RPA 04	28	10%
RPA 05	32	12%
RPA 06	77	28%
TOTAL	274	100%

APÊNDICE 02 – Quantificação das ocorrências sobre o crack (posse, uso e tráfico) na cidade do Recife, conforme dados da Secretaria de Defesa Social – SDS, entre o ano de 2011 a OUT/2012.

RPA 01		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
RECIFE	61	9,53
SANTO AMARO	170	26,57
BOA VISTA	45	7,03
SOLEDADE	5	0,78
SANTO ANTÔNIO	80	12,50
ILHA DO LEITE	7	1,09
COELHOS	100	15,63
ILHA JOANA BEZERRA	59	9,21
SÃO JOSÉ	112	17,50
CABANGA	1	0,16
TOTAL RPA 01	640	100
RPA 02		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
TORREÃO	5	1,23
ENCRUZILHADA	15	3,68
ROSARINHO	2	0,49
HIPÓDROMO	4	0,98
CAMPO GRANDE	124	30,47
CAMPINA DO BARRETO	17	4,18
ARRUDA	30	7,37
BOMBA DO HEMETÉRIO	24	5,90
ALTO SANTA TEREZINHA	12	2,95
ÁGUA FRIA	92	22,60
FUNDÃO	4	0,98
PORTO DA MADEIRA	7	1,72
BEBERIBE	20	4,91
LINHA DO TIRO	26	6,40
DOIS UNIDOS	25	6,14
TOTAL RPA 02	407	100
RPA 03		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
DERBY	2	0,6
ESPINHEIRO	6	1,8
AFLITOS	2	0,6
TAMARINEIRA	3	0,9
CASA FORTE	5	1,5
POÇO DA PANELA	1	0,3
MONTEIRO	6	1,8
ALTO DO MANDU	3	0,9
CASA AMARELA	34	10,22
MANGABEIRA	11	3,3
ALTO JOSÉ DO PINHO	38	11,42
MORRO DA CONCEIÇÃO	19	5,7
ALTO JOSÉ BONIFÁCIO	22	6,64

RPA 03		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
VASCO DA GAMA	56	16,81
MACAXEIRA	24	7,2
APIPUCOS	1	0,3
SÍTIO DOS PINTOS	2	0,6
DOIS IRMÃOS	5	1,5
CÓRREGO DO JENIPAPO	1	0,3
NOVA DESCORBETA	51	15,31
BREJO DO BEBERIBE	14	4,2
BREJO DA GUABIRABA	7	2,1
PASSARINHO	4	1,2
GUABIRABA	16	4,8
TOTAL RPA 03	333	100
RPA 04		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
ILHA DO RETIRO	1	0,25
MADALENA	26	6,68
PRADO	7	1,8
ZUMBI	1	0,25
TORRE	24	6,15
CORDEIRO	35	8,97
TORRÕES	81	20,77
ENGENHO DO MEIO	11	2,83
CIDADE UNIVERSITÁRIA	4	1,02
IPUTINGA	130	33,34
CAXANGÁ	4	1,02
VÁRZEA	66	16,92
TOTAL RPA 04	390	100
RPA 05		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
CURADO	3	0,64
SAN MARTIM	37	7,89
BONGI	30	6,4
MUSTARDINHA	60	12,8
MANGUEIRA	63	13,43
AFOGADOS	108	23,03
JIQUIÁ	2	0,43
ESTÂNCIA	17	3,62
JARDIM SÃO PAULO	61	13
SANCHO	19	4,05
TOTÓ	6	1,28
COQUEIRAL	5	1,07
TEJIPIÓ	14	2,98
BARRO	11	2,34
CAÇOTE	2	0,43
AREIAS	31	6,61
TOTAL RPA 05	469	100

RPA 06		
BAIRRO	QUANTIDADE	VALOR EM % NA RPA
COHAB	33	6,85
JORDÃO	41	8,5
IBURA	124	25,73
IPSEP	19	3,94
BOA VIAGEM	118	24,48
IMBIRIBEIRA	25	5,19
PINA	94	19,5
BRASÍLIA TEIMOSA	28	5,81
TOTAL RPA 06	482	100

RPA	QUANTIDADE	VALOR %
RPA 01	640	23,52
RPA 02	407	14,96
RPA 03	333	12,24
RPA 04	390	14,33
RPA 05	469	17,23
RPA 06	482	17,72
TOTAL	2721	100

QUESTIONÁRIO

OS TERRITÓRIOS E A ESTRUTURA DO MERCADO DO CRACK NA CIDADE DO RECIFE: UMA PROPOSTA DE MAPEAMENTO À AÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



BAIRRO: _____ RPA 01 RPA 02 RPA 03 RPA 04 RPA 05 RPA 06

Perfil do Entrevistado

01. SEXO DO ENTREVISTADO(A):

- (A) Masculino (B) Feminino

03. ESCOLARIDADE:

- (A) Analfabeto (B) Ens. Fundamental I (C) Ens. Fund. II
(D) Ens. Médio (E) Nível Superior (F) Pós-graduação

05. RENDA MÉDIA MENSAL:

- (A) Menos de 1 salário mínimo (B) 1 a 2 salários mínimos
(C) 3 a 4 salários mínimos (D) Mais de 5 Salários

02. IDADE EM ANOS:

- (A) Entre 10-20 (B) Entre 21-30 (C) Entre 31-40
(D) Entre 41-50 (E) Entre 51-60 (F) Acima de 60

04. TEMPO DA MORADIA NO BAIRRO:

- (A) 1 a 2 Anos (B) 3 a 5 Anos
(C) 6 a 10 Anos (D) Mais de 10

06. TRABALHA:

- (A) Sim (B) Não (C) Eventualmente

07. QUE DROGAS ILÍCITAS VOCÊ MAIS OUVIU FALAR?

- (A) Crack (B) Maconha (C) Cocaína (D) Mesclado (E) Ecstasy

08. A DROGA QUE MENCIONOU É COMUM NO BAIRRO?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sabe informar

09. VOCÊ ACHA QUE O USO DE DROGAS ILÍCITAS NO BAIRRO É:

- (A) Pouco (B) Moderado (C) Muito (D) Não sabe

10. PERCEBE A ATUAÇÃO DO TRÁFICO?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sabe informar

11. CONSIDERA QUE O USO É MAIS FREQUENTE POR PARTE DOS:

- (A) Crianças – Até os 12 anos
(B) Adolescentes – Entre os 12 e 18 anos
(C) Jovens - 18 a 24 anos
(D) Adultos – A partir dos 25 anos
(E) Não soube responder

12. A ATUAÇÃO DO TRÁFICO É MAIS COMUM PELA:

- (A) Manhã (B) Tarde (C) Noite (D) Não tem horário

13. O TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RECIFE CRESCERU NOS ÚLTIMOS ANOS ?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sabe informar

- (A) Muito (B) Moderado (C) Pouco

14. POSSUI ALGUM CASO DE USUÁRIO DE ILÍCITOS NA FAMÍLIA:

- (A) Sim (B) Não (C) Não soube informar

15. CONHECE ALGUÉM DO BAIRRO QUE FAZ USO DE DROGAS ILÍCITAS?

- (A) Sim (B) Não (C) Não soube informar

16. COMO É A AÇÃO DA POLÍCIA NO BAIRRO?

- (A) Frequente
(B) Esporádica
(C) Aparece quando apenas quando há ocorrências
(D) Não aparecem no bairro

17. EXISTE ALGUM LOCAL PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTES NO BAIRRO?

- (A) Sim (B) Não (C) Não soube informar

- (A) Público (B) Privado

18. SOBRE AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DAS DROGAS, VOCÊ ACREDITA QUE EVITAM AS PESSOAS DE FAZEREM O USO?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sabe

19. SABE INFORMAR SE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BAIRRO EXISTE ALGUMA AÇÃO DE COMBATE AO USO DAS DROGAS?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sabe

QUAL?

20. ACREDITA QUE O USO DE DROGAS AUMENTA A CRIMINALIDADE?

- (A) Sim (B) Não (C) Não sabe

21. QUE AÇÕES O PODER PÚBLICO DEVERIA INVESTIR MAIS PARA COMBATER O TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS?

- (A) Investir em educação
(B) Veicular mais campanhas
(C) Gerar mais emprego
(D) Aumentar o valor da Bolsa Família
(E) Oferecer capacitação profissional aos jovens
(F) Outro: _____

APLICADOR: _____

DATA: ____/____/2012

OBSERVAÇÃO:



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



FACEPE

Faculdade de Educação e Ciências
Tecnológicas, Exatas e Sociais

APÊNDICE 04 – Quantificação dos dados coletados através de questionários aplicados em 10 bairros (Pina, Afogados, Santo Amaro, Boa Viagem, Ibura, Água Fria, Jordão, Boa Vista, Casa Amarela e Iputinga) da cidade do Recife (PE).

QUESTÕES	BAIRROS PESQUISADOS										
	PINA	AFOGADOS	SANTO AMARO	BOA VIAGEM	IBURA	ÁGUA FRIA	JORDÃO	BOA VISTA	CASA AMARELA	IPUTINGA	T
1. SEXO DO ENTREVISTADO(A)											
(A) Masculino	08	05	02	12	10	07	11	10	06	05	76
(B) Feminino	05	06	13	03	06	05	04	05	07	09	63
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
2. IDADE EM ANOS:											
(A) Entre 10-20 anos	12	--	02	01	--	--	01	--	--	--	16
(B) Entre 21-30 anos	01	02	02	02	01	02	--	01	02	05	18
(C) Entre 31-40 anos	--	03	01	05	02	03	05	--	02	02	23
(D) Entre 41-50 anos	--	03	05	03	04	03	02	06	04	01	31
(E) Entre 51-60 anos	--	03	03	02	06	04	03	06	02	04	33
(F) Acima de 60 anos	--	--	02	02	03	--	04	02	03	02	18
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
3. ESCOLARIDADE:											
(A) Analfabeto (α)	--	--	01	--	01	--	02	01	02	02	09
(B) Ensino Fund. I	--	01	10	01	01	08	08	07	04	07	47
(C) Ensino Fund. II	01	03	--	05	06	02	04	03	05	03	32
(D) Ensino Médio	12	05	02	08	07	02	01	03	02	02	44
(E) Nível Superior	--	02	02	01	01	--	--	--	--	--	06
(F) Pós-Graduação	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
4. TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO:											
(A) 1 a 2 Anos	--	--	--	--	--	01	--	01	--	--	02
(B) 3 a 5 Anos	01	02	--	--	01	--	01	--	01	01	07
(C) 6 a 10 Anos	--	--	--	01	02	--	--	--	--	--	03
(D) Mais de 10 Anos	12	09	15	14	13	11	14	14	12	13	127
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
5. RENDA MÉDIA MENSAL											
(A) Menos de 01 salário	--	01	07	02	01	01	03	05	03	03	26
(B) 1 a 2 salários	13	10	05	09	11	11	08	06	09	11	93
(C) 3 a 4 salários	--	--	01	02	04	--	--	01	01	--	09
(D) Mais de 5 salários	--	--	--	02	--	--	--	01	--	--	03
(E) Não respondeu	--	--	02	--	--	--	04	02	--	--	08
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
6. TRABALHA											
(A) Sim	--	06	03	11	07	06	08	08	09	05	63
(B) Não	13	05	11	--	08	06	05	05	04	09	66
(C) Eventualmente	--	--	01	04	01	--	02	02	--	--	10
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139

QUESTÕES	BAIRROS PESQUISADOS										
	PINA	AFOGA- DOS	SANTO AMARO	BOA VIAGEM	IBURA	ÁGUA FRIA	JORDÃO	BOA VISTA	CASA AMARELA	IPU- TINGA	T
07. QUE DROGAS ILÍCITAS VOCÊ MAIS OUVIU FALAR?											
(A) Crack	07	07	13	11	10	12	13	14	11	12	110
(B) Maconha	06	04	02	04	05	--	01	01	02	02	27
(C) Cocaína	--	--	--	--	01	--	01	--	--	--	02
(D) Mesclado	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0
(E) Ecstasy	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
08. A DROGA QUE MENCIONOU É COMUM NO BAIRRO?											
(A) Sim	12	11	14	14	14	11	14	13	13	14	130
(B) Não	01	--	--	--	01	--	--	--	--	--	02
(C) Não sabe informar	--	--	01	01	01	01	01	02	--	--	07
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
09. VOCÊ ACHA QUE O USO DE DROGA ILÍCITAS NO BAIRRO É:											
(A) Pouco	01	--	--	--	--	--	--	--	--	--	01
(B) Moderado	02	07	--	01	02	--	--	--	02	02	16
(C) Muito	10	04	14	13	12	10	15	13	11	12	114
(D) Não sabe	--	--	01	01	02	02	--	02	--	--	08
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
10. PERCEBE A ATUAÇÃO DO TRÁFICO											
(A) Sim	09	06	11	12	12	09	13	08	10	10	100
(B) Não	04	04	01	01	02	03	--	--	03	02	20
(C) Não sabe informar	--	01	03	02	02	--	02	07	--	02	19
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
11. CONSIDERA QUE O USO É MAIS FREQUENTE POR PARTE DOS(AS):											
(A) Crianças (Até 12 anos)	03	--	04	01	--	01	03	02	03	02	19
(B) Adolescentes (12-18 anos)	07	05	08	11	12	09	09	09	07	12	89
(C) Jovens (19-24 anos)	02	06	02	03	04	01	02	03	03	--	26
(D) Adultos (+ de 25 anos)	01	--	--	--	--	--	--	01	--	--	02
(E) Não soube responder	--	--	01	--	--	01	01	--	--	--	03
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
12. A ATUAÇÃO DO TRÁFICO É MAIS COMUM PELA:											
(A) Manhã	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
(B) Tarde	--	--	--	--	01	--	--	--	--	--	01
(C) Noite	09	07	03	06	05	07	06	--	03	01	47
(D) Não tem horário	04	04	12	09	10	05	09	14	10	13	90
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
13. O TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE DO RECIFE CRESCERAM NOS ÚLTIMOS ANOS?											
(A) Sim	12	08	14	15	12	10	14	14	13	12	124
(B) Não	01	--	01	--	03	--	--	--	--	--	05
(C) Não sabe informar	--	03	--	--	01	02	01	01	--	02	10
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
(A) Muito	06	05	12	14	11	08	14	12	11	10	103
(B) Moderado	06	03	02	01	01	02	--	01	02	02	20
(C) Pouco	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
TOTAL	12	08	14	15	12	10	14	14	13	12	124

QUESTÕES	BAIRROS PESQUISADOS										T
	PINA	AFOGA-DOS	SANTO AMARO	BOA VIAGEM	IBURA	ÁGUA FRIA	JORDÃO	BOA VISTA	CASA AMARELA	IPU-TINGA	
14. POSSUI ALGUM CASO DE USUÁRIO DE ILÍCITOS NA FAMÍLIA?											
(A) Sim	01	05	06	06	06	05	07	06	07	03	52
(B) Não	12	06	09	09	10	07	08	08	06	11	86
(C) Não sabe informar	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
15. CONHECE ALGUÉM DO BAIRRO QUE FAZ USO DE DROGAS?											
(A) Sim	12	09	14	12	12	12	12	12	12	10	117
(B) Não	01	02	--	02	03	--	02	--	01	03	14
(C) Não sabe informar	--	--	01	01	01	--	01	03	--	01	08
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
16. COMO É A AÇÃO DA POLÍCIA NO BAIRRO?											
(A) Frequente	07	07	09	05	03	09	14	10	07	08	79
(B) Esporádica	03	04	06	10	10	02	01	05	06	06	53
(C) Aparece nas Ocorrências	03	--	--	--	03	01	--	--	--	--	07
(D) Não aparece no bairro	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
17. EXISTE ALGUM LOCAL PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTES NO BAIRRO?											
(A) Sim	--	--	03	01	01	--	--	01	01	--	07
(B) Não	13	05	09	07	08	10	11	05	08	12	88
(C) Não sabe informar	--	06	03	07	07	02	04	09	04	02	44
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
Público	--	--	01	01	01	--	--	--	01	--	04
Privado	--	--	--	--	--	--	--	01	--	--	01
Não sabe	--	--	02	--	--	--	--	--	--	--	02
18. SOBRE AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DAS DROGAS, ACREDITA QUE EVITAM AS PESSOAS FAZEREM USO?											
(A) Sim	02	--	09	03	08	05	06	--	04	03	40
(B) Não	11	11	05	11	08	04	09	15	07	08	89
(C) Não sabe informar	--	--	01	01	--	03	--	--	02	03	10
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
19. SABE INFORMAR SE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BAIRRO EXISTE ALGUMA AÇÃO DE COMBATE AO USO DAS DROGAS?											
(A) Sim	03	05	04	02	02	03	03	--	04	05	31
(B) Não	10	04	06	02	06	03	08	05	03	03	50
(C) Não sabe informar	--	02	05	11	08	06	04	10	06	06	58
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139
20. ACREDITA QUE O USO DE DROGAS AUMENTA A CRIMINALIDADE?											
(A) Sim	12	08	14	15	16	11	14	15	13	14	132
(B) Não	01	01	01	--	--	01	--	--	--	--	04
(C) Não sabe informar	--	02	--	--	--	--	01	--	--	--	03
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139

QUESTÕES	BAIRROS PESQUISADOS										
	PINA	AFOGA- DOS	SANTO AMARO	BOA VIAGEM	IBURA	ÁGUA FRIA	JORDÃO	BOA VISTA	CASA AMARELA	IPU- TINGA	T
21. QUE AÇÕES O PODER PÚBLICO DEVERIA INVESTIR MAIS PARA COMBATER O TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS?											
(A) Investir em educação	09	06	04	04	07	05	07	06	04	06	58
(B) Veicular mais campanhas	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	1
(C) Gerar mais emprego	04	01	01	05	03	05	04	03	03	04	33
(D) Aumentar o valor do Bolsa Família	--	--	01	--	--	--	--	--	01	--	2
(E) Oferecer capacitação profissional aos jovens	--	04	06	03	04	01	03	05	04	04	34
(F) Outro	--	--	03	02	02	01	01	01	01	--	11
TOTAL	13	11	15	15	16	12	15	15	13	14	139

ANEXO 01 – Locais para tratamento e atendimento de pessoas com dependência química na cidade do Recife

Nº	LOCAL	INSTITUIÇÃO	BAIRRO	RPA
1	AA - Alcoólicos Anônimos (Escritório Central)	Independente	Boa Vista	RPA 01
2	Centro de Valorização da Vida - CVV	Independente	Boa Vista	RPA 01
3	Espaço Prof. Luiz Cerqueira - CAPS AD e Casa de Meio Caminho	Público	Santo Amaro	RPA 01
4	ESUDA - Clínica de Psicologia	Particular	Santo Amaro	RPA 01
5	Grupo Ruas e Praças - Capim de Cheiro	Independente	Santo Amaro	RPA 01
6	NAPPE - Núcleo de Atenção Psicossocial de Pernambuco	Particular	Boa Vista	RPA 01
7	Oncoclínica	Particular	Boa Vista	RPA 01
8	SAV - Samaritanos	Independente	Ilha do Leite	RPA 01
9	UNICAP (Clínica de Psicologia)	Particular	Boa Vista	RPA 01
10	Sara Vida - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	Independente	Boa Vista	RPA 01
11	CAPS Boa Vista	Público	Santo Amaro	RPA 01
12	CAPS AD - Espaço Jandira Mansur	Público	Campo Grande	RPA 02
13	CAPS - Estação Vicente Araújo	Público	Hipódromo	RPA 02
14	Desafio Jovem Peniel	Independente	Arruda	RPA 02
15	Residência Terapêutica Feminina (Projeto Reabilitar - Saúde Mental)	Público	Cajueiro	RPA 02
16	CAPS - José Carlos Souto	Público	Torreão	RPA 02
17	CAPS - Prof. Zaldo Rocha	Público	Encruzilhada	RPA 02
18	ASSISTA (Assessoria Assistência Terapêutica)	Particular	Espinheiro	RPA 03
19	Amor Exigente	Independente	Derby	RPA 03
20	CAPS AD - CPTRA (Centro de Prevenção, tratamento e reabilitação do alcoolismo)	Público	Tamarineira	RPA 03
21	CVC - Centro de Vivência Cristã	Independente	Casa Amarela	RPA 03
22	Terapia de Família e de Casal	Independente	Espinheiro	RPA 03
23	Clínica de Repouso Villa Santana	Particular	Poço da Panela	RPA 03
24	Clínica Escola de Psicologia - Faculdade Maurício de Nassau	Particular	Derby	RPA 03
25	RAID - Instituto Recife de Atenção Integral às Dependências	Particular	Sítio dos Pintos	RPA 03
26	CAPS - Espaço Azul	Público	Casa Amarela	RPA 03
27	Programa Atitude - Antigo Vida Nova	Público	Casa Amarela	RPA 04
28	CAPS AD (Centro Eulâmpio Cordeiro de Recuperação Humana)	Público	Cordeiro	RPA 04
29	Desafio Jovem do Recife I	Independente	Várzea	RPA 04
30	UFPE - Clínica de Psicologia	Público	Cidade Universitária	RPA 04
31	Centro Lessa de Andrade	Público	Madalena	RPA 04
32	NEDEQ - Ambulatório de Psiquiatria da UFPE (Hospital das Clínicas)	Público	Cidade Universitária	RPA 04
33	CAPS Espaço Vida	Público	Cordeiro	RPA 04

34	CAPS AD - Espaço Travessia René Ribeiro	Público	Afogados	RPA 05
35	CRDD - Casa de Recuperação de Dependentes de Drogas	Independente	Estância	RPA 05
36	CAPS Infantil CEMPI - Centro Médico Psico Pedagógico Infantil	Público	Jardim São Paulo	RPA 05
37	CAPS Cléa Lacet	Público	Afogados	RPA 05
38	Albergue Lagoa do Araçá	Público	Imbiribeira	RPA 06
39	CAPS AD Professor José Lucena	Público	Imbiribeira	RPA 06
40	NA Boa Viagem	Independente	Boa Viagem	RPA 06
41	Grupo Despertar	Independente	Pina	RPA 06
42	CAPS David Capistrano	Público	Ipsep	RPA 06
43	CAPS Espaço Livrementemente	Público	Boa Viagem	RPA 06
44	Centro de Prevenção às Dependências	Independente	Boa Viagem	RPA 06